



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

**LILIAN DA CONCEIÇÃO PEREIRA DA COSTA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TERRITÓRIO: CONTRIBUIÇÕES PARA O  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA**

**SANTARÉM – PA  
2022**

**LILIAN DA CONCEIÇÃO PEREIRA DA COSTA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TERRITÓRIO: CONTRIBUIÇÕES PARA O  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Sociedade. Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.  
Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida  
Coorientadora: Profa. Dra. Ednéa do Nascimento Carvalho

**SANTARÉM – PA  
2022**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

- C837e Costa, Lilian da Conceição Pereira da  
Economia solidária e território: contribuições para o desenvolvimento econômico no município de Santarém-PA./ Lilian da Conceição Pereira da Costa. – Santarém, 2022.  
142 p. : il.  
Inclui bibliografias.
- Orientador: Rodolfo Maduro de Almeida  
Coorientadora: Ednea Nascimento Carvalho  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade.
1. Economia solidária. 2. Santarém. 3. Política pública. I. Almeida, Rodolfo Maduro de, *orient.* II. Carvalho, Ednea Nascimento, *coorient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 330.9098115

---

Bibliotecária - Documentalista: Renata Ferreira – CRB/2 1440



**Universidade Federal do Oeste do Pará**  
**Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica**  
**Instituto de Ciências da Sociedade**  
**Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade**  
**Mestrado Acadêmico em Ciências da Sociedade**



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ao vigésimo oitavo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h30min, na sala virtual do ambiente do Google Meet, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado de **LILIAN DA CONCEIÇÃO PEREIRA DA COSTA**. A banca examinadora foi composta pelos membros Prof. Dr. FERNANDO LUIZ ARAUJO SOBRINHO, UNB, examinador externo, Prof. Dr. ABNER VILHENA DE CARVALHO, UFOPA, examinador interno, Profa. Dra. EDNEA DO NASCIMENTO CARVALHO, UFOPA, co-orientadora, e Prof. Dr. RODOLFO MADURO ALMEIDA, UFOPA, orientador e presidente. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do presidente, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou a palavra para a mestranda iniciar a apresentação da dissertação, intitulada “**ECONOMIA SOLIDÁRIA E TERRITÓRIO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA**”, marcando um tempo de 20 a 30 minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o presidente passou a palavra aos membros da banca examinadora para arguição. Após as considerações sobre o trabalho em julgamento, a banca deliberou pela aprovação da discente, conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser concluída no prazo de trinta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa, sob pena de a discente não obter o título se não cumprir as exigências acima. Para efeito legal segue a presente ata assinada pelos membros da banca examinadora e pela mestranda.

**Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida – UFOPA (orientador)**

**Profa. Dra. Ednea do Nascimento Carvalho – UFOPA (co-orientadora)**

**Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho – UFOPA (avaliador interno)**

**Prof. Dr. Fernando Luiz Araujo Sobrinho – UNB (avaliador externo)**

**Lilian da Conceição Pereira da Costa - (mestranda)**



Emitido em 28/06/2022

**CERTIDÃO OU ATA DE DEFESA N° 3/2022 - ICS (11.01.08)**

**(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 30/06/2022 09:45)*

**ABNER VILHENA DE CARVALHO**  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
ICS (11.01.08)  
Matricula: 2606626

*(Assinado digitalmente em 30/06/2022 18:43)*

**EDNEA DO NASCIMENTO CARVALHO**  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
ICED (11.01.07)  
Matricula: 1713679

*(Assinado digitalmente em 29/06/2022 21:32)*  
**LILIAN DA CONCEICAO PEREIRA DA COSTA**

CONTADOR  
AUDITORIA (11.01.15)  
Matricula: 1965027

*(Assinado digitalmente em 30/06/2022 13:20)*

**RODOLFO MADURO ALMEIDA**  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
ICED (11.01.07)  
Matricula: 1835583

*(Assinado digitalmente em 29/06/2022 19:04)*

**FERNANDO LUIZ ARAÚJO SOBRINHO**  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 708.926.526-91

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufopa.edu.br/documentos/> informando seu número: 3, ano: 2022, tipo: CERTIDÃO OU ATA DE DEFESA, data de emissão: 29/06/2022 e o código de verificação: c3274e3332

Dedico este trabalho a meu filho Pedro, que foi minha inspiração e maior incentivo nos momentos em que pensei em desistir.

## **AGRADECIMENTO**

A Deus, em primeiro lugar, por me permitir chegar até aqui e ter me dado a capacidade necessária para a conclusão desta dissertação e a Nossa Senhora minha intercessora nos momentos mais difíceis.

Ao meu amigo e marido, Manoel Josemar dos Anjos Picanço, por todo apoio durante o desenvolvimento da dissertação, pois, algumas vezes foi preciso me ausentar e pude contar com sua compreensão.

Ao meu filho, Pedro da Costa Picanço, por seu apoio incondicional.

Ao Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida, meu orientador, e a Profa. Dra. Ednéa do Nascimento Carvalho, minha coorientadora, por toda contribuição na elaboração deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade que, por meio de seus ensinamentos, me permitiram concluir este trabalho.

E a todos que participaram desta pesquisa, agradeço pela colaboração e disposição no processo de obtenção de dados.

A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento.

Platão



## RESUMO

A economia solidária pode ser definida como o conjunto de atividades que buscam a democratização econômica por meio de formas coletivas de organização do trabalho, em contraste com a relação patrão e empregado, característica da forma econômica vigente, sendo essas iniciativas apontadas como soluções mais definitivas à falta de trabalho e renda. Entretanto, com sua rápida organização, especialmente entre o período de 2003 a 2018, foi possível acompanhar o amadurecimento da sua concepção no reconhecimento como estratégia de desenvolvimento e na relação com a perspectiva territorial do desenvolvimento em bases sustentáveis. O objetivo principal desta pesquisa é analisar a relação da economia solidária com o desenvolvimento econômico do município de Santarém/PA, uma vez que se considera carente a área de estudos sobre esta temática. Utilizamos a abordagem qualitativa para compreensão da economia solidária e sua relação com o desenvolvimento econômico do municipal em estudo e da abordagem quantitativa para a caracterização dos empreendimentos econômicos solidários a partir da análise descritiva de dados secundários resultantes do segundo mapeamento nacional de economia solidária disponibilizados pelo Sies em sua página na internet. Constatamos que a ausência de uma política de governo faz com que com um programa, de grande importância para os atores locais, seja descontinuado devido a rotatividade da gestão municipal, sendo essa uma das dificuldades encontradas pela economia solidária para o seu fortalecimento, não somente a nível local, mas, também a nível federal. E sua contribuição para o desenvolvimento econômico do município consiste no fortalecimento dos empreendimentos por meio de seus ganhos econômicos e na integração social de seus atores a partir da inclusão social proporcionada pelos empreendimentos.

**Palavras-Chave:** Economia Solidária. Santarém. Política Pública. Desenvolvimento Econômico.

## ABSTRACT

Solidarity economy can be defined as the set of activities that seek economic democratization through collective forms of work organization, in contrast to the employer-employee relationship, characteristic of the current economic form, and these initiatives are identified as more definitive solutions to the lack of work and income. However, with its rapid organization, especially between 2003 and 2018, it was possible to follow the maturing of its conception in recognition as a development strategy and in the relationship with the territorial perspective of development on sustainable bases. The main objective of this research is to analyze the relationship between the solidarity economy and the economic development of the municipality of Santarém/PA, since the area of studies on this topic is considered lacking. We used the qualitative approach to understand the solidarity economy and its relationship with the economic development of the city under study and the quantitative approach to characterize solidarity economic enterprises from the descriptive analysis of secondary data resulting from the second national mapping of solidarity economy made available by Sies on your website. We found that the absence of a government policy causes a program, of great importance to local actors, to be discontinued due to the turnover of municipal management, which is one of the difficulties encountered by the solidarity economy for its strengthening, not only the local level, but also at the federal level. And its contribution to the economic development of the municipality consists in strengthening the enterprises through their economic gains and in the social integration of their actors from the social inclusion provided by the enterprises.

**Keywords:** Solidarity Economy. Santarém. Public policy. Economic development.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vista aérea do encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas.....	22
Mapa 1 – Localização geográfica do município de Santarém/PA.....	22
Mapa 2 – Região de Integração Baixo Amazonas.....	100
Mapa 3 – Empreendimentos econômicos solidários em Santarém/PA.....	111

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de abordagem territorial nas políticas públicas.....	81
Quadro 2 – EES e as principais atividades econômicas conforme CNAE.....	114
Quadro 3 – Fluxo econômico dos EES de produção ou produção e comercialização.....	115
Quadro 4 – Fluxo econômico dos EES de prestação de serviço ou trabalho a terceiros.....	116
Quadro 5 – Motivações, conquistas e desafios dos EES.....	117
Quadro 6 – Função preponderante da renda obtida pelos sócios dos EES.....	119

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Panorama dos empreendimentos econômicos solidários da área urbana do município de Santarém.....	25
Gráfico 2 - Empreendimentos por região.....	63
Gráfico 3 - Forma de organização conforme área de atuação.....	65
Gráfico 4 - Atividade econômica por área de atuação.....	66
Gráfico 5 - Atividade econômica por forma de organização dos EES.....	67
Gráfico 6 - Área de atuação conforme região.....	69
Gráfico 7 - Formas de organização conforme região.....	70
Gráfico 8 - Formas de organização conforme área de atuação no município de Santarém/PA.....	112
Gráfico 9 - Atividade econômica por forma de organização no município de Santarém/PA.....	113

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dotação orçamentária da Economia Solidária por quadriênio.....	51
Tabela 2 – Evolução LOA referente a economia solidária.....	54
Tabela 3 – Programas/Ações/Atividades relacionadas à Economia Solidária.....	55
Tabela 4 – Área de atuação do empreendimento por macrorregião (%) .....	64
Tabela 5 – Atividade econômica por macrorregião.....	66
Tabela 6 – Programa 080 – Escola da Economia Solidária.....	104
Tabela 7 – Forma de organização por município – Estado do Pará.....	110
Tabela 8 – Área de atuação do EES em Santarém.....	111
Tabela 9 – Atividade econômica no município.....	112

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acessuas Trabalho – Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho  
ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário  
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CEES – Coordenadoria de Empreendedorismo e Economia Solidária  
CNAE-ES – Classificação Nacional de Atividades Econômicas da Economia Solidária  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária  
Conaes – Conferência Nacional de Economia Solidária  
Consad – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DEOCOSOL – Diretoria de Economia Solidária  
Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos  
DQPE – Diretoria de Empreendedorismo e Economia Solidária  
Econsol – Escola da Economia Solidária  
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários  
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IEO – Índice de Execução Orçamentária  
Iocs – Inspetoria de Obras contra as Secas  
ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular  
LEADER – Ligações entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional  
MDS – Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome  
MI – Ministério da Integração Nacional  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
ONG – Organização não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PAC – Projetos Alternativos Comunitários  
PDSTR – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais  
PEC – Proposta de Emenda à Constituição  
PESD – Programa Economia Solidária em Desenvolvimento  
PIB – Produto Interno Bruto  
PL – Projeto de Lei  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional  
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos  
PPA – Plano Plurianual  
Pronaf – Programa Nacional da Agricultura Familiar  
Proninc – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTC – Programa Territórios da Cidadania  
SDT – Secretaria do Desenvolvimento Territorial  
SEASTER – Secretaria de Estado de Assistência Social  
Semdes – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social  
Semtras – Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social  
Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária  
Sies – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária  
Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
Sudeco – Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste  
Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
TCU – Tribunal de Contas da União  
Tecejuta – Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
Unicopas – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Aspectos metodológicos.....</b>	<b>19</b>
1.1.1 Caracterização do local da pesquisa .....	19
1.1.2 Escolha metodológica e sujeitos da pesquisa .....	23
<b>2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM NOVO MODO DE PRODUZIR E COMERCIALIZAR.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1 Efeitos do modo de produção capitalista no mundo do emprego .....</b>	<b>30</b>
<b>2.2 Contexto histórico da economia solidária no Brasil.....</b>	<b>33</b>
2.2.1 Raízes históricas da economia solidária no Brasil.....	36
2.2.2 O (re) surgimento da economia solidária no Brasil.....	39
<b>2.3 A inserção da economia solidária na agenda governamental.....</b>	<b>48</b>
<b>2.4 Iniciativas de economia solidária no território brasileiro – dados do segundo mapeamento nacional de economia solidária.....</b>	<b>62</b>
2.4.1 A economia solidária no Estado do Pará.....	71
<b>3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....</b>	<b>77</b>
<b>3.1 O enfoque territorial do desenvolvimento.....</b>	<b>80</b>
3.1.1 Políticas nacionais para o desenvolvimento dos territórios.....	82
<b>3.2 A perspectiva territorial da economia solidária .....</b>	<b>89</b>
3.2.1 Políticas públicas para o desenvolvimento territorial/local e economia solidária.....	93
<b>4 A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA POR MEIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>100</b>
<b>4.1 A política de economia solidária no município de Santarém/PA .....</b>	<b>103</b>
4.1.1 A Escola da Economia Solidária e as políticas de desenvolvimento para o município de Santarém/PA .....	107
<b>4.2 Caracterização dos empreendimentos econômicos solidários do município de Santarém/PA segundo dados do mapeamento nacional de economia solidária .....</b>	<b>110</b>
<b>4.3 Contribuição da economia solidária para o desenvolvimento econômico dos atores envolvidos nos empreendimentos econômicos .....</b>	<b>117</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>127</b>
<b>APÊNDICE A - RANKING DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ EM NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS NO ANO DE 2013 .....</b>	<b>141</b>
<b>ANEXO A – MAPA DAS TIPOLOGIAS SUB-REGIONAIS DA PNDR.....</b>	<b>144</b>
<b>ANEXO B - QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES).....</b>	<b>145</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A economia solidária, definida como o conjunto de atividades que buscam a democratização econômica por meio de formas coletivas de organização do trabalho, em contraste com a relação patrão e empregado, característica da forma econômica vigente, compreende atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, em que são observados os princípios da autogestão, do comércio justo e solidário, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente e a valorização do ser humano, do trabalho e da cultura<sup>1</sup>.

Iniciativas de economia solidária vêm apontando para soluções mais definitivas à falta de trabalho e renda. Nesse sentido, para apoiar o seu fortalecimento e expansão, se construiu o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento no Plano Plurianual 2004-2007 do governo federal que marcou a introdução de políticas públicas específicas para a economia solidária em âmbito nacional, em um contexto de novas realidades do mundo do trabalho que demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado.

No entanto, para Souza (2012, p. 64) o fato da economia solidária ter sua origem vinculada a crise do mundo do trabalho, mas especificamente, da sociedade industrial, não explica o fato de como tais práticas solidárias estão presentes em sociedades não industriais, e que por isso ela não pode ser restrita a uma visão de alternativa de emprego, trabalho ou renda. No mesmo sentido, Silva e Carvalho Filho (2018, p. 154) apontam que, especialmente entre o período de 2003 a 2018, devido a rápida organização da economia solidária, foi possível acompanhar o amadurecimento da sua concepção no “reconhecimento como estratégia de desenvolvimento e na sua relação com a perspectiva territorial do desenvolvimento em bases sustentáveis”.

Assim, a economia solidária passou a se constituir como estratégia de dinamização socioeconômica no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial, sob uma

---

<sup>1</sup> Definição dada pelo Projeto de Lei nº 4.685/2012, que foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal em 11 de dezembro de 2019 (substituto do Senado PLC 6606/2019) que dispões sobre os empreendimentos de economia solidária e cria a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária.

perspectiva sustentável, que promove a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente (BRASIL, 2015, p. 6).

Desta forma, a presente pesquisa apresenta como problema o seguinte questionamento: qual a relação da economia solidária com o desenvolvimento econômico do município de Santarém/PA? Para responder a esta questão, este estudo tem por objetivo geral analisar a relação da economia solidária com o desenvolvimento econômico do município de Santarém/PA e tem como objetivos específicos:

- Identificar políticas públicas (federal e local) que tenham a economia solidária como base para o desenvolvimento territorial/local.
- Verificar a relação da economia solidária com a perspectiva territorial do desenvolvimento.
- Caracterizar os empreendimentos econômicos solidários existentes no município a partir de dados do mapeamento nacional disponibilizados pelo Sies.
- Avaliar se a economia solidária pode ser considerada uma estratégia de desenvolvimento territorial.

A escolha do município de Santarém/PA se dá por conta do número significativo de experiências no campo da economia solidária. Dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies) apontam que no ano de 2013 o Brasil contava com 19.708 empreendimentos econômicos solidários, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios em todos os estados da Federação. Desse total, 3.128 empreendimentos estão localizados na região norte, sendo 1.358 no Estado do Pará. O município de Santarém aparece em terceiro lugar no ranking dos municípios<sup>2</sup> em número de estabelecimentos com cinquenta e oito empreendimentos econômicos solidários, distribuídos entre grupos informais, associações e cooperativas.

Segundo Miranda (2009, p. 12), não se encontra vasta literatura de análise sobre a temática no Estado do Pará, embora exista uma rica literatura sobre a economia solidária em nível nacional que aponta a existência de experiências que abordam temas que vão desde as potencialidades econômicas dos grupos até questões culturais relativas ao empoderamento de gêneros. Conforme constatamos em um estudo recente realizado por Sandro Pereira Silva sobre o campo de pesquisa da economia solidária no Brasil, dos 114 artigos encontrados que continham a economia solidária como assunto, independente da área de conhecimento, tinham

---

<sup>2</sup> Apêndice A – ranking completo com todos os municípios do Estado do Pará que tiveram empreendimentos mapeados pelo SIES no segundo mapeamento nacional finalizado no ano de 2013.

como assunto principal da pesquisa a autogestão, um dos princípios fundamentais da economia solidária. Assuntos como solidariedade, cooperação e associativismo foram outros conceitos bastante discutidos. De acordo com o autor, nas relações teóricas entre a economia solidária e o ambiente econômico é onde aparece o assunto relacionado ao desenvolvimento (SILVA, 2018, p. 22).

Desta forma, consideramos que ainda há uma carência de estudos que analisem aspectos da relação da economia solidária com o desenvolvimento da região norte, especificamente do município de Santarém/PA.

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, diversos autores demonstram um grande potencial da economia solidária, bem como o próprio governo federal por meio de políticas integradas. O número expressivo de trabalhos realizados com esta temática, tais como os de Calbino e Paes de Paula (2013), Pinheiro (2016), Ferrarini *et. al* (2018), Lima (2018), Valente (2007), Amorim (2010), Nagem e Silva (2013) e outros, tem comprovado que a existência de experiências, sejam locais e/ou regionais, vêm trazendo oportunidades para a economia solidária, dentre elas, avanços em relação ao reconhecimento de governos com a criação de políticas e instrumentos para acesso dos empreendimentos econômicos solidários aos recursos públicos que fomentam e facilitam a organização e a mobilização comunitária, dando maior visibilidade às comunidades e aos grupos tradicionalmente excluídos.

A discussão teórica se dá, inicialmente, a partir do potencial apresentado pela economia solidária como uma alternativa ao desemprego e a geração de renda, assim defendida por autores como Singer, Valente, Gaiger e outros, para em seguida apresentá-la como uma estratégia de desenvolvimento territorial, defendida por Queiroz, Silva e Carvalho Filho e o próprio governo federal por meio de políticas públicas e programas que fomentam a economia solidária.

A presente pesquisa, apresenta quatro seções, além desta introdução, divididas em subseções. Nessa introdução, abordamos o problema, a justificativa, os objetivos e a metodologia. Na seção dois, intitulada “Economia solidária, um novo modo de produzir e comercializar”, apresentamos uma discussão acerca da economia solidária como uma alternativa ao desemprego e a geração de renda, sendo considerada também uma via de inclusão social a trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho. Apresentamos, também, o contexto histórico da economia solidária no Brasil, alguns aspectos que foram relevantes para o seu surgimento, a sua inserção na agenda governamental e dados nacionais referentes ao segundo mapeamento da economia solidária, além de apresentar sucintamente o cenário da economia solidária no estado do Pará.

Na seção três, com o título “Economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial”, o objetivo é demonstrar o amadurecimento da concepção da economia solidária como estratégia de desenvolvimento, para isso, apresentamos a discussão sobre o enfoque do território no desenvolvimento, um breve histórico das políticas nacionais para o desenvolvimento territorial, e em seguida, a economia solidária sob a perspectiva do desenvolvimento territorial e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial e/ou local que tenham relação com a economia solidária, em nível nacional e estadual, de forma a enfatizá-la como uma estratégia de desenvolvimento.

A seção quatro, denominada “A experiência do município de Santarém/PA por meio da economia solidária”, são apresentados os resultados obtidos por essa pesquisa, trazendo a discussão da experiência do município com o programa Escola da Economia Solidária e as políticas atuais voltadas para a geração de trabalho e renda, a caracterização dos empreendimentos mapeados pelo Sies, além da contribuição que essa política proporcionou aos seus atores. E na seção cinco, são apresentadas as considerações finais.

## **1.1 Aspectos metodológicos**

### **1.1.1 Caracterização do local da pesquisa**

Santarém foi fundada em 1661 pelos jesuítas da Companhia de Jesus, sua data de fundação é 22 de junho, o dia em que padre João Felipe Bettendorf instalou a missão na aldeia dos Tapajós dando início a formação do município. Foi elevada à categoria de vila em 1758 e um século depois se tornou cidade.

O município apresenta posição geográfica estratégica entre as duas maiores cidades da Amazônia, Manaus/AM e Belém/PA, sendo rota das principais expedições para a ocupação militar do território pelos portugueses, além disso, a partir dos portos aqui instalados, tem distância mais curta para os grandes centros consumidores mundiais, seja para a Europa, Ásia ou Estados Unidos (PEREIRA e MARQUES JR, [2014?]). Atualmente, tem se destacando como um polo de desenvolvimento e é considerada como principal centro regional financeiro, administrativo, político, comercial e de serviços de todo o Oeste do Pará (BARROS, 2021, p. 9).

Conhecida poeticamente como a “Pérola do Tapajós”, pode-se chegar em Santarém de avião, carro ou barco, sendo este último o meio de transporte mais utilizado por seus habitantes. Está localizada na bacia amazônica, banhada por um dos principais afluentes do Rio

Amazonas, o Rio Tapajós, com vista para uma das mais belas paisagens da região amazônica, o encontro das águas límpidas do Tapajós com as águas turvas do rio Amazonas (Figura 1).

O município conta com um aeroporto internacional, o Aeroporto Internacional Maestro Wilson Fonseca, que recebe voos diários que levam aproximadamente uma hora de viagem até as capitais, Belém e Manaus, se estendendo, a partir das mesmas, para outras regiões do país e exterior. Por via terrestre, conta com rodovias que realizam conexões com outros locais da região e do Brasil, como o acesso até a capital do estado pela BR-163 (Rodovia Federal Santarém-Cuiabá) que também liga Santarém ao estado do Mato Grosso. Na modalidade hidroviária, o mais importante meio de locomoção de passageiros e transporte de cargas, o município conta com vários rios que formam a rede hidrográfica (Amazonas, Tapajós, Arapiuns, Curuá-Una, Moju e Mojuí), desempenhando importante papel na economia local (SANTARÉM, 2021).

É sede da região metropolitana de Santarém e ocupa uma área de 17.898,389 km<sup>2</sup>. Sua população estimada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 308.339 habitantes, sendo o 3º município mais populoso do estado do Pará, o 6º de toda a região norte e o 83º do Brasil. Possui um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 5,1 bilhões, ligado principalmente ao setor de serviços e comércio, mas também ao extrativismo e à indústria. É o 8º município com maior PIB do estado (IBGE, 2021).

A história econômica de Santarém tem seus primórdios nas atividades econômicas desenvolvidas pelos índios Tupaius, que, antes do conquistador português chegar, realizavam a agricultura de subsistência, com produtos como o algodão, o cará, a batata doce, o crajirú, o urucu, o cunambi, o timbó, a pupunha e, principalmente, o milho e a mandioca. A pesca e o extrativismo animal também constituíam a economia local do período (SANTARÉM, 2021).

Padre João Felipe Bettendorff, em sua crônica sobre a missão dos jesuítas, assim retrata Santarém, quando da sua chegada por aqui:

Havia aqui uma populosíssima aldeia onde aquele rio desemboca em o das Amazonas com outras muitas pela terra a dentro; mas tudo se tem destruído pela muita cobiça dos moradores brancos do Estado. Mandou sua majestade fazer lá uma fortaleza [...] está sita a dita fortaleza em um outeiro alto que eu mandei roçar no ano 1661, quando Padre Antônio Vieira, visitador da Missão, me tinha mandado para lá por primeiro missionário de assento, para o rio das Amazonas e Tapajós; são boas terras para mantimentos, principalmente para milho e tabaco, os seus ares já não são tão maus como dantes eram. Bebe-se água do rio a qual assentada não faz mal, não falta caça por seus matos, que até coelhos, pombos e patos cá se acham; os rios abundam em peixe, até peixes-boi e tartarugas. É paragem muito aprazível [...] (BETTENDORFF, 2010, p. 116).

O município de Santarém experimentou diferentes ciclos econômicos, tais como o ciclo da borracha, o produto de maior aceitação no mercado mundial, em que as extrações advinham das proximidades do município, período que também marcou a urbanização do município, bem como, proporcionou um crescimento na economia regional. Houve o ciclo da juta, da pimenta-do-reino, do ouro e, também, dos investimentos patrocinados pelo governo federal que viabilizaram a construção de estradas (BR-163/Santarém Cuiabá e BR-230/Transamazônica), do cais de arrimo, do aeroporto, a pavimentação de vias urbanas, a construção da rede de esgoto sanitário e das galerias pluviais, bem como, a implantação dos projetos de assentamentos humanos que promoveram o crescimento das atividades econômicas e o incremento da infraestrutura urbana, das comunicações e do transporte (SANTARÉM, 2021).

Em meados dos anos de 1860, nos primeiros tempos da Guerra do Paraguai, o comércio de Santarém era bastante movimentado e era um importante porto dentro do plano comercial da Província do Grão-Pará. Entre os produtos de exportação estavam o café, carne seca, castanha-do-pará, cavalos, gado e couro de gado, couro de veado, feijão, guaraná, óleo de copaíba, salsaparrilha, sebo, vinho de caju, cacau, goma elástica e pirarucu, os três últimos foram os que mais geraram renda para o município (FONSECA, 2015, p. 29).

Atualmente a economia de Santarém está assentada nos setores de comércio e serviços, no ecoturismo, nas indústrias leves e de beneficiamento (madeireiras, movelarias, olarias, panificadoras, agroindústrias, de arroz e castanha, casas de farinha, beneficiamento do pescado, torrefações, fábricas de gelo e sabão, marcenarias, pequenas unidades artesanais, vestuário etc.) e, principalmente, no setor agropecuário, fazendo parte do Arco Norte como um dos corredores para escoamento de grãos<sup>3</sup>.

---

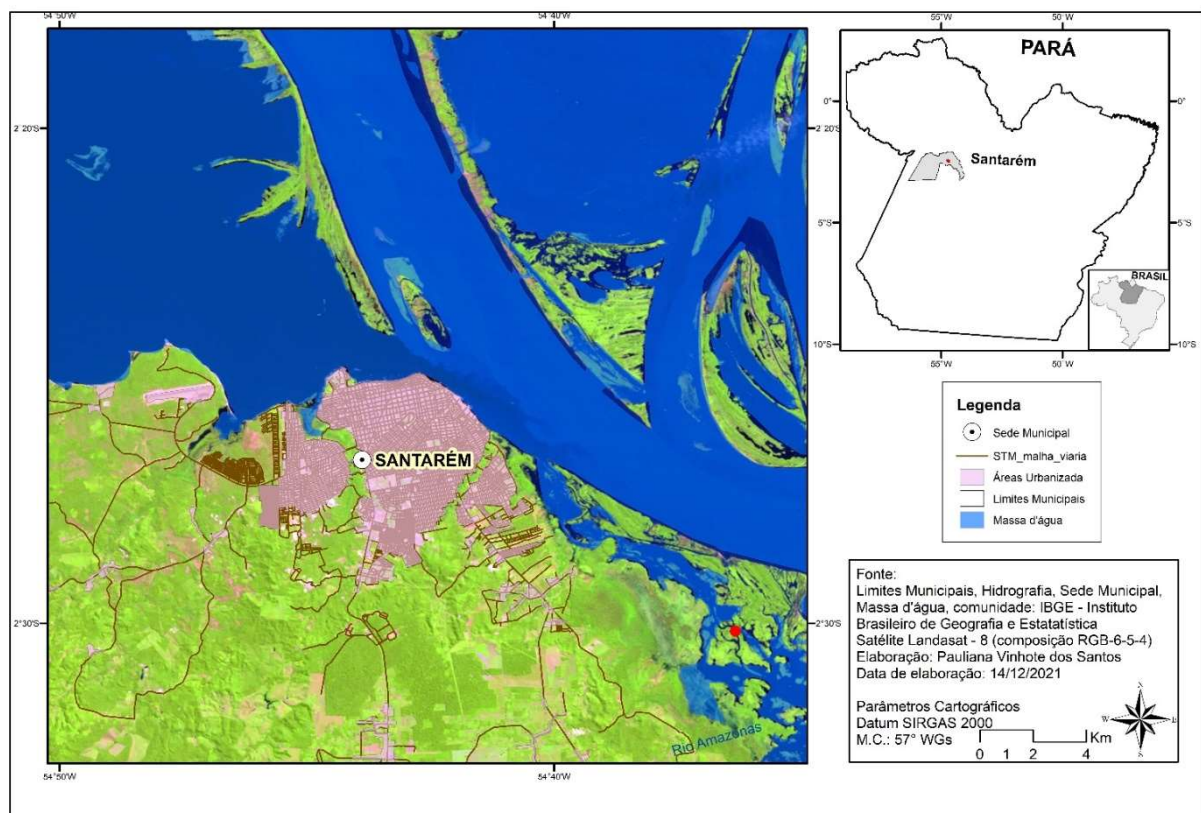
<sup>3</sup> O Arco Norte é um modal de transportes responsável pelo escoamento de cargas e insumos com a utilização dos portos ao norte do Brasil, desde Porto Velho, em Rondônia, passando pelos Estados do Amazonas, Amapá e Pará, até o sistema portuário de São Luís, no Maranhão (BRASIL, 2016). De acordo com o relatório da Secex/CDP, a saída de grãos pelo Porto de Santarém tem ocorrido de forma crescente, cerca de 85% da produção de grãos de Sinop/MT já eram escoados em Santarém no ano de 2013. A posição geográfica do município é conveniente para as vendas externas. Os navios saem do porto carregado de grãos e navegam pelo Rio Amazonas tendo como destinos principais a Europa e a Ásia (SECEX/CDP, 2013).

Figura 1 – Vista aérea do encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas



Fonte: Domínio público  
Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

Mapa 1 – Localização geográfica do município de Santarém/PA



Organização: COSTA, L.C.P.C da, 2022.

A escolha da área da pesquisa, surgiu a partir do levantamento de informações referente ao mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários realizado pela Secretaria



Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada à época ao Ministério de Trabalho (MTE), e disponibilizado pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies).

Em 2013 o Brasil possuía 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), organizados e distribuídos entre 2.804 municípios em todos os estados da Federação. Desse total 3.127 empreendimentos estão localizados na região norte, sendo 1.358 no Estado do Pará. O município de Santarém aparece em terceiro lugar no ranking dos municípios em número de estabelecimentos (Apêndice A) com cinquenta e oito EES, segundo mapeamento nacional finalizado em 2013, distribuídos entre grupos informais, associações e cooperativas, desta forma, definiu-se a área de estudo.

### 1.1.2 Escolha metodológica e sujeitos da pesquisa

De acordo com Martins (2009, p. 106) o homem realiza a pesquisa a fim de entender uma dada realidade, para isso relaciona e confronta informações, fatos, dados e evidências de modo a solucionar um problema. Nesse sentido, considerando o contexto do problema e os objetivos a serem alcançados por meio desta pesquisa, pretende-se responder à questão norteadora por meio do enfoque do materialismo histórico dialético, tendo em vista que, conforme Triviños (1987, p. 51), parte-se da compreensão da realidade histórica e de suas contradições, buscando explicações para os fenômenos da natureza, da sociedade ou do pensamento.

A presente pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, possui uma abordagem qualitativa, uma vez que se pretende fazer uma avaliação da economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento territorial, a partir de pesquisa documental e bibliográfica. E será subsidiada por uma abordagem quantitativa para a caracterização dos empreendimentos econômicos solidários a partir da análise descritiva de dados secundários, resultantes do segundo mapeamento nacional de economia solidária disponibilizados pelo Sies em sua página na internet.

O segundo mapeamento foi realizado entre 2009 e 2014 e resultou em uma base de dados com 19.708 empreendimentos econômicos solidários, tendo por objetivos a identificação e caracterização da economia solidária no Brasil; o fortalecimento da organização e integração de redes de produção, comercialização e consumo; a promoção do comércio justo e o consumo ético; o subsídio a formulação de políticas públicas; a facilitação à realização de estudos e pesquisas, além de dar visibilidade à economia solidária para fins de reconhecimento e apoio público (GAIGER, 2014, p. 21).

Inicialmente buscamos compreender os marcos teóricos da economia solidária e do desenvolvimento, a partir de pesquisas documental e bibliográfica em livros, revistas acadêmicas, em sites oficiais dos governos federal, estadual e municipal, para apresentarmos as inferências teóricas de autores como Singer, Valente, Gaiger, Queiroz, Silva e Carvalho, dentre outros. Na abordagem quantitativa, utilizamos a análise estatística para elaboração de gráficos, tabelas e quadros, como forma de interpretar as características predominantes dos empreendimentos em nível nacional e local, além de se obter um perfil social e econômico dos sócios dos empreendimentos. Os dados utilizados foram obtidos na base de dados do mapeamento nacional, o Atlas Digital da economia solidária, disponível no endereço eletrônico <http://sies.ecosol.org.br/atlas>.

Este Atlas permite ver os dados de várias das perguntas realizadas na pesquisa, disponibilizada em mapas, gráficos e tabelas. Gaiger (2014, p. 18) ressalta que “as informações coletadas junto aos empreendimentos necessitam de um trabalho meticuloso de crítica e validação” e que “os instrumentos de coleta, além de múltiplos são mais complexos, exigindo um tratamento redobrado, no sentido de depurar e validar as bases de dados.

Na abordagem qualitativa, utilizamos as respostas do questionário aplicado pelo Sies, a partir delas, podemos definir as principais tipologias de empreendimentos com base em critérios sociais e econômicos e as percepções sobre a experiência vivida nos empreendimentos e na economia solidária. De acordo com Gaiger (2014, p. 19), ainda nos preparativos para o segundo mapeamento, foi percebida a necessidade de se avançar no conhecimento do perfil dos membros dos empreendimentos e na verificação dos impactos da economia solidária sobre as condições de vida dessas pessoas e de suas famílias, para isso, para a realização do mapeamento o grupo de pesquisa optou por utilizar um questionário padronizado (ANEXO B)<sup>4</sup>, de modo a garantir a representatividade do estudo e aferir as condições de vida dos membros dos empreendimentos.

A crise gerada pela pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2), generalizada em 2020, provocou profundos impactos na economia em nível global. Em Santarém, não foi diferente, além do colapso na saúde pública, diversos segmentos da economia do município foram

---

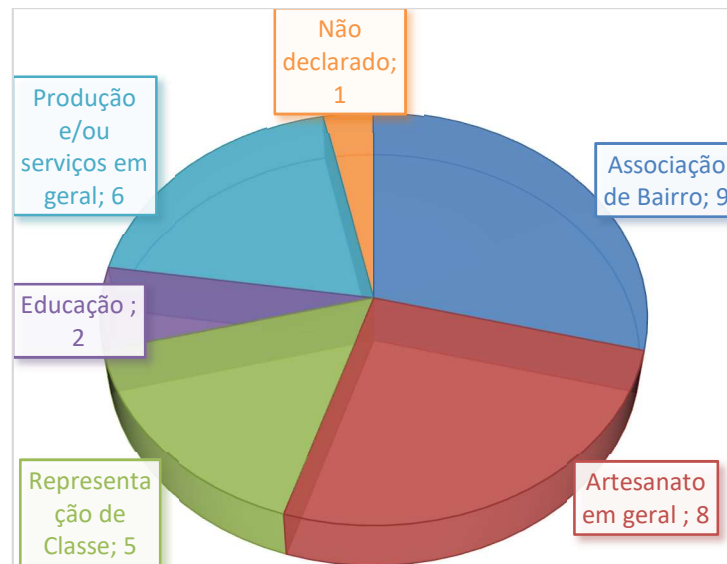
<sup>4</sup> O questionário teve como referência as principais pesquisas de base nacional no Brasil, tais como Economia Informal Urbana (ECINF), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), buscando identificar as categorias mais usuais. Para determinação da atividade econômica, utilizou-se da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, com subclasses adicionais, a CNAE-ES, específica para a economia solidária. E para estimar as mudanças provocadas pela participação na economia solidária, as questões foram selecionadas por sua incidência em situações concretas, vivenciadas como importantes pelos seus sócios, embasadas em entrevistas realizadas com representantes de EES na IV Plenária Nacional de Economia Solidária, em 2008 (GAIGER, 2014, p. 25).

impactados devido as medidas sanitárias e as restrições adotadas visando o combate à doença, que chegou a fechar o comércio e a impedir a circulação de pessoas. Desta forma, na intenção de verificar como os empreendimentos identificados no mapeamento estavam lidando com o cenário da pandemia, resolvemos realizar uma entrevista com alguns desses empreendimentos.

Por conta do prazo para finalização da pesquisa, somente os empreendimentos urbanos foram entrevistados, assim, a população da pesquisa compreendeu os empreendimentos mapeados pelo Sies na área urbana do município de Santarém, sendo encontrada a seguinte situação: dos 58 empreendimentos mapeados, 31 estão localizados na área urbana, o que representa 53% do total. Em sua maioria são associações de bairro e grupos voltados para a produção de artesanato, conforme Gráfico 1, muito embora, algumas associações de bairro também exerçam atividades voltadas para o artesanato, seguidos por empreendimentos voltados para a produção e/ou prestação de serviço, depois por representações de classe, como por exemplo, associação de taxistas, e, por último, por empreendimentos educacionais.

Destaca-se que um empreendimento não declarou o ramo de sua atividade, entretanto, consta como mapeado pelo Sies.

Gráfico 1 – Panorama dos empreendimentos econômicos solidários da área urbana do município de Santarém



Fonte: Microdados do mapeamento nacional referente ao município de Santarém (SIES, 2013)  
Elaboração: COSTA, L. C. P. da, 2021

Os dados nacionais foram obtidos, como dito anteriormente, acessando o site do Atlas Digital. Para obtenção dos dados referentes ao município de Santarém/PA, a Portaria nº 30, de 20 de março de 2006 do Ministério do Trabalho, determina que seja realizada cooperação técnica por meio de assinatura de Termo de Compromisso de Usuário das Bases de Informações do SIES, sendo assinado entre a Ufopa e o Ministério da Cidadania.

De posse dos dados obtidos, os empreendimentos foram organizados em tabela do Excel e receberam uma numeração progressiva. Foi realizado sorteio aleatório por meio de software gratuito disponível na internet de 30% para amostra, após o sorteio eram verificados a identificação do responsável pelo empreendimento, seu contato telefônico, endereço e e-mail, para em seguida a pesquisadora entrar em contato e agendar a entrevista.

No total foram realizados quatro sorteios para obtenção da amostra da pesquisa, isso porque, alguns empreendimentos não foram localizados nem por contato telefônico, nem no endereço informado. No final, a pesquisadora tentou contato com todos os 31 empreendimentos mapeados na área urbana, destes, oito não foram localizados, três não se consideram atores da economia solidária e não quiseram participar da pesquisa, um atua somente na área rural e sete não estão em funcionamento, alguns destes de forma temporária, principalmente as associações de bairros, por conta da pandemia que prejudicou suas atividades, outros porque seus associados conseguiram um emprego formal, logo, foi possível identificar 12 empreendimentos econômicos solidários em funcionamento.

## 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM NOVO MODO DE PRODUZIR E COMERCIALIZAR

O modo de produção capitalista dominante se tornou natural no mercado de trabalho e tem proporcionado uma economia de mercado competitiva em todos os sentidos. Segundo Singer (2002a, p. 7), essa competição tem um ponto positivo para os consumidores, pois eles podem escolher o que querem pelo menor preço.

No entanto, tal competição tem sido criticada por conta de seus efeitos sociais, tendo em vista a competição ser positiva para o consumidor e ao mesmo tempo negativa para empresários que chegam a quebrar por não conseguirem se manter no mercado, bem como, para seus funcionários que, por conta do fechamento dessas empresas, ficam desempregados.

Empresários falidos não têm mais capital próprio, e os bancos lhes negam crédito exatamente porque já fracassaram uma vez. Pretendentes a emprego que ficaram muito tempo desempregados têm menos chance de serem aceitos, assim como os que estão mais idosos. (SINGER, 2002a, p. 8)

Com a crise do mercado de trabalho provocada pela reestruturação produtiva do capitalismo e com o surgimento das inovações tecnológicas e da robótica, novos padrões de produção caracterizados pela flexibilização das relações e dos processos modificaram intensamente o mercado de trabalho. Dessa forma, novas formas de organização de atividades econômicas diferentes, baseadas na cooperação ativa entre trabalhadores em empreendimentos de sua propriedade coletiva ou entre produtores familiares ou individuais autônomos associados, foram se constituindo como resposta à exclusão e à precarização do trabalho.

São organizações econômicas em que predomina a solidariedade e a busca de meios democráticos de proporcionar a sobrevivência dos trabalhadores e que têm se manifestado de formas muito variadas voltadas para a geração de trabalho e renda que envolvem tanto empreendimentos produtivos e de prestação de serviços, quanto organizações que auxiliam no suporte de tais atividades, como organizações não governamentais e agências de fomento (CALBINO e PAES DE PAULA, 2013; PINHEIRO, 2016; FERRARINI *et. al.*, 2018; LIMA, 2018), que se encontram presentes em diversos setores da sociedade.

Especificamente no Brasil, hoje a economia solidária se mostra presente em diversos setores da sociedade, por meio: a) do Governo Federal, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária; b) das agências de fomento a empreendimentos solidários, através dos Pronincs - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, Fineps - Financiadora de Estudos e Projetos. c) dos projetos de extensão de universidades e prefeituras, com a criação de Incubadoras de Empreendimentos Solidários; d) das feiras e clubes de trocas; e) das finanças solidárias – com a criação de diversos bancos comunitários; f) das Redes de economias locais; g) das

associações, cooperativas populares e organizações comunitárias espalhadas por todos os Estados do Brasil (CALBINO e PAES DE PAULA, 2013, p. 371).

A economia solidária foi definida pelo Ministério do Trabalho<sup>5</sup> como um jeito diferente de produzir, vender e comprar, onde os trabalhadores são os donos do próprio negócio, tomam as decisões, dividem o trabalho e repartem os resultados.

Para Singer (2002a), a economia solidária é outro modo de produção com princípios baseados na propriedade coletiva ou associada do capital e no direito à liberdade individual, que une todos os que nela estão inseridos em uma única classe, a de trabalhadores que são donos do próprio capital por igual. Entretanto, Cornelian analisando a economia solidária a partir das perspectivas de Singer, aponta que há uma contradição em tal concepção, uma vez que Singer também afirma que a economia solidária compõe a formação social capitalista e está sob a regência da lógica geral capitalista.

Ora, mesmo que Singer insista em dizer que a ES é um modo de produção alternativo, ou ainda, quando mais cauteloso, sugere que a ES seria um modo de produção alternativo futuro (após a construção das Redes solidárias e do homem solidário, etc.), o próprio autor afirma com todas as letras: *“A economia solidária [...] compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses”*(CORNELIAN, 2006, p. 70 - Grifos do autor).

Apesar das contradições encontradas, Cornelian ver a economia solidária como um movimento socioeconômico real que pode servir tanto para o bem quanto para o mal, dado que apresenta grandes possibilidades para a melhoria das condições de vida daqueles que a integram, mas também pode aumentar a miséria geral por ser uma personificação da exploração do capital (CORNELIAN, 2006, p. 89).

Valente (2007, p. 3) considera a economia solidária uma alternativa ao crescente mundo do desemprego e que tem operado como “uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital”.

Amorim (2010), por sua vez, toma por base em seus estudos a compreensão da economia solidária não como a criação de novo modo de produção, mas como uma importante estratégia de enfrentamento da pobreza, que se traduz em experiências de inserção laboral para uma parcela significativa da sociedade, sem qualquer possibilidade de acesso ao mercado formal de trabalho.

---

<sup>5</sup> O Ministério do Trabalho foi extinto em 1 de janeiro de 2019 por meio da Medida Provisória nº 870, convertida na Lei nº 13.844, em 18 de junho de 2019, e teve suas atribuições divididas entre o Ministério da Economia, o Ministério da Cidadania e o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em 27 de julho de 2021, foi oficialmente recriado, por meio da Medida Provisória nº 1.058, alterando a Lei nº 13.844/2019.

Entende-se, portanto, que as experiências da Economia Solidária traduzem-se em iniciativas de enfrentamento ao desemprego e a pobreza em razão das especificidades da fase atual do capitalismo. Especificidades essas que impõem a super-exploração dos trabalhadores a fim de recompor os lucros capitalistas, que tendem ao decréscimo (AMORIM, 2010, p. 109).

Como resultado dessa superexploração, criou-se um cenário muito desfavorável para os trabalhadores, com péssimas condições de trabalho, desemprego em massa e a formação de um mercado de trabalho precarizado, que se traduz em trabalhadores instáveis, excluídos e pauperizados. Nesse cenário, principalmente na década de 1990, ocorre uma explosão de empreendimentos solidários, que para a autora, mostra a relação direta da economia solidária com a crise do emprego que se originou com a crise do capital.

Nesse sentido a economia solidária se apresenta como um fenômeno social novo que surge como resposta dos trabalhadores à opressão capitalista. Constituindo-se como uma forma de trabalho atípica com uma racionalidade interna própria e distinta da economia capitalista, de forma que esta racionalidade diferente se constitui como parte de sua força, [...] objetiva ser um mecanismo contra situação de extrema vulnerabilidade social vivenciada pelas populações pauperizadas (AMORIM, 2010, p. 95).

Gaiger (2015), ao discutir as evidências que indicam a economia solidária como uma alternativa para gerar renda, combater a pobreza e romper a lógica das desigualdades, aponta que seu efeito promissor decorre de sua aptidão por estimular o protagonismo econômico e político dos trabalhadores pobres, vulneráveis à exclusão por meio da organização econômica e de seu envolvimento na condução dos empreendimentos (GAIGER, 2015, p. 3).

Para Daniel Tygel (2011), a economia solidária pode ser definida em três dimensões: economicamente, politicamente e culturalmente. Economicamente, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseados na democracia e na cooperação, é o que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) chama de autogestão, onde não existe patrão nem empregados, pois todos os integrantes do empreendimento são ao mesmo tempo trabalhadores e donos. Arcoverde *et. al* (2006, p. 78) define essa dimensão como uma corrente econômica ideológica, na qual as organizações de economia solidária são percebidas dentro de uma nova forma de relação de produção.

Politicamente, o FBES defende que é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade por uma forma diferente de desenvolvimento que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos. Essa dimensão

é vista por Arcoverde *et. al* (2006, p. 77) como uma corrente política que vê os empreendimentos solidários como “aqueles que tentam suprir o problema da exclusão social, a crise do trabalho assalariado”.

Culturalmente, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da economia solidária, que não afetem o meio ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, o FBES defende a ideia de mudança no paradigma da competição para o da cooperação, de inteligência coletiva, livre e partilhada. Arcoverde *et. al* (2006, p. 78) afirmam ser esta uma corrente sociocultural, em que seus filiados respondem à crise dos paradigmas dominantes, difundindo valores instrumentais, tais como o individualismo, o comunismo, a competitividade, dentre outros, “alicerçando a busca pela constituição de novos organismos orientados por novos valores e paradigmas”.

Diferentes autores, com diferentes definições, no entanto, o que se observa é que a economia solidária apresenta um grande potencial na luta dos trabalhadores, não somente por ser uma geradora de renda, mas também por proporcionar melhores condições de vida, tanto nos aspectos econômico, social e, até mesmo, político. Mas para além disso, a economia solidária tem despontado para uma outra perspectiva, a do desenvolvimento territorial, como observam Nagem e Silva (2013, p. 163). Segundo os autores, principalmente do início do século XIX em diante, houve uma mudança de discurso no que diz respeito à natureza das políticas públicas de economia solidária de geração de trabalho e renda para “estratégia de desenvolvimento”, sendo que esta mudança foi reforçada nas I e II Conferência Nacional de Economia Solidária e na V Plenária Nacional de Economia Solidária.

Vale destacar que não queremos adentrar na discussão quantos aos seus conceitos, mas sim contribuir para o seu reconhecimento como uma estratégia de desenvolvimento e na sua relação com a perspectiva territorial do desenvolvimento em bases sustentáveis. Para isso, neste capítulo, apresentamos uma breve discussão acerca dos efeitos produzidos pelo modo de produção capitalista no mundo do emprego, para em seguida tratarmos da economia solidária, apresentando seu contexto histórico no Brasil, sua inserção na agenda governamental e as iniciativas de economia solidária no território brasileiro com base nos dados do segundo mapeamento nacional de economia solidária disponibilizados pelo Sies.

## **2.1 Efeitos do modo de produção capitalista no mundo do emprego**



De acordo com Singer (2000, p. 11) o capitalismo se origina na produção simples de mercadorias, onde há a separação “mais ou menos natural” da posse e do uso dos meios de produção em razão do funcionamento do mercado. Para Santos e Rodriguez (2002, p. 27), essa separação é uma das três características negativas das economias capitalistas sendo causadora das desigualdades produzidas pelo sistema capitalista, não somente de recursos, mas também de poder.

Na tradição marxista o efeito que figura no centro das críticas [ao capitalismo] é a desigualdade econômica e de poder entre as classes sociais. A separação ente capital e trabalho e a apropriação privada dos bens públicos agem como motores que produzem rendimentos desiguais e relações sociais marcadas pela subordinação do trabalho ao capital. As mesmas condições que tornam possível a acumulação, geram desigualdades dramáticas entre classes sociais, no interior do país, e entre países, no sistema mundial (SANTOS E RODRIGUEZ, 2002, p. 27).

As outras duas características citadas pelos autores dizem respeito a concorrência exigida pelo mercado capitalista, que faz com que formas de sociabilidades fiquem empobrecidas e a exploração crescente de recursos naturais em nível global, colocando em perigo as condições de vida da terra. Para muitos teóricos, deveria haver um equilíbrio entre a procura e a oferta no mercado e, conseqüentemente, na divisão social do trabalho, entretanto, na prática o que se vê, é o mercado passando de um desequilíbrio a outro em função de fatores naturais e sociais, como afirma Singer (2000, p.11), que acaba por afetar toda a sociedade.

De acordo com Quijano (2002, p. 484) foi no contexto da crise mundial capitalista, em meados dos anos de 1973, quando uma imensa massa de trabalhadores, excluída de seus empregos assalariados, que surgiu o conceito de “estratégia de sobrevivência (grifo do autor). Isso porque, em um primeiro momento, a resistência dos trabalhadores consistia em assegurar a sua sobrevivência, que nesse caso se deu por meio da informalidade.

No Brasil, após a crise do modelo de desenvolvimento que se baseou na substituição das importações a partir dos anos de 1970, deu-se início um processo de reestruturação produtiva no país, que, segundo Gomes (2011, p.7), ocorreu “pari passu aos novos padrões de competitividade internacional e as mudanças econômicas” ocorridas naquele momento, como a recessão econômica, o desemprego, a crise do padrão industrial baseado no desenvolvimentismo e, ainda, a política de abertura econômica inspirada no neoliberalismo.

A reestruturação produtiva no Brasil se dá com o incremento das inovações tecnológicas, onde buscou-se estratégias de produtividade e qualidade para o enfrentamento da concorrência internacional, a exemplo dos programas de qualidade, das novas formas de organização do trabalho, da automação da indústria, dentre outros. Embora a reestruturação tivesse por objetivo a modernização do país e sua conseqüente inserção no mercado

globalizado, ela trouxe consequências significativas para o mundo do trabalho, conforme conclui Gomes (2011):

A reestruturação produtiva ocasionou consequências significativas para o mundo do trabalho, tanto na materialidade como na subjetividade da classe trabalhadora. Noutros termos, a implementação de práticas e técnicas baseadas no modelo japonês levou ao aprofundamento do desemprego, contribuindo para a redução do emprego industrial, a redução do trabalho com carteira assinada, o aumento do trabalho sem carteira assinada e do trabalho temporário e terceirizado (GOMES, 2011, p. 69).

No mesmo sentido, Antonello (2013, p. 99) corrobora com o fato de que o trabalhador foi o mais prejudicado neste processo de reestruturação produtiva que resultou no comprometimento na geração de postos de trabalho e também na exclusão socioeconômica mediante o desemprego e a precarização do trabalho. Outro fato que também tem contribuído para a redução de emprego é a desindustrialização que vem ocorrendo no país<sup>6</sup>.

Segundo Sampaio (2019, p. 109), nos países de capitalismo tardio, como é o caso do Brasil, esse processo se inicia ainda na década de 1980 e se consolida na década de 1990, quando as indústrias ainda não estavam maduras. O autor aponta dentre os fatores, externos e internos, que levaram a este fim: a emergência das políticas de corte neoliberal (Consenso de Washington), a financeirização da riqueza capitalista, a reorganização da grande empresa transnacional, na forma da fragmentação da produção global por meio das cadeias globais de valor, a mudança do paradigma tecnológico, via terceira revolução industrial, a crise da dívida externa dos anos 1980, os processos de abertura comercial e financeira dos anos 1990 e o Plano Real (a partir de 1994), que consolidou o projeto liberal no Brasil.

Para Sampaio (2019), a redução do grau de industrialização do Brasil, ainda na década de 1980, é tida como uma desindustrialização relativa, uma vez que esta ocorreu de forma compatível com o crescimento econômico. Entretanto, a partir de 2011, com as expressivas reduções da capacidade de produzir, “pode-se falar em uma trajetória que aponta para a forma mais grave da desindustrialização: a absoluta” (SAMPAIO, 2019, p. 125). Neste caso, na desindustrialização absoluta, apontada pelo autor, acontece a diminuição da produção física e do emprego na indústria de transformação, que implica na perda de produção, no

---

<sup>6</sup> A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, a UNCTAD (em inglês, United Nations Conference on Trade and Development), classifica a desindustrialização como positiva e negativa. O primeiro se refere basicamente aos países desenvolvidos, os quais, entre as décadas de 1960 e de 1970, haviam amadurecido seus processos de industrialização e mantinham forte presença exportadora de manufaturados, em especial de bens de capital e de tecnologia mais complexa e avançada. O segundo, remete ao caso de países subdesenvolvidos, em que suas indústrias, ainda que continuassem a crescer, o faziam a taxas reduzidas, diminuindo suas participações na produção mundial, reduzindo a taxa de investimento, sofrendo estagnação ou queda da produtividade, perda de competitividade externa e interna e flagrante queda na participação de exportações de manufaturados (CANO, 2014).

aumento da capacidade ociosa e na redução do número de empregos, que tem como consequência uma elevação substantiva da segregação social e da dependência externa.

Entretanto, Silva (2017, p. 311) aponta que os efeitos negativos sofridos pela indústria no Brasil só foram percebidos depois das crises mais em termos de produção do que em termos de emprego, dado que o governo federal implementou políticas de desoneração e de incentivo ao consumo em troca da manutenção dos empregos pelas empresas. Apesar disso, Cano (2012, p. 848) assevera que medidas como estas só trazem efeitos positivos em momentos de desaceleração da economia e para empresários que têm seus custos reduzidos e os prejuízos amortizados, levando a um ganho de lucro. Para o autor, é preciso que se faça mais pela reestruturação da indústria.

Contrapondo Silva, Mattos (2015) em seu ensaio sobre o mercado de trabalho, alertou para um fato preocupante quanto aos sintomas do processo de desindustrialização em curso que já vinham sendo percebidos. No ano 2015, até julho 547.438 postos formais de trabalho haviam sido fechados, dos quais 42% eram da indústria de transformação. Para o autor, esses números já sugeriam uma crise nas atividades industriais, uma vez que desde 2006 já se apresentava um cenário de queda nos postos de trabalho. Além disso, seu estudo apontou para um forte dinamismo na geração de posto de trabalhos com baixos rendimentos ou mão de obra pouco qualificada, que para ele, “parece refletir, de modo geral, dificuldade da atividade econômica para gerar ganhos sustentáveis de produtividade e, em especial, para promover expansão sustentada das atividades industriais (MATTOS, 2015, p.79).

De todo o modo, Cunha (2003, p. 52) afirma que “no rastro dos debates sobre a exclusão e das críticas ao modelo econômico dominante” surgem propostas alternativas de desenvolvimento em termos econômicos, sociais e ambientais, sendo a economia solidária uma dessas propostas, como veremos a partir daqui.

## **2.2 Contexto histórico da economia solidária no Brasil**

Em sua origem histórica, a economia solidária surge pouco depois da revolução industrial, mas na figura do cooperativismo, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção.

Sociedades cooperativas surgiam em meio a greve de trabalhadores que entravam em conflito com seus empregadores não por reivindicar melhores salários e condições de trabalho, mas sim para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão (SINGER, 2002a, p. 29).

Foi a partir das ideias de Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark na Escócia, que ganhou muitos adeptos ainda no início do século XIX, que surgiram as primeiras iniciativas (SINGER, 2002a, p. 25).

Em 1844, um grupo de operários do setor têxtil, owenistas e também militantes no movimento cartista, residentes na cidade inglesa de Rochdale, formaram uma cooperativa de consumo. Eles montaram um grande armazém com o intuito de reduzir o custo e melhorar a qualidade dos alimentos que consumiam, pois àquela época a comida comercializada costumava estar deteriorada. Estabeleceram oito princípios para o funcionamento de sua cooperativa: 1) haveria democracia na sociedade, sendo para cada sócio reservado o direito a um voto nas assembleias gerais; 2) a sociedade seria aberta para quem quisesse participar, desde que integrasse a quota de capital mínima igual para todos; 3) qualquer dinheiro investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria a seu possuidor qualquer direito adicional de decisão; 4) o que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive o juro, seria distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizessem na cooperativa; 5) as vendas seriam à vista; 6) os produtos vendidos seriam sempre puros e de qualidade; 7) a sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; 8) a sociedade seria neutra política e religiosamente (SOUZA, 2003, p. 36).

Os princípios apresentados são princípios internacionais que ainda hoje permanecem. Pela experiência de Rochdale, teve início o cooperativismo moderno que temos hoje e não mais apenas no ramo do consumo e da produção de bens como dos pioneiros, mas em vários outros ramos econômicos como crédito, serviços, educação.

No Brasil, esse movimento tem início ainda no século XIX. Segundo Maciel (2009, p.19), as primeiras iniciativas cooperativistas são datadas de 1887, com a fundação da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas e de 1889, com a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais. No sul do país, outro tipo de cooperativa ganhou força, as cooperativas agropecuárias, sendo a primeira cooperativa registrada nesse ramo a Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, no Rio Grande do Sul em 1892, onde imigrantes europeus e asiáticos traziam consigo os ideais cooperativistas muito fortes.

Ainda, de acordo com a autora, a cooperativa mais antiga em funcionamento no Brasil é do ramo de crédito, fundada por colonos alemães em 1902, a Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis, situada no Rio Grande do Sul que desde 1992 adota a denominação Sicredi Pioneira, pois integra o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), sendo esta a primeira cooperativa de crédito da América Latina.

Como se percebe, a história da economia solidária se confunde com a história do cooperativismo, isso porque é por meio do cooperativismo, principalmente, que esta realiza seus princípios visando a geração de trabalho e renda, em busca de uma vida melhor para seus

atores, entretanto, a economia solidária não é composta somente por cooperativas, como veremos mais adiante.

Foi entre os anos de 1980 e 1990 que este movimento foi adotado como economia solidária. Singer denomina este momento de “renascimento da economia solidária”, isso porque existiam cooperativas que não eram autogestionárias, seus diretores e colaboradores eram assalariados.

Com a crise social das décadas perdidas de 1980 e de 1990, em que o país se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil. Na realidade, ela foi reinventada. Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. O que distingue este “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento (SINGER, 2002a, p. 111).

Noëlle Marie Paule Lechat, em palestra proferida na Unicamp no II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, em 20/03/2002, fez um breve resgate das origens da economia solidária na literatura brasileira. De acordo com a autora,

O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária ou cooperativismo popular (LECHAT, 2002, p. 10).

Nesse resgate, Lechat se atém principalmente na história da ação dos intelectuais para nomear e pesquisar este campo e procurou identificar na literatura brasileira os primeiros aparecimentos dos conceitos ligados à economia solidária, onde identificou que o conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro Economia de solidariedade e organização popular, organizado por Gadotti. No entanto, segundo a autora, é em 1995 que se escreve sobre economia solidária referindo-se a ela desta maneira (LECHAT, 2002, p.11).

A seguir, apresentamos um breve resumo no qual autora apresenta alguns encontros que, segundo ela, vão constituir um marco para a construção de um pensamento e movimento social em prol da economia solidária no Brasil:

O primeiro aconteceu em setembro de 1995 durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia. Os trabalhos apresentados na mesa redonda do 7º encontro foram organizados em coletânea por Luiz Inácio Gaiger e publicados em 1996. O segundo ocorreu no III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG -, em São Paulo nos dias 30 e 31 de maio de 1996. Em agosto de 1993, o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e outras entidades articularam o

primeiro seminário sobre autogestão em Criciúma (SC). Em 1994, estas entidades realizaram em Porto Alegre o seminário sobre “Autogestão, realização de um sonho”. O PACS criou também um Canteiro de Socioeconomia Solidária que organizou vários novos encontros como em 1998 em Porto Alegre e de 11 a 18 de junho 2000 em Mendes, Rio de Janeiro (Encontro de Cultura e Socioeconomia Solidária). Em meados de 1995, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) criou a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Além da ajuda da Ação pela Cidadania, ganharam apoio financeiro da FINEP e do Banco do Brasil. A partir daí várias universidades vão implantar incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e a Rede Universitária das incubadoras vai ser formada. O primeiro grupo de professores pesquisadores sobre a temática da economia solidária se forma na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília em 1996. A primeira publicação do grupo, A empresa sem patrão, é resultado do 1º Simpósio realizado em junho de 1996. Em novembro de 1998 realiza-se o 2º Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão e Participação. Destes Simpósios participaram representantes de entidades organizativas de empresas autogeridas e cooperativas. O grupo teve contatos com o MST, com a CONCRAB, mas foi com a ANTEAG que a colaboração mais avançou. Em 1997, a Fundação Unitrabalho toma a decisão de criar um grupo de trabalho de economia solidária. A coordenação foi feita pelos professores Cândido Vieitez, da UNESP, Newton Brian da UNICAMP e Paul Singer da USP. Foram chamados pesquisadores universitários de todo Brasil para participar do grupo. Até que em janeiro de 1999, após a realização de vários seminários, foi elaborado um projeto de pesquisa de âmbito nacional intitulado Economia solidária e autogestionária em vista de um amplo levantamento desta realidade no Brasil[...]. Ao que tudo indica, o final do século XX viu nascer um novo paradigma socioeconômico, político e cultural fundamentado na solidariedade. (LECHAT, 2002).

Na próxima seção, fazemos um resgate do processo de surgimento de experiências de economia solidária no Brasil, tendo como referência a ação dos movimentos sociais, sindicatos, ONGs, igrejas, prefeituras e governos de esquerda, apresentando primeiramente experiências históricas e, em seguida, retratar o cenário das fortes transformações econômicas e da reestruturação produtiva que ocorreu a partir dos anos de 1990, que resultou em um aumento expressivo da taxa de desemprego e da informalidade, momento em que surgiram diversos movimentos sociais organizados em busca da defesa de alternativas para geração de trabalho e renda que vão além dos trabalhos formais, com princípios baseados no associativismo e na autogestão.

### 2.2.1 Raízes históricas da economia solidária no Brasil<sup>7</sup>

A economia solidária apresenta uma perspectiva que vai muito além do cooperativismo, abrangendo outras formas de organização econômica, que tem em suas bases valores de coletivismo, não individualistas (SOUZA, 2003, p. 38).

---

<sup>7</sup> Importante esclarecer que não foram encontrados estudos científicos tratando deste tema, há apenas ensaios, incompletos e não revisados, de Cláudio Nascimento em sua página oficial na internet (<http://claudioautogestao.com.br/>) e relatos em vídeos contando a respeito de seu estudo sobre autogestão.

Nessa perspectiva, Claudio Nascimento<sup>8</sup> em seus estudos sobre a história da autogestão, afirma que o “arco histórico [da autogestão] pode ser remetido à outras temporalidades de mais longa duração, incorporam, por exemplo, experiências como a ‘Comuna de Zumbi dos Palmares’” (NASCIMENTO, 2020, p. 27).

Da mesma forma, para Ana Mercedes Sarria Icaza (2017), que considera que a economia solidária tem a ver com lutas de trabalhadores e outros processos de organização ocorridos não somente no Brasil, mas no mundo, importantes experiências de organização dos índios e quilombolas, além do cooperativismo europeu do início do século XX, são fatos marcantes do passado da economia solidária.

Nascimento (2014, p. 3) trabalha com três tipos de memórias: longa, média e curta. Nos ateremos a memória longa neste caso para demonstrar o passado da economia solidária. De acordo com o autor, “há experimentações de práticas de autogestão milenares”, onde indígenas e quilombolas são os sujeitos principais por conta da sua própria maneira de ser, de viver, de produzir, por meio de propriedades comuns.

[...] as relações sociais mais importantes para os povos indígenas eram as de parentesco e de família estendida. Porém, eram igualmente importantes as relações de aliança, estabelecidas a partir de necessidades estratégicas e momentâneas, no compartilhamento de interesses recíprocos. Como afirma Luciano-Baniwa (2006, p. 45): “[...] esses interesses frequentemente estão relacionados à troca de mulheres, ao compartilhamento de espaços territoriais privilegiados em recursos naturais, aos interesses comerciais (trocas) ou às alianças de guerras contra inimigos comuns”. As relações de aliança, dessa forma, podem ser consideradas como estruturantes da coletividade indígena (BAUER, 2020, p. 99).

É por essa coletividade, característica marcante entre os indígenas, que para Nascimento existem elementos de autogestão presentes na forma de organização dessas comunidades. Para o autor, um fato histórico marcante para autogestão no Brasil é o caso do Quilombo dos Palmares, o qual o autor denomina de “Comuna de Palmares”

Entre nós também, a autogestão foi antes de tudo uma prática social de emancipação. Vamos, ainda na época Colonial, encontrar experiências que apontam na perspectiva da autogestão comunal. Por exemplo, o poeta francês [...] Benjamin Péret, escreveu [...] uma obra intitulada significativamente ‘La Commune des Palmares’ [...]. Enfim, A COMUNA DE PALMARES”. Na introdução [da obra] informa que Péret foi sensível as analogias entre os Palmares e diversas experiências de luta e de auto-organização que surgiram na história do movimento social dos oprimidos. (NASCIMENTO, [2014?], p. 1).

---

<sup>8</sup> Educador popular. Trabalhou na Senaes, coordenando a área de educação. Trabalha com a história da economia solidária e da autogestão.

Em explanação sobre o tema, Nascimento cita também que nos anos de 1960, em Goiás, tivemos a experiência de Formoso e Trombas<sup>9</sup>, onde posseiros e agricultores desenvolveram por quase dez anos experiências de propriedade social e de democratização do poder político.

A experiência que chamamos de “Comuna de Formoso e Trombas” foi por muito tempo esquecida na história do país. Há alguns anos, pesquisadores se debruçam neste período tão crucial de nossa história. Sobretudo, a obra de Paulo Ribeiro da Cunha, “Aconteceu muito longe” (2007) realiza um estudo profundo daquela experiência dos camponeses de Goiás [...]

Em 1941, foi fundada a CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás) em área onde já havia militância do PCB. A CANG desenvolveu três formas de ação política, sendo que a 1ª merece destaque por seu caráter de autogestão. A primeira característica de sua fase inicial foi a de **cooperação**, de **associação comunitária**, em razão de **interesses e necessidades mútuas** entre os colonos (NASCIMENTO, [2014?], p. 11 – grifos do autor).

O autor aponta outro trabalho de Cunha, em que ele apresenta informações quanto a um processo de mobilização que vinha se consolidando e que também foi formando uma organização crescente nesta mesma experiência, e que foram resultados do aproveitamento do trabalho comunitário entre os camponeses, por exemplo, os mutirões, e apresenta um relato de uma camponesa sobre o funcionamento do mutirão:

Os mutirões, já frequentes na região, propiciaram uma nova forma de ação solidária que se desenvolve nesse momento, a chamada traição, que consistia no apoio aos novos posseiros que chegavam e igualmente aqueles que estavam em dificuldades de plantio ou colheita. Num raro e fascinante relato, uma camponesa assim descreve o processo:

A traição era uma brincadeira que a gente tirava com os companheiros chegantes ou em dificuldades, que por qualquer motivo não dava conta de tirar a produção para a família. A traição era uma forma alegre e solidária da união dos posseiros. Chegavam 200 pessoas entre homens, mulheres e crianças. O traidor era aquele que convidava todo mundo para pregar uma peça no vizinho. O traidor organizava tudo com o auxílio dos convidados, [...] punha tudo no carro de boi e ia na casa do traído [...]. Os homens ‘dividia’ em turmas, uns iam plantar, outros ‘colher’, consertar e fazer cercas. A gente fazia a traição no sábado e domingo. À tardinha todo mundo banhava no rio, acendia fogueira com muitas violas, a gente fazia o baile e depois cada qual ia pra sua casa cantado (NASCIMENTO, [2014?], p. 13).

Outra experiência marcante apontada por Nascimento é a da Comunidade indígena Makunaíma, dos índios Macuxi habitantes da Serra da Raposa do Sol, no estado de Roraima.

Formou-se em 1970, na maloca da raposa, chefiada pelo tuxaua Gabriel, uma cooperativa de compra e venda de produtos. Várias malocas participaram. Um passo adiante, após muitos problemas, foi a fundação de comércios comunitários em todas as malocas da região de Normandia, chamados de Cantinas Indígenas [...]. A partir da

---

<sup>9</sup> A luta na região de Formoso e Trombas teve origem em fins dos anos de 1940 a partir da busca de terra por parte de milhares de camponeses que se dirigiam à CANG atraídos pela propaganda do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo – DIP quanto a promessa de doação de terra e ajuda técnica pelo governo federal (Ver CUNHA, 1997).



experiência exitosa das cantinas, os índios utilizavam o capital para comprar gado. Esse gado é de toda a comunidade. Construíram cercas, currais, barracos para cuidarem do gado.

Os fazendeiros reagiram de forma violenta, queimando os barracos e destruíram cercas e currais. Também ferravam os animais dos índios com as marcas das fazendas. Nessa conjuntura, em suas reuniões os tuxauas discutiram saídas e deste modo, surgiram os projetos de criação comunitária. Em 1980, com a solidariedade externa criaram o primeiro projeto.

Como vemos, é uma prática de autogestão, que na economia solidária é chamada de fundos rotativos (NASCIMENTO, [2014?], p. 18).

Como bem vislumbra Gaiger (2007, p. 86), a economia solidária “encontra antecedentes longínquos e próximos, a começar pelas formas autóctones pré-colombianas e pelos sistemas coletivos adotados pelos escravos libertos” em que resta avaliar esse legado. Múltiplas raízes e configurações são amplificadas pelos contrastes regionais e nacionais. Pode-se perceber, que a história da economia solidária está ligada diretamente à organização de trabalhadores em busca de melhorias nas condições de vida. Em um primeiro momento, tratou-se de uma resistência escrava e de comunidades originárias da sociedade agrário-exportadora, em seguida, a resistência se deu por lutas operárias contra o avanço da industrialização no decorrer do século XX (SANCHEZ, 2017, p. 87).

No segundo mapeamento nacional foi realizado um levantamento amostral<sup>10</sup> dos empreendimentos a fim de conhecer com maior profundidade a realidade EES mapeados. De acordo com as informações coletadas, os EES mais antigos datam do final do século XIX e início do século XX, sendo um registrado com fundação em 1885 na região Nordeste em uma comunidade quilombola, hoje formado por um pequeno grupo de mulheres que se dedica a produção de artesanato. Outro, fundado em 1890, também no Nordeste, é uma associação de agricultores familiares. E o terceiro mais antigo, data de 1919, mais uma vez no Nordeste, é uma associação de uma colônia de pescadores. De acordo com Gaiger, no segundo mapeamento registrou-se informações de onze empreendimentos iniciados até 1930, 140 até 1970 e 336 até 1980. Para o autor, mesmo sem registros passados, é plausível imaginar que estas iniciativas populares eram bem mais numerosas do que o que foi registrado nesse segundo mapeamento (GAIGER, 2014. 95).

## 2.2.2 O (re) surgimento da economia solidária no Brasil

---

<sup>10</sup> A pesquisa amostral com os sócios e sócias dos EES foi finalizada com a realização de 2.895 associados entrevistados, em 15 estados, nas cinco regiões do Brasil (SIES, 2013).

Nas décadas de 1980 e 1990, as economias emergentes latino-americanas experimentaram quedas bruscas no produto per capita, aceleração da inflação e aumento da dívida externa. No Brasil, em razão de sua desindustrialização, dá-se início um processo de reestruturação produtiva e econômica, acompanhado de uma retração do crescimento econômico, que tem reflexos principalmente no mercado de trabalho, provocando uma desestruturação do mesmo e, conseqüentemente, o fechamento de empresas e a precarização das condições de trabalho.

A ruptura na tendência de estruturação do mercado de trabalho ocorreu a partir de 1980, com a crise da dívida externa. Além disso, a promoção de diversas políticas de ajuste econômico, sobretudo desde 1990 com a adoção do receituário neoliberal, aprofundou o quadro de estagnação da renda *per capita* acompanhado pela desaceleração na abertura de novas vagas assalariadas formais, o que abriu maior flanco para a elevação do desemprego e de postos de trabalho precários (POCHMANN, 2004, p. 23).

Para Singer (2002b, p. 122), é em meio a essa crise das “décadas perdidas”, que acarretou desemprego em massa e acentuada exclusão social, que revive a economia solidária. Os dados do segundo mapeamento confirmam que mais da metade dos empreendimentos identificados foram criados entre 1999 e 2007, mas a partir de 1980 um número considerável de empreendimentos começa a ser criado, enquanto que de 1960 a 1979, foram criados 159 novos empreendimentos, de 1980 a 1999 foram 6.566 e de 2000 a 2009 foram 11.925 (GAIGER, 2014, p. 98).

Dois movimentos que ocorreram no Brasil são assinalados por Pochmann e Singer que resultaram no avanço da economia solidária: o aparecimento de um enorme excedente de mão de obra, decorrente do desemprego em massa agravado pela abertura do mercado interno às exportações, e um movimento composto por um conjunto de militantes sociais críticos e engajados na organização social e laboral no país, que retomam as operações de massas falidas, a partir de um assessoramento técnico aos operários e evitam o fechamento de vários postos de trabalho (SINGER, 2002b; POCHMANN, 2004).

Gaiger (2014) aponta para três alternativas a que trabalhadores dispõem desde que o capitalismo passou a separar os indivíduos que são donos do capital (dos bens de produção) e os indivíduos que possuem apenas a capacidade produtiva (mão de obra):

[...] podemos dizer sumariamente que os trabalhadores vêm lançado mão de três saídas principais: a) trilhar o caminho de sucesso proposto pelo capitalismo, acumulando bens e riquezas minimamente para assim se converterem em empregadores de força de trabalho e escaparem de sua posição original de classe; b) negociar as condições de venda da sua força de trabalho ao capital, buscando então melhorar sua posição de classe por meio de pressões coletivas. Essa via de resistência deu origem às lutas operárias e sindicais e à formação das identidades classistas; c) manter ou criar sua

fonte de trabalho e seu sistema de vida, visando a preservar alguma autonomia diante das pressões incessantes da lógica competitiva capitalista (GAIGER, 2014, p. 100).

Diante das alternativas, as iniciativas coletivas, tendo como sentido uma fonte própria de trabalho e a preservação da autonomia, são as que preservam e fomentam a solidariedade entre as relações e, por vezes, se misturou a lutas de classes<sup>11</sup>. Para Oliveira (2016, p. 3) não resta outra alternativa, senão a venda da força de trabalho. Citando Wellen (2009), a autora afirma que o império capitalista “não deixou espaço para o sustento autônomo dos trabalhadores” e a saída à exploração estaria somente na “união e na organização da classe trabalhadora a fim de criar através da luta de classes uma proposta concreta em resposta ao capitalismo”.

No entanto, para Maísa Areco de Oliveira (2016, p. 142) se existe luta, “ela se dá entre ‘dois modos de produção’ distintos e não entre classes antagônicas” e subsiste outra luta individual por reformas no capitalismo, preferencialmente sob a forma de protestos dos movimentos sociais, cada qual com suas próprias causas emancipatórias. Neste sentido, o movimento de economia solidária surge dentre o rol dos movimentos reivindicatórios com objetivo de propor nova forma de atuação da economia propiciando uma verdadeira transformação da sociedade (SILVA e RICHTER, 2013, p. 78).

Silva (2017, p. 113), considera que o conceito de economia solidária que surgiu em meio a essa efervescência de ideias e mobilizações é um elemento aglutinador de todo um campo de práticas associativas de trabalho e de orientação para projetos locais de desenvolvimento. E afirma que,

Sob esse conceito, transitam desde iniciativas já consagradas em movimentos de trabalhadores, como as cooperativas e as associações autogestionárias de produção, até novas experiências de organização de grupos sociais em territórios específicos para o fomento de oportunidades endógenas de produção e geração de renda, como os projetos de finanças solidárias e arranjos cooperativos locais (SILVA, 2017, p. 113).

Silva e Richter (2013, p. 88), consideram que a economia solidária representa um resgate da luta histórica dos trabalhadores em defesa da não exploração do trabalho humano e como uma alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais. Nesse sentido, a economia solidária desponta como um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos.

---

<sup>11</sup> Juntamente com Engels, Marx fundou uma teoria das classes que é considerada um dos eixos basilares que explica o capitalismo, eles analisam como se estrutura a sociedade baseada na exploração do trabalho e na sua apropriação privada (Ver DRUCK, 2018).

Para Singer (2002a, p. 114), a economia solidária “é ou poderá ser mais do que uma mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar”, pois ela foi concebida para ser uma alternativa superior, não em termos econômicos, mas por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, entre outros, uma vida melhor. Seus princípios baseiam-se na propriedade coletiva ou associada do capital e no direito à liberdade individual, unindo todos os indivíduos em uma única classe de trabalhadores que é dona do capital por igual. Tem como resultado natural a solidariedade e a igualdade (SINGER, 2002b, p. 10).

E não há como falar de economia solidária e não falar das iniciativas da Cáritas Brasileira, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Como bem observado por Singer (2002a), a reinvenção da economia solidária também é obra de inúmeras entidades ligadas não somente a igreja católica, mas também a outras igrejas. De acordo com o autor, milhares de pequenos projetos, denominados Projetos Alternativos Comunitários (PACs), foram financiados pela Cáritas, com o objetivo de gerar trabalho e renda para moradores das periferias e da zona rural, em diversas regiões do país, que se encontravam desempregos, sendo que muitas dessas iniciativas se transformaram em unidades de economia solidária e conseguiram se consolidar por meio da venda de sua produção no mercado.

Desde a sua criação, a Cáritas Brasileira tem apoiado as ações de caráter associativo e cooperativo de grupos comunitários, estejam elas articuladas ou não às ações de caráter emergencial. Mas a partir da década de 80, com o desenvolvimento dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), foram introduzidos novos significados e perspectivas para essa ação: tratava-se de apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade (BERTUCCI e SILVA, 2003, p.13).

Em um primeiro momento, as ações da Cáritas eram meramente assistencialistas, onde ela se encarregava de promover a distribuição de donativos e alimentos. Numa mudança de postura, suas ações passaram a privilegiar projetos que atendiam as reais necessidades das comunidades assistidas por ela. Logo, os PACs surgem como uma alternativa na busca por soluções criativas para os problemas na vida de milhões de excluídos. De acordo com Bertucci e Silva (2003, p. 91), quando se inicia o debate sobre iniciativas econômicas solidárias no Brasil, na Cáritas o tema ganha um espaço de reflexão sobre a relação dos PACs com a economia solidária, o que fez com que a economia solidária passasse a fazer parte das linhas de ação da Cáritas, com os seguintes objetivos:

animar a reflexão sobre Economia Popular Solidária na perspectiva do Desenvolvimento Humano Local e Sustentável, a partir das experiências dos PACs e

das articulações que apontam para o desenvolvimento de um movimento nacional, e propiciar o desenvolvimento de experiências de programas integrados de apoio a cadeias produtivas econômicas de solidariedade (BERTUCCI e SILVA, 2003, p. 91).

Desse modo, as regionais da Cáritas passaram a adotar medidas para o fortalecimento da economia solidária, a exemplo da Regional do Ceará que procurou redirecionar sua prática para o fortalecimento de redes de economia solidária, principalmente as que articulam os produtores do Semiárido; e da Regional do Rio do Grande do Sul, que adotou três estratégias para viabilizar a economia solidária: fortalecer e viabilizar as redes locais de produção, comercialização, consumo e informação; fortalecer uma rede de informação e comercialização e fortalecer o Fundo Rotativo Solidário.

Assim, iniciativas de geração de renda e de fortalecimento de estruturas comunitárias, produtivas e organizativas apoiadas pela Cáritas, multiplicaram-se ao longo dos anos através da assessoria e da capacitação das organizações associativas e da articulação de fóruns de políticas públicas. Segundo Singer (2002b, p. 118) da grande variedade de experiências, em meados dos anos de 1990, os projetos comunitários produtivos já eram os que possuíam maior potencial libertador, já que as pessoas atendidas pelos projetos eram desafiadas a se capacitarem e a buscarem meios para serem mais competitivos no mercado. No campo, muitas das ações foram desenvolvidas em assentamentos do MST e nas cidades, surgiram cooperativas e grupos de produção associadas, frutos das ações da Cáritas.

Outro grande fomentador da economia solidária no Brasil foi a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), entidade que nasceu no início dos anos de 1990, em Franca/SP, quando uma empresa produtora de calçados foi à falência. Os trabalhadores junto ao sindicato da categoria resolvem, por meio de uma experiência de autogestão, reabrir a empresa e conseguem recuperar 450 postos de trabalho.

[...] o movimento começou em 1991, com a falência da empresa calçadista Markeli, de Franca (SP), que deu lugar à criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), à qual estão hoje filiadas mais de uma centena de cooperativas (SINGER, 2002a, p. 123).

Mas antes disso, ainda na década de 1980, algumas cooperativas já se formavam em decorrência do processo falimentar de muitas indústrias e fábricas, como a Walling de fogões, em Porto Alegre, a Cooperminas de mineração de carvão, em Criciúma, Santa Catarina, em Recife e em São José dos Campos, da antiga Tecelagem Parahyba de cobertores. Para Singer (2000, p. 87), nesse momento era importante levar ao conhecimento dos trabalhadores os princípios da economia solidária, fazendo com que eles se juntassem para tomar conta de uma

empresa em que todos seriam donos, com direito a voto nas decisões, afim de recuperar e transformar o patrimônio da empresa falida em um novo empreendimento solvável.

Em 1994, realizou-se em São Paulo o I Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e foi aí que se decidiu pela criação da ANTEAG, para que ela não só ajudasse os trabalhadores na luta pela preservação de seus postos de trabalhos, mas também para assessorar nas novas empresas solidárias. Assim, a ANTEAG passou a desenvolver e assessorar projetos de autogestão, objetivando com a sua implantação recuperar e manter o trabalho e a renda, buscando o compromisso das pessoas com atividades produtivas voltadas para a coletividade. A partir de 2000, a ANTEAG passou a ser contratada por governos, a exemplo do governo do Rio Grande do Sul, que fez um convênio levando a ampliação da economia solidária nesse estado. De acordo com Singer,

Em janeiro de 2001, estavam recebendo assessoria da Anteag cerca de 160 empresas solidárias em todo o Brasil, inclusive a maior de todas, a Usina Catende, que cobre cinco municípios em Pernambuco e na qual trabalham 3.200 famílias (SINGER, 2002b, p. 6).

A ANTEAG se origina do movimento sindical e acaba se tornando uma grande organização de apoio, com parceria entre diversos sindicatos e fomentadora da economia solidária por meio da conversão de empresas capitalistas falidas em empresas solidárias.

Na década de 1990, de acordo com Arruda e Mariani (2013, p. 124), movimentos operários, liderados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), começam a introduzir em suas discussões os princípios da economia solidária, que resultou, no ano de 1999, na Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) em parceria com a Fundação Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário - é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 3 de dezembro de 1999 pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o trabalho - Unitrabalho, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Fase e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos - Dieese. Em 30 de janeiro de 2002, sob novo estatuto, se tornou uma entidade composta também por representantes de organizações de empreendimentos autogestionários e solidários. A ADS surgiu a partir de intenso debate que envolveu o sindicalismo da CUT com importantes segmentos da sociedade civil sobre as transformações no mundo do trabalho e da organização da classe trabalhadora para enfrentar a precarização das relações trabalhistas, a redução de direitos e os elevados índices de desemprego, de exclusão social e de desigualdades que foram agravados nos anos 1990 pelas políticas neoliberais (ADS, 2021).

Para Souza (2000, p. 7-8), os sindicatos exercem papel importante no apoio aos trabalhadores que decidem por gerir as empresas em processos falimentares, sendo um solo fértil para a criação de associações de empresas autogestionárias.

Ainda na década de 1990, surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) que atuam em parcerias com as universidades.

Uma parte da elite científica e educacional do Brasil resolveu engajar-se para ajudar a construir a economia solidária. O passo seguinte foi padronizar esta ajuda na forma das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. A primeira ITCP foi criada, em 1995, na Coppe/UFRJ, o centro de pós-graduação em engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mediante convênio da Coppe com a Finep e a Fundação Banco do Brasil, sendo as duas últimas financiadoras na nova entidade (SINGER, 2002a, p. 122).

As incubadoras surgem para preencher uma lacuna no processo de formação de cooperativas e de grupos associados para produção, muito por conta da sua multidisciplinariedade, que envolve pessoas voluntárias de diversas formações do saber. Desta forma, elas prestam assessoria aos empreendimentos solidários, divulgam os princípios do cooperativismo entre os grupos interessados, ajudam a organizar as atividades, bem como, a legalizarem os novos empreendimentos, sem falar que a própria universidade pode contratar a cooperativa para a prestação de serviços.

As ITCPs são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários, pertencentes às mais diversas áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários (SINGER, 2002a, p. 123).

De acordo com o mesmo autor, as entidades financiadoras reconheceram o sucesso da ITCP do Rio de Janeiro e resolveram ampliar o número de incubadoras, lançando assim, em 1998, o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas – Proninc.

A Finep e a Fundação Banco do Brasil propõem-se, através deste programa, a financiar a formação de mais cinco incubadoras. Naquele momento já estava formada uma incubadora na Universidade Federal do Ceará, de modo que o apoio destas entidades se estenderia a mais quatro novas incubadoras, criadas nas Universidades Federal de Juiz de Fora, Federal Rural de Pernambuco, Estadual da Bahia e de São Paulo [...]

Mas o número de universidade interessadas em criar incubadoras ultrapassa o ficado pelo Proninc. Assim, surgem novas incubadoras nos últimos dois anos nas Universidades Federal do Paraná, de Santa Catarina, do Pará, do Amazonas, Regional de Blumenau (SC), do Vale do Rio Sinos (RS), Católica de Pelotas (RS), Fundação São João Del Rei (MG), Fundação Santo André (SP), Ponta Grossa (PR), Londrina (PR) e Maringá (PR). (SINGER, 2002a, p. 123).

Como veremos na próxima seção, foi no governo da esquerda que a economia solidária ganhou maior visibilidade, a partir da criação da Senaes, marco da institucionalização do movimento de economia solidária, em cumprimento ao programa de governo, que buscava a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro, sendo esta uma demanda dos movimentos sociais.

A definição de uma estratégia de governo para a área surgiu a partir de uma proposta construída com representantes de movimentos sociais durante a realização da I Plenária Nacional do FBES. Essa proposta foi denominada Plataforma de Ação [...], suas diretrizes foram incorporadas à política após a inserção da temática no PPA 2004-2007, por meio do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD). Neste estava sistematizado o desenho operacional da SENAES, com as atividades tomadas como prioritárias no processo de implementação da política que se iniciava (NAGEM e SILVA, 2013, p. 15).

Em associação à instalação da secretaria foram criados o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Em junho de 2003 ocorreu então a III PNEs, novamente em São Paulo, com a participação de aproximadamente novecentas pessoas. Nesse evento, oficializou-se a criação do FBES, com a tarefa de articular e mobilizar as bases sociais do movimento [...] a III PNEs resultou na aprovação da Carta de Princípios do FBES, na qual foram afirmados os valores, a identidade de luta e os eixos de mobilização [...] Portanto, esta primeira fase resultou na formação de dois espaços distintos de atuação dos atores do campo da economia solidária no Brasil: *i)* o FBES, como instância central de mobilização social em torno da temática; e *ii)* a SENAES, como espaço formal de operacionalização de políticas públicas e articulação institucional (SILVA, 2018, p. 30-31).

O FBES tem como missão articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país, além disso, promover uma interlocução com a Senaes com o compromisso de dar início a um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos. De acordo com o FBES, a força mobilizadora da III Plenária desencadeou a criação dos fóruns estaduais e regionais que puderam garantir, por sua vez, a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, com trabalhadoras e trabalhadores de todos os estados. Este encontro contou com a participação de um total de 2.500 pessoas e aconteceu entre os dias 13 e 15 de agosto de 2004 (FBES, [200-?]).

A Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária é uma articulação de gestores e gestoras de políticas de economia solidária de prefeituras, governos estaduais e do governo federal fruto de iniciativa dos gestores que participaram do processo de criação do FBES desde 2001. A Rede tem como missão ampliar cada vez mais o debate e a proposição de ferramentas adequadas para o fomento ao desenvolvimento da economia solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas.

No que se refere a atuação da Senaes, ela tinha por objetivo principal ajudar os trabalhadores sem trabalho a se organizarem de forma coletiva, em cooperativas, a fim de cessar a precarização do trabalho (SINGER, 2014, p. 90). Para isso, Singer, à frente da secretaria, foi em busca de conhecer como outros países estavam se organizando em relação a temática e



descobriu novas leis que foram por ele adotadas. Desta forma, após longas trocas de ideias entre organizações cooperativas, sindicatos e bancadas de parlamentares, o governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei, que foi amplamente debatido e após seis anos de tramitação culminou na Lei nº 12.690, aprovada e sancionada em 19 de junho de 2012, garantindo aos cooperados o pleno gozo dos mais importantes direitos que a legislação em vigor reconhece aos trabalhadores.

Além de reconhecer juridicamente as cooperativas de trabalho, a Lei no 12.690/2012: garante direitos aos seus sócios; modifica alguns aspectos de sua organização e funcionamento; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOB); fixa mecanismos de combate às cooperativas de intermediação de mão de obra – as chamadas “falsas cooperativas”, “coopergatos” ou “cooperfraudes”; e estabelece a Relação Anual de Informações das Cooperativas de Trabalho (RAICT) (PEREIRA e SILVA, 2012, p. 65).

Com o objetivo de apoiar a constituição e fortalecimento de cooperativas de trabalhadores desejosos em melhorar suas condições de vida, a Lei de Cooperativas de Trabalho no Brasil se apresenta como um instrumento de combate à precarização dos postos de trabalho e, também, se constitui em um passo importante para a construção de um ambiente favorável ao exercício do trabalho em bases associativas (PEREIRA e SILVA, 2012, p. 72).

Entretanto, a partir das considerações desses autores, percebe-se que tal dispositivo não atende a carência de um marco jurídico para a economia solidária, isso porque o cooperativismo brasileiro não é homogêneo, ora está próximo de grandes empresas, ora está próximo de uma proposta de desenvolvimento sustentável e inclusivo, sendo necessário um normativo jurídico que traga em seu arcabouço a economia solidária e suas especificidades. Para isso, tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei que se originou em 2012, sob o número PL 4.685, que foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal em 11 de dezembro de 2019 (substituto do Senado PLC 6606/2019) que dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e cria a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária.

De acordo com o projeto de lei supracitado, para ser um empreendimento de economia solidária e ser beneficiário da Política Nacional de Economia Solidária, o empreendimento precisa ter as seguintes características: ser uma organização autogestionária, com administração transparente e democrática, onde seus membros exerçam, de forma coletiva e em assembleia, a gestão das atividades econômicas e decidam como será a partilha dos resultados, sendo estes distribuídos de acordo com a deliberação e deve levar em consideração a proporção das operações realizadas individual e coletivamente, além disso o resultado operacional líquido do empreendimento deve ser destinado consecução de suas finalidades,

deve servir de auxílio a outros empreendimentos que estejam em situação precária, e, também, destinados ao desenvolvimento comunitário ou à qualificação profissional e social de seus membros, que devem estar envolvidos diretamente na consecução do objetivo social do empreendimento e exerçam atividades voltadas para o comércio de bens ou de serviços, realizado de forma justa e solidária (BRASIL, 2019).

Desta forma, concordamos com Amorim (2010), quanto ao surgimento da economia solidária. Das diversas concepções que são apresentadas quanto a origem da economia solidária, a opção reconhecida como aquela que representa mais adequadamente o fenômeno é aquela que atrela as intensas transformações políticas, econômicas, sociais e ideológicas ocorridas nas economias capitalistas em nível mundial, e especialmente no Brasil, a partir da década de 70 do século XX.

### **2.3 A inserção da economia solidária na agenda governamental**

A política pública de economia solidária começou a ser implementada no governo federal no ano de 2003, a partir da criação da Senaes por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Como visto anteriormente, ela foi fruto da mobilização dos vários movimentos sociais organizados. De acordo com Goulart e Marin (2011, p. 56), a incorporação da economia solidária na agenda governamental, só foi possível porque se encontrou um interlocutor governamental suscetível ao tema, pois os planos de governo, à época, advogavam fórmulas alternativas de organização econômica. Antes disso, haviam apenas experiências isoladas em programas de governo de estado ou de município, sendo que o primeiro programa estruturado surgiu no final dos anos 1990 no estado do Rio Grande do Sul e, depois das eleições municipais do ano de 2000, nas prefeituras de Recife, Belém, Osasco, Santo André, Belo Horizonte e de São Paulo (NAGEM e SILVA, 2013; OLIVEIRA, 2016; SILVA, 2018).

As competências da Senaes estavam assim dispostas no art. 18 do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004 referente a estrutura regimental do MTE:

[...]

- I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego;
- II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;
- III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;
- IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;

- V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;
- VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;
- VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;
- VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;
- IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;
- X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;
- XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;
- XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;
- XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência; e
- XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência (BRASIL, 2004).

Por meio do MTE, assumiu-se o desafio de implementar políticas que estendessem ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores que participavam das demais formas de organização do mundo do trabalho, entre elas, as iniciativas de economia solidária.

De acordo com Nagem e Silva (2013, p. 166), a Senaes trouxe em sua origem “a expectativa de fortalecer as iniciativas de economia solidária na sociedade brasileira”, tendo por objetivo principal ajudar os trabalhadores sem trabalho a se organizarem de forma coletiva em cooperativas, a fim de cessar a precarização do trabalho (SINGER, 2014, p. 90). Com os pressupostos de geração de renda e trabalho cooperativo, coletivo, solidário e sustentável, a economia solidária tem como objetivo modificar o cenário do desenvolvimento econômico capitalista, bem como, das relações interpessoais e ambientais.

Foi para apoiar o seu fortalecimento e expansão que se construiu o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD) no Plano Plurianual 2004-2007 do governo federal. Em um contexto de novas realidades do mundo do trabalho, o PESD marca a introdução de políticas públicas específicas para a economia solidária em âmbito nacional.

Representantes de grande parte desses grupos sociais [...] encontraram-se no II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS), em janeiro de 2001, que resultou na formação de um Grupo de Trabalho Nacional de Economia Solidária (GT de Economia Solidária). A atuação do GT foi responsável pela reivindicação e posterior negociação direta, junto ao recém governo federal eleito em 2002, de um espaço institucional para a economia solidária na estrutura de governo. Em junho desse mesmo ano, ocorreu em Brasília a III Plenária Nacional de Economia Solidária, que encaminhou como demandas ações como a criação de um marco legal específico para a economia solidária, assim como atividades de formação, finanças solidárias e apoio à produção e comercialização. Todos esses temas foram incorporados posteriormente como ações

do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD), configurando-se como seus eixos centrais (NAGEM e SILVA, 2013, p. 164).

Singer ressalta que ao inserir a economia solidária em seus programas de governo, o Estado brasileiro passa a reconhecer que está em curso um processo de transformação social, suscitado pela crise do trabalho que assolava o país (SINGER, 2004, p. 3).

Nos estudos realizados por Silva (2011; 2013; 2017; 2018) e por Nagem (2011; 2013) sobre o PESD são apresentados os principais fatores que possibilitaram a inserção da economia solidária na agenda governamental<sup>12</sup>. De acordo com os autores, os indicadores referentes ao mercado de trabalho foram os mais relevantes para justificar sua inserção na agenda. Dados do IBGE apontavam um aumento tanto no desemprego quanto na informalidade ao longo da década de 1990 em comparação aos anos de 2002 e 2003.

O desemprego subiu de um patamar em torno de 7% em 1992 para 10,5% em 2003, aumentado 50% no período, enquanto que a informalidade cresceu de 40% para 46% da população ocupada no país, com pico de 47,2% em 2002 (IBGE,2003). Como a combinação entre desemprego e informalidade tem um reflexo direto no aumento da pobreza e em todos os riscos sociais que dela são decorrentes, a atuação livre de sindicatos e movimentos sociais, possibilitada pelo fim do regime militar, aumentou a pressão social para uma atuação mais ativa do governo federal (NAGEM, 2011, p. 37).

Os autores apresentam algumas críticas quanto a execução orçamentária do programa. Análises realizadas nos Planos Plurianuais (PPAs) de 2003 a 2019 e em suas respectivas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), apontam para uma categorização da economia solidária no ciclo orçamentário com base em três momentos diferentes, assim denominados por Silva (2018): primeiro momento é o de inserção e consolidação (PPAs 2004-2007 e 2008-2011), segundo é o de expansão contraditória (PPA 2012-2015) e o terceiro momento denominado pelo autor de crise de paradigma (PPA 2016-2019).

A ascensão da temática na agenda governamental, com a estruturação da SENAES e o lançamento do PESD, deu-se justamente com o PPA 2004-2007. O programa foi contemplado com recursos ao longo de todo o quadriênio, o que permitiu o desenvolvimento de uma plataforma inicial de ações para o estímulo e fortalecimento da economia solidária no Brasil. Por sua vez, o PPA 2008-2011 confirmou sua consolidação, não apenas pela manutenção da estrutura no aparato estatal, mas também com a elevação da média anual da dotação orçamentária em relação ao quadriênio anterior [...]

O segundo momento, de expansão contraditória (PPA 2012-2015), é marcado pelo aprofundamento da distância entre a dotação aprovada pela LOA e o total efetivamente executado. É justamente nesse movimento que reside o caráter identificado como contraditório, pois a política de economia solidária conviveu, por

---

<sup>12</sup> Os autores utilizaram o modelo Kingdon (1995) para distinguir a interação entre os fluxos que propiciaram a inserção da economia solidária na agenda governamental que culminou na criação da Senaes (NAGEM e SILVA, 2013).

um lado, com uma elevação significativa na dotação orçamentária anual e, por outro, com queda também acentuada na sua porcentagem de execução [...]

Quanto ao terceiro momento, aqui denominado de crise de paradigma (PPA 2016-2019), apesar de estar em vigor, nele é possível observar que há uma tendência inequívoca de redução dos volumes orçamentários anuais aprovados para os programas geridos pela SENAES, com a média anual caindo para o nível observado no primeiro PPA [...]. Essa dupla relação de queda evidencia o caráter de crise paradigmática apontado neste estudo, uma vez que o espaço orçamentário para a política de economia solidária tem se tornado cada vez mais residual no conjunto das políticas sociais (SILVA, 2018, p. 32-33).

A tabela 1 apresenta os valores da dotação orçamentária por quadriênio em cada PPA para a política pública de economia solidária.

Tabela 1 – Dotação orçamentária da Economia Solidária por quadriênio

Plano Plurianual	Programa de Governo	Dotação orçamentária (R\$)
2004-2007	1133 – Economia Solidária em Desenvolvimento	89.157.502
2008-2011	1133 – Economia Solidária em Desenvolvimento	194.362.263
2012-2015	2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	518.191.152
2016-2019	2071 – Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	159.380.602

Fonte: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>  
Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

No PPA 2008-2011 houve um aumento expressivo na dotação orçamentária em mais de 200% em comparação ao PPA anterior, sendo constatado por Nagem (2011) que isso se deu pelo fato de haver uma maior mobilização dos atores sociais defensores da temática, proporcionando uma maior visibilidade e peso político, tanto na sociedade quanto no meio político.

Entretanto, o índice de execução orçamentária (IEO)<sup>13</sup> calculados por Silva (2018) apontam que enquanto no PPA 2004-2007, 81,1% do total do orçamento foi executado, no PPA 2008-2011 executou-se apenas 41,2%. Esse baixo índice de execução é explicado pelo autor em decorrência de questões institucionais:

Uma delas diz respeito ao término do convênio junto à Fundação Banco do Brasil (FBB) em 2007, cuja vigência permitia maior agilidade no processo de execução das ações previstas. Seguindo as novas orientações, a SENAES passou a fazer convênios diretamente com entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de chamadas públicas. A mudança deveu-se ao fato de o governo federal alterar as regras de repasse de recursos públicos para entidades da sociedade civil, com o Decreto no 6.170/2007, que começou a regulamentar os convênios, contratos de repasse e termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com

<sup>13</sup> O índice de execução orçamentária (IEO) equivale ao somatório das receitas orçamentárias executadas dividido pelo somatório das receitas orçamentárias totais aprovadas (SILVA, 2018).

órgãos ou entidades públicas ou privadas. Outra questão refere-se à publicação da Portaria Interministerial no 127/2008, que colocou em prática o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses (Siconv). Essas novas normativas apresentaram uma série de exigências e controles na execução dos convênios e contratos de repasses, acarretando dificuldades iniciais de adaptação por parte dos órgãos governamentais que dependiam dessas parcerias para executar seu orçamento (SILVA, 2018, p. 20).

Segundo Nagem (2011), a mudança na sistemática dos convênios resultou em aumento expressivo no número de convênios que não foi acompanhado pelo número de servidores do órgão, além disso, outras dificuldades foram identificadas como empecilhos para a execução das ações do PESP, que dizem respeito não somente a questão quanto ao número de servidores, mas também quanto a fragilidade da instituição na execução de seus processos.

O PPA 2012-2015, o qual Silva (2018) definiu como o momento de expansão contraditória da economia solidária, apresentou uma nova sistemática<sup>14</sup> onde a economia solidária estava inserida em um novo programa temático – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária – com maior amplitude englobando simultaneamente ações em três ministérios: Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Trabalho (MTE). Além disso, havia também uma ação, de outro programa temático, do qual a Senaes era responsável por sua execução, a ação de fomento para a organização e o desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos<sup>15</sup>, do programa temático Resíduos Sólidos de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA), fazendo com que o orçamento destinado a Senaes triplicasse.

Apesar desse aumento considerável na dotação orçamentária, a Senaes não apresentou uma melhora no índice de execução quando comparado ao dos PPAs anteriores. Silva (2018) identificou que as dificuldades estruturais permaneceram e que somadas a mudanças na condução da política econômica dificultaram a boa execução do orçamento atingindo um IEO de 22,8%. Além disso, o autor relaciona outros problemas, para ele, resultantes da deficiência burocrática dos municípios quando se trata de recursos financeiros, de pessoal qualificado e de novos instrumentos para aperfeiçoamento dos processos de gestão dos projetos, que levaram a um índice tão baixo:

---

<sup>14</sup> O PPA 2012-2015 trouxe uma nova sistemática de planejamento e execução orçamentária. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), no intuito de minimizar o “hermetismo setorial” entre os diferentes órgãos da Administração, apresentou uma nova proposta onde os programas aparecem por temáticas, o que reduziu o número de programas de mais de 400 para 65 (SILVA, 2018).

<sup>15</sup> Essa ação adentrou a agenda do PPA especialmente após a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), com a Lei no 12.305, de 2010. Por essa lei, os catadores de material reciclável passaram a ser oficialmente reconhecidos como agentes prioritários no sistema de implementação de uma nova política de gestão dos resíduos sólidos no Brasil, sobretudo por meio de sua atuação em cooperativas.

Já no primeiro ano do PPA, foi possível diagnosticar que a execução das parcerias celebradas pela secretaria era marcada por ritmos diferentes entre os agentes proponentes, com algumas sofrendo grandes atrasos. Entre os motivos para esse descompasso no início estava a realização das eleições municipais no momento previsto para atividades iniciais ou preparatórias para a execução, fato que acarretou o adiamento dos projetos nesta esfera de governo [...]. Também foi possível a identificação, por parte dos gestores da SENAES, de uma flagrante dificuldade das prefeituras em utilizar os instrumentos legais cabíveis – nesse caso, a PNRS (Lei no 12.305/2010) e as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei no 11.445/2007) – para a inserção social e econômica dos catadores. As estruturas existentes para as atividades de seleção, triagem e processamento de resíduos eram insuficientes para inclusão dos novos catadores identificados nos projetos [...].

Nesse sentido, a experiência prática tem demonstrado que projetos dessa natureza, com uma especificidade tão grande quanto ao público beneficiário e ao objeto de intervenção, necessitam de uma temporalidade para a implantação e a consolidação de seus instrumentos normalmente maior que os prazos previstos no planejamento inicial [...].

Esses fatores limitantes listados, resultantes da própria deficiência em termos de capacidade burocrática (recursos financeiros, pessoal qualificado e instrumentos para aperfeiçoamento dos processos de gestão dos projetos) nas esferas federativas subnacionais, acompanharam as ações durante todo o período aqui analisado (SILVA, 2018, p. 27-28).

No terceiro momento identificado por Silva (2018), referente ao PPA 2016-2019<sup>16</sup>, as ações de responsabilidade da Senaes estavam inseridas em um dos objetivos do programa Trabalho Decente e Economia Solidária, permanecendo também sob sua gerência a ação de apoio a cooperativas de catadores de material reciclável, do programa Qualidade Ambiente. Observa-se na Tabela 1 que a dotação orçamentária do período reduziu expressivamente em comparação ao PPA anterior, que foi o que obteve maior crescimento orçamentário desde a sua inserção na agenda governamental. O autor em seu trabalho apresenta uma análise somente para os anos de 2016 e 2017<sup>17</sup> e conclui que, da mesma forma que nos anos anteriores, a execução orçamentária continuou apresentando queda. O IEO encontrado por ele foi de 19,5%, representando um “rebaixamento substancial dos valores efetivamente executados da Política Nacional de Economia Solidária no Brasil” (SILVA, 2018, p. 31).

Quanto as dificuldades encontradas pelo autor, permanecem as já identificadas anteriormente, acrescentando-se outros fatores de natureza política e econômica que também interferiram bastante nos trabalhos.

Em termos políticos, ainda no final de 2015, houve uma mudança na estrutura institucional do MTB, que foi fundido com o antigo Ministério da Previdência Social por meio da Medida Provisória (MP) no 696, resultando na criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) [...]

<sup>16</sup> O PPA 2016-2019 trouxe mais mudanças em seu desenho operacional. Os programas temáticos passam a contar com ações específicas, visando atingir um conjunto de objetivos, metas e iniciativas predeterminados. Diferentemente dos anteriores, o valor da dotação orçamentária não consta descrito para cada atividade do programa. Por isso, os dados disponíveis permitiram que o autor avaliasse a trajetória da dotação e execução orçamentária apenas para o objetivo como um todo (Ver SILVA, 2018).

<sup>17</sup> Até a conclusão de seu trabalho a LOA 2018 estava em execução.

No início de 2016, com o processo de impeachment da então presidenta eleita Dilma Rousseff, os impactos foram bem mais consideráveis. Primeiramente, houve nova organização da estrutura ministerial, com o MTB voltando a desmembrar-se da Previdência Social, como efeito da MP no 726, de 12 de maio de 2016. Houve uma grande reformulação na equipe gestora e técnica, a começar pela saída do próprio secretário Paul Singer, que esteve à frente durante todo o período de existência da secretaria até então. Com ele saíram também todos os diretores e coordenadores, além de alguns técnicos de carreiras transversais que estavam lotados na SENAES.

Outro fato digno de nota foi a transformação da SENAES em uma subsecretaria, ligada ao gabinete do ministro do Trabalho, perdendo o status de secretaria, como era desde 2003. Contudo, manteve-se a sigla e seu caráter de unidade gestora com autonomia de execução dos programas referentes à temática da economia solidária, já inclusos no PPA.

Em termos econômicos, a forte recessão à qual o país foi submetido a partir de 2015, com queda de quase 8% do produto interno bruto (PIB) em dois anos, também foi um fator desestabilizador não apenas para a política de economia solidária, mas para todo o conjunto de políticas sociais no Brasil. Isso porque a crise econômica levou a uma queda considerável nas receitas do governo, o que elevou a pressão sobre os limites orçamentários definidos nas LOAs subsequentes. A fraca capacidade de recuperação da economia em 2017 foi outro fator de justificação para a queda no orçamento previsto para o ano atual (SILVA, 2018, p. 31-32).

A crise paradigmática citada pelo autor está justamente no fato de que a economia solidária, enquanto política pública, encontra-se em um momento de incertezas e instabilidade muito em decorrência de sua dotação orçamentária que foi se reduzindo a partir de 2016, conforme se observa na Tabela 2, e também com mudanças significativas em seu status. O que começou como uma secretaria, hoje é apenas um departamento<sup>18</sup>.

Tabela 2 – Evolução LOA referente a economia solidária

Ano	R\$
2004	29.110.458
2005	13.220.400
2006	12.870.644
2007	33.956.000
2008	49.023.000
2009	34.684.560
2010	45.070.000
2011	65.584.703
2012	91.925.000
2013	149.933.852
2014	142.420.000
2015	133.912.300
2016	60.768.881
2017	51.938.347
2018	19.760.325
2019	26.913.049
2020	17.484.852

(Continua)

<sup>18</sup> Em 2019, face à nova estrutura organizacional da União trazida pela Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019 e a extinção do Ministério do Trabalho, as ações voltadas a temática Economia Solidária ficaram a cargo do Ministério da Cidadania, por meio do Departamento de Economia Solidária, conforme Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019.



Tabela 2 (continuação)

Ano	R\$
2021	13.221.920

Fonte: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>  
Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

Para Silva (2018, p. 171), a política pública de economia solidária “vê-se claramente em um cenário de instabilidade operacional que põe em risco sua permanência na agenda governamental”, tendo em vista que as políticas de economia solidária estavam inseridas em ambientes sujeitos a mudanças políticas conjunturais, tornando-as vulneráveis à descontinuidade (MONTEIRO, 2009, p. 112). O que se concretizou no PPA vigente (2020-2023), no qual não há nenhum programa ou objetivo diretamente relacionado a economia solidária, apenas uma atividade com uma pequena dotação orçamentária visando o fomento da economia solidária. A partir de 2013 as ações para a economia solidária se resumiam a três: 20YT, 20ZL e 8274. No PPA seguinte (2016-2019) eram duas: 215F e 8274. E no PPA vigente (2020-2023), apenas uma ação: a 215F, conforme se demonstra na Tabela 3.

Tabela 3 – Programas/Ações/Atividades relacionadas à Economia Solidária

Programa/Ação/Atividade	LOA (\$) 2004-2007	LOA (\$) 2008-2011	LOA (\$) 2012-2015 <sup>19</sup>	LOA (\$) 2016-2019	LOA (\$) 2020-2023
20JK – Fomento a certificação de processos, produtos e serviços de economia solidária	0,00	0,00	1.000.000	0,00	0,00
20YT – Fomento e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas redes de cooperação	0,00	0,00	205.513.152	0,00	0,00
20ZL – Fortalecimento da institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária	0,00	0,00	61.400.000	0,00	0,00
215F – Fomento e fortalecimento da economia solidária	0,00	0,00	0,00	124.103.828	30.706.722
0980 – Apoio à Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária	5.102.864	0,00	0,00	0,00	0,00

(Continua)

<sup>19</sup> A partir de 2013 as ações para a economia solidária se resumiam a três: 20YT, 20ZL e 8274. No PPA seguinte (2016-2019) eram duas: 215F e 8274. E no PPA (2020-2023) vigente resta apenas uma ação, a 215F.

Tabela 3 (continuação)

Programa/Ação/Atividade	LOA (\$) 2004-2007	LOA (\$) 2008-2011	LOA (\$) 2012-2015	LOA (\$) 2016-2019	LOA (\$) 2020-2023
2272 – Gestão e Administração do Programa	2.755.102	3.183.000	0,00	0,00	0,00
2A84 – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária	1.124.821	7.800.000	1.000.000	0,00	0,00
2A85 – Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário	2.650.239	29.280.000	4.000.000	0,00	0,00
4641 – Publicidade de Utilidade Pública	1.428.005	1.500.000	1.400.000	0,00	0,00
4736 – Funcionamento do CNES	795.951	0,00	0,00	0,00	0,00
4737 – Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária	58.348.590	45.038.833	11.172.500	0,00	0,00
4744 – Assistência Técnica para Geração de Finanças Solidárias	644.581	0,00	0,00	0,00	0,00
4827 – Desenvolvimento e Disseminação de Conhecimentos e Tecnologias Sociais Apropriadas à Economia Solidária	0,00	1.681.000	500.000	0,00	0,00
4850 – Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários	0,00	9.750.000	4.000.000	0,00	0,00
6540 – Ações Emergenciais de Geração de Trabalho e Renda	2.000.000	0,00	0,00	0,00	0,00
8056 – Fomento às Finanças Solidárias	0,00	7.669.620	4.200.000	0,00	0,00
8078 – Agentes de Desenvolvimento Solidário	0,00	45.640.000	3.417.500	0,00	0,00
8138 – Implantação de Centros Públicos de Economia Solidária	0,00	17.365.000	5.350.000	0,00	0,00
4739 – Promoção do Consumo Ético e Comércio Justo	3.761.828	14.082.908	2.000.000	0,00	0,00
8274 – Fomento para Organização e Desenvolvimento de Cooperativas atuantes com Resíduos Sólidos <sup>20</sup>	0,00	0,00	158.953.000	35.276.774	0,00

(Continua)

<sup>20</sup> Ação do Programa Temático 2067 – Resíduos Sólidos de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente.

Tabela 3 (continuação)

Programa/Ação/Atividade	LOA (\$) 2004-2007	LOA (\$) 2008-2011	LOA (\$) 2012-2015	LOA (\$) 2016-2019	LOA (\$) 2020-2023
8275 – Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão	10.545.521	6.310.000	0,00	0,00	0,00
8420 – Estímulo à Institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária	0,00	5.061.902	1.000.000	0,00	0,00

Fonte: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>

Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

Muito disso se deve ao fato do movimento ter perdido forças no meio político, pois, como visto anteriormente, quando houve maior mobilização dos atores sociais, houve um aumento expressivo em sua dotação orçamentária. Além disso, o fomento para a economia solidária, como bem observaram Goulart e Marin (2011, p. 50), aconteceu principalmente em gestões de perfil popular e de diferentes espectros do pensamento de esquerda, em especial, governos vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Nagem e Silva (2013) também apontaram em seus estudos as ações de economia solidária executadas pela Senaes em parceria com outros ministérios<sup>21</sup>, como por exemplo, o PRONASCI Economia Solidária do Ministério da Justiça e a parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio da Finep, para o apoio Proninc, que tinham por objetivo apresentar a economia solidária como um eixo transversal de políticas sociais, entretanto, os resultados obtidos foram muito pontuais e pouco impactaram na institucionalização da economia solidária (NAGEM e SILVA, 2013; SILVA, 2018).

A Senaes ainda apoiou institucionalmente algumas ações de outros ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com suas ações de inclusão produtiva de parcelas da população em situação de pobreza; o MMA, com ações ligadas à Agenda XXI e o MDA, com suas ações de cooperativismo e apoio aos empreendimentos de agricultura familiar.

Silva (2018, p. 36) ressalta que seus estudos sobre a execução orçamentária não podem ser encarados como um fim em si mesmo, que o orçamento destinado a economia solidária não necessariamente implica maiores impactos ou melhores resultados, para o autor

<sup>21</sup> As ações integravam o orçamento de outros ministérios que realizavam destaque orçamentário, ou seja, a transferência de recursos da LOA, para que a Senaes executasse a ação.

“a aferição da real qualidade e efetividade desses gastos” requer uma avaliação mais detalhada dos programas e do público atendido. O autor também afirma que “as dificuldades e os constrangimentos institucionais identificados no processo de implementação das políticas de economia solidária não são muitos díspares” de outros enfrentados pelas diversas políticas sociais. No mesmo sentido, Monteiro (2009, p. 120) afirma que essas dificuldades “superam as condições adversas” que estão presentes na construção de qualquer política pública, tendo origem não somente no ambiente econômico, mas também na operacionalização das ações que dão visibilidade à política.

Importante frisar que ainda na vigência do primeiro PPA foi realizado o primeiro mapeamento nacional de empreendimentos econômicos solidários que apontou a realidade da economia solidária no Brasil, tendo esta uma forte ligação com o meio rural. Enquanto que no segundo mapeamento, iniciado em 2009 e concluído em 2013, permaneceu a mesma configuração encontrada anteriormente, na qual o espaço rural prevalece, como veremos na próxima seção. No mais, se observa que as políticas de governo voltadas para a questão do trabalho enfatizam muito mais o trabalho formal, de carteira assinada, do que as outras formas de geração de renda, um exemplo disso eram as ações institucionais do MTE baseadas segundo a vertente tradicional do Estado de bem-estar social, em que suas ações eram voltadas para seguro-desemprego, qualificação profissional e intermediação de mão de obra (NAGEM e SILVA, 2013).

Monteiro (2009, p. 100) acredita que o Estado tem aplicado políticas condicionadas a uma visão aderente à lógica capitalista e neoliberal, e que este deveria, enquanto estimulador da dinâmica econômica, viabilizar condições para o surgimento de empreendimentos solidários enquanto alternativa para a geração de trabalho e renda, implicando assim em uma maior influência de governos locais e regionais no fortalecimento desta política.

No atual governo, a economia solidária continua sofrendo um retrocesso, não somente em relação ao orçamento destinado a esta pasta, como identificado na Tabela 03, mas também em relação ao seu conceito. Como vimos, a economia solidária surgiu em meio a fortes transformações econômicas e de reestruturação produtiva nos anos de 1990 sendo considerada como estratégia de enfrentamento ao desemprego, em seguida passou a ser defendida por muitos autores como uma estratégia de desenvolvimento. Hoje, tem se apresentado como um dispositivo de uma política assistencialista.

Para Monteiro (2009, p. 98) a economia solidária não pode ser encarada como “assistencialista ou compensatória, mas uma ação que propicie condições de autossustentabilidade ao território envolvido”, para o autor, o que deve predominar é o caráter

emancipatório e integrador das políticas de geração de trabalho e renda. Além disso, o Estado deve criar condições para que ocorra o fortalecimento das atividades dos empreendimentos solidários, não somente com apoio material (financeiro), mas juntamente com a propagação das ideias e práticas solidárias, informando a sociedade civil e proporcionando a sensibilização, educação e formação técnica quanto ao tema.

Assim, ao inserir a economia solidária na Secretaria Nacional de Inclusão Produtiva Urbana, do Ministério da Cidadania, ela passa a ter sua abrangência reduzida, uma vez que seu público alvo passa a ser o público urbano, se contrapondo aos dados do último mapeamento nacional realizado que apontou que os empreendimentos econômicos solidários estão localizados predominantemente em áreas rurais (54,8% contra 34,8% que atuam em áreas urbanas e 10,4% com atuação simultânea, tanto em áreas rurais quanto em urbanas).

Vale ressaltar que, apesar das dificuldades, a economia solidária obteve algumas conquistas no campo político, como a aprovação da Lei do Cooperativismo de Trabalho (Lei no 12.690/2012), a formulação participativa de um decreto<sup>22</sup> com a finalidade de regulamentar a Lei no 9.867/1999, que dispõe sobre as cooperativas sociais e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas Sociais (Pronacoop Social), a aprovação do Decreto 7.358/2010 instituindo o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário, considerado atualmente pelo movimento de economia solidária um marco significativo. Além disso, houve a elaboração, no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e em parceria com o FBES e a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária, do Projeto de Lei nº 4.685/2012<sup>23</sup> que institui a Política Nacional de Economia Solidária.

O PL nº 4.685/2012, que ficou conhecido como o “PL da Economia Solidária” (PL Ecosol) tem como expectativa contribuir para que a economia solidária supere o caráter de política de governo e constitua-se enquanto uma política de Estado, concedendo constrangimentos legais para que futuros governos desconsiderem sua importância na formação da agenda e instrumentalizando trabalhadores e organizações representativas no pleito de ações práticas de apoio governamental. Em termos institucionais mais concretos, o PL Ecosol dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e sobre os EES, além de criar o Sistema Nacional de Economia Solidária e instituir o Cadastro Nacional dos Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) (SILVA e SILVA, p. 95, 2015).

<sup>22</sup> O Decreto nº 8.163, de 20 de dezembro de 2013 que instituiu o Pronacoop foi revogado em 2019, por meio do Decreto 10.087, de 05 de novembro de 2019. Em decorrência disso, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, desde 21 de fevereiro de 2021, o Projeto de Lei nº 598/2021 que trata da organização e o funcionamento das Cooperativas e Associações Sociais e institui, novamente, o Programa Nacional de Fomento às Associações e Cooperativas Sociais – PRONACOOP SOCIAL.

<sup>23</sup> Em 11 de dezembro de 2019, o Plenário do Senado aprovou, em revisão, nos termos do substitutivo, o Projeto de Lei da Câmara nº 137/2017 (PL nº 4.685/2012) e apresentou a Emenda/Substitutivo do Senado nº 6606/2019 que retornou para análise da Câmara dos Deputados. Atualmente, está aguardando Parecer do Relator na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

A importância do tema para o movimento é de grande relevância, uma vez que a economia solidária não tem um marco regulatório próprio que respalde, institucionalmente, as atividades desenvolvidas pelos vários empreendimentos econômicos solidários espalhados pelo Brasil, além disso, para Monteiro:

A legislação atual que trata de iniciativas econômicas populares, por ser esparsa e elaborada do ponto de vista da constituição e regulação de instituições, não contempla a dinâmica que a economia solidária requer para constituir-se em um outro setor econômico. As leis que disciplinam as atividades de cooperativas, associações e entidades sem fins lucrativos, dentre outras normas, não dão conta da complexidade e da configuração completamente diferente que envolve a economia solidária (MONTEIRO, 2009, p. 105).

Para o mesmo autor, um marco legal “se constituiria em um verdadeiro estatuto” que abrangeriam as diversas atividades desenvolvidas pelos empreendimentos solidários e serviria de parâmetro para outras intervenções estatais (MONTEIRO, 2009, p. 104). Assim, com um marco regulatório próprio, a economia solidária deixaria de ser somente um programa de governo e passaria a ser uma política de Estado com orçamento próprio.

No mais, ainda que não existam políticas vigentes para a economia solidária em âmbito federal, existem muitas leis aprovadas em dezenas de municípios e Estados em todas as regiões do Brasil<sup>24</sup>. São leis que criam conselhos municipais ou estaduais de economia solidária, outras criam fundos de apoio e financiamento aos empreendimentos solidários, ou ainda que dão benefícios fiscais e prioridade para compras públicas de produtos da economia solidária (FBES, 2010, p. 08). Gonçalves (2005), cita como exemplo de iniciativas estatais o projeto de lei que instituiu a política estadual de fomento à economia solidária no estado de Minas Gerais, sancionado em 19 de janeiro de 2004, transformado na Lei 15.028/2004; e ainda o Decreto nº 41.062, de 21 de setembro de 2001, do Rio Grande do Sul, instituindo o Programa de Economia Popular Solidária – ECO-POPSOL. No estado do Pará tivemos o Projeto de Lei nº 99/07, sancionado em 06 de outubro de 2009, instituindo a Política de Fomento à Economia Popular e Solidária. Além disso, Praxedes (2009, p. 59), aponta que outros programas ou fundos vêm apoiando as iniciativas de economia solidária, como o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo este último “um diferencial significativo para produtores familiares rurais organizados em cooperativas e associações”.

Há também ações de alguns movimentos apoiadores voltadas para o fortalecimento e reconhecimento da economia solidária, a exemplo da União Nacional das Organizações

---

<sup>24</sup> Todas as leis estão disponíveis no site <https://www.rededegestoresecosol.org.br/legislacoes/>.

Cooperativistas Solidárias (Unicopas)<sup>25</sup> que tem se destacado frente ao acompanhamento das pautas relacionadas ao cooperativismo e a economia solidária nos campos político e jurídico, como o PL 6606/2019 e a PEC 69/2019<sup>26</sup>, estando presente nas audiências públicas. A Rede Nacional de Gestores também tem se mantido ativa nas redes sociais quanto a divulgação de eventos em municípios por todos os estados do país e o FBES<sup>27</sup>, que tem expressão em fóruns estaduais em pelo menos 23 unidades da federação, todos com participação no Fórum Brasileiro e está em processo de rearticulação de suas ações, inclusive, se articulando para a organização da VI Plenária Nacional de Economia Solidária que deverá acontecer em 2022.

De acordo com Valmor Schiochet<sup>28</sup>, atual coordenador do FBES, a principal tarefa do fórum está no sentido de remobilizar, rearticular e retomar os processos de encontros e diálogos com os fóruns estaduais que apresentam realidades diferentes, na qual há estados bem articulados com políticas estaduais – como visto anteriormente – além disso, o fórum tem retomado as articulações com instâncias internacionais. O FBES, da mesma forma que a Unicopas, tem acompanhado as proposições legislativas para a economia solidária tanto no Senado Federal quanto na Câmara, estando em constante interlocução com o Governo Federal, que apesar de se mostrar aberto a interlocução para manutenção das políticas de economia solidária, para Schiochet, não se tem obtido êxito nessa relação.

Ainda, de acordo com o coordenador, apesar da Política Nacional de Economia Solidária não conseguir obter todos os avanços que o movimento reivindicou e que desejava, a economia solidária conseguiu estabelecer, em âmbito nacional, uma política que envolvia a informação sobre o tema, com a institucionalização de um sistema de informação sobre economia solidária no Brasil, o SIES, além de pesquisas, mapeamento, observatórios e assim por diante. Entretanto, as mudanças no cenário político fizeram com que essa sequência histórica da economia solidária fosse perdida. Para ele, o desmonte das políticas que tinham sido constituídas, ainda que fossem insuficientes, a exemplo da Secretaria Nacional de Economia Solidária, representam uma perda importante para a economia solidária no Brasil,

---

<sup>25</sup> A Unicopas, criada no ano de 2014, em Brasília-DF, tem como objetivo atuar na concepção e no fortalecimento do cooperativismo e da economia solidária no Brasil. Atualmente, congrega quatro centrais cooperativas (Unicafes, Unisol, Concrab e Unicatadores), representando 2,5 mil cooperativas e associações e agrega cerca de 800 mil trabalhadores e trabalhadoras (<https://unicopas.org.br>).

<sup>26</sup> Proposta de Emenda à Constituição com o objetivo de acrescentar o inciso X ao art. 170 da Constituição Federal incluindo a economia solidária entre os princípios da ordem econômica (<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136639>)

<sup>27</sup> O Fórum Brasileiro de Economia Solidária, está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária (<https://fbes.org.br/o-fbes/>)

<sup>28</sup> Entrevista concedida por Valmor Schiochet em 07/10/2021 via Google Meet.

com grandes impactos em ações que estavam sendo realizadas e que tiveram que ser paralisadas. Nesse sentido, o FBES está retomando o processo de organização do movimento considerando esse cenário de desmonte da política nacional.

#### **2.4 Iniciativas de economia solidária no território brasileiro – dados do segundo mapeamento nacional de economia solidária**

Após a criação da Senaes, a economia solidária passou a ter uma maior visibilidade e reconhecimento em diferentes regiões do país, principalmente em regiões com baixo nível de emprego formal que buscam por alternativas de melhoria de vida.

O movimento tende a ocorrer também em regiões com baixo nível de emprego formal, onde trabalhadores se reúnem em parceria para produzir, por vezes com materiais e artigos retirados da própria natureza local, por vezes com produtos industrializados, o que melhor lhes convier, como é o caso de associações de artesãos litorâneos que trabalham com resíduos de peixes, ou cooperativos de artesãos em cipó, bambu, capim dourado, entre outros (VALENTE, 2007, p. 21).

Diversas organizações foram se constituindo em todo o país, então, a Senaes, que tinha por objetivo a identificação dos empreendimentos econômicos solidários e a divulgação da economia solidária para que ela realmente funcionasse como uma alternativa ao desemprego, precisava realizar um amplo levantamento de informações e criar um banco de dados nacional sobre a economia solidária, conforme estava previsto no PESD. Assim, teve início o Mapeamento de Economia Solidária que resultou no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, o Sies.

O mapeamento deu origem ao Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), permitindo que milhares de EES de base coletiva e autogestionária fossem identificados e caracterizados. As informações nele coletadas constituem um retrato da economia solidária no país. Os principais objetivos do SIES, desde sua concepção, foram identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil; fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo e o consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas; dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público (SIES, 2013).

Para Gaiger (2014, p. 18), o SIES “veio preencher uma lacuna em termos de conhecimento sobre a realidade da Economia Solidária”, e, além de ser um importante instrumento que auxilia no planejamento das políticas públicas, ele veio “favorecer o reconhecimento e o dimensionamento nacional de uma realidade até então não captada pelas pesquisas oficiais no Brasil”.

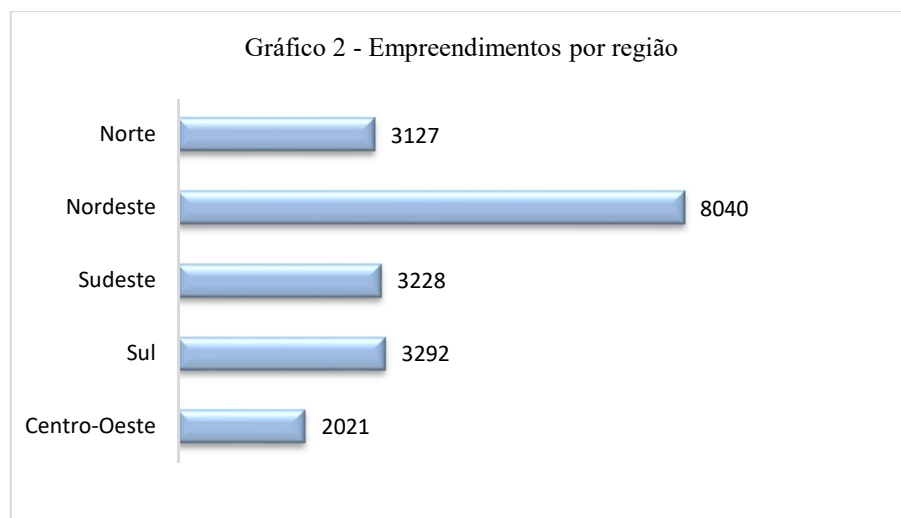


Dois mapeamentos foram realizados pela Senaes, o primeiro iniciado em 2005 e finalizado em 2007 e o segundo iniciado em 2009 e finalizado em 2013, que serão os dados com quais iremos trabalhar nesta pesquisa. Segundo Gaiger (2014, p. 7), tanto o primeiro, quanto o segundo ainda apresentam grandes lacunas quanto o estado atual do conhecimento sobre a economia solidária no Brasil, mas, ao mesmo tempo, apresentam um material empírico de grande valor. Nesse sentido, para que o segundo mapeamento ocorresse, foi realizado um acordo prévio entre as entidades promotoras em relação ao conceito de EES.

Com isso, estabeleceu-se uma ampla convergência no Brasil, conduzindo à definição de EES como aquelas organizações dotadas das seguintes características:

- Empreendimentos coletivos suprafamiliares, com ao menos dois sócios/as e de atuação econômica permanente;
- Que adotam a forma de associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, etc., cujos participantes realizam coletivamente a gestão das atividades e da alocação dos seus resultados;
- Com ou sem registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização;
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário;
- Sendo organizações singulares ou complexas (GAIGER, 2014, p. 21).

De acordo com os dados coletados pelo segundo mapeamento nacional, 19.708 EES foram identificados, sendo estes organizados e distribuídos entre 2.804 municípios em todos os estados da federação. Desses, 40,80% estão localizados na região Nordeste, entretanto, o estado com o maior número de empreendimentos é o do Rio Grande do Sul, com 1.696 empreendimentos mapeados:



Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária (SIES, 2013) /Adaptado de Gaiger (2014).  
Elaboração: COSTA, L. C. P. da, 2021

Em linhas gerais, 60% dos EES são associações, 30,5% são grupos informais, 8,9%, cooperativas e 0,6% são empresas mercantis (SIES, 2013). Gaiger acredita que a explicação para este grande percentual de associações está no decréscimo da informalidade, visto que esta é uma opção mais flexível e moldável aos interesses daqueles que decidem sair da informalidade por possuir um amplo marco legal.

No Brasil, o marco legal [da associação] é extremamente amplo, pois enquadra nesta rubrica toda agremiação de pessoas que se unem para desenvolver atividades comuns, desde que se distingam de instituições mais específicas (como igrejas, fundações e partidos políticos) e *não* tenham finalidade econômica. Suas atividades podem contar com profissionais remunerados e gerar dividendos econômicos, contanto que constituam um meio para cumprir os objetivos sociais da entidade associativa e não se revertam em enriquecimento privado dos associados. Para viabilizar suas atividades, é facultado às associações contratar ou criar empresas subsidiárias, que enquanto tais podem ter outra natureza jurídica e serem lucrativas. Assim, o marco legal das associações deixa as portas abertas a uma série de ambiguidades e contradições, mas contém um elemento de grande interesse para a Economia Solidária: o poder decisório deve ser exercido em igualdade de condições pelas pessoas físicas associadas, sem interferência de suas quotas de capital ou de participação econômica na entidade associativa (GAIGER, 2013, p.14).

Além do amplo marco legal proporcionado pelas associações que faz com que esta seja um meio para sair da informalidade, as associações também desempenham um papel importante na luta das populações excluídas por melhores condições de vida e funcionam como núcleo de iniciativas locais.

Em países como Brasil e Chile, é notório o papel desempenhado pelas associações comunitárias como esteios de mobilizações sociais mais amplas, como as lutas democráticas e os embates eleitorais que provocaram a renovação dos partidos políticos e a guinada de governos à esquerda. Ao mesmo tempo, as associações funcionaram como núcleo de iniciativas locais, dando-lhes impulso e resguardo institucional. Projetos comunitários de geração de renda e desenvolvimento econômico, ao contarem com o respaldo jurídico das associações, muitas vezes se confundem com elas. O resultado é um híbrido: atividades comunitárias de natureza social somam-se a empreendimentos com fins econômicos, em si mesmos desguarnecidos de amparo jurídico. A meia-solução mais comum é utilizar o registro legal da associação, para evitar a informalidade plena, e postergar a formalização do empreendimento, com isso abrindo mão das prerrogativas e vantagens conferidas ao exercício legal das atividades econômicas (GAIGER, 2013, p. 15).

Em nível nacional, a área de atuação que predomina é o meio rural, com aproximadamente 55% dos empreendimentos atuando neste meio.

Tabela 4 – Área de atuação do empreendimento por macrorregião (%)

MACROREGIÕES	RURAL	URBANA	RURAL E URBANA
CENTRO-OESTE	10,03	9,77	13,07
NORDESTE	53,78	22,67	33,14

(Continua)

Tabela 4 (continuação)

MACROREGIÕES	RURAL	URBANA	RURAL E URBANA
NORTE	14,51	18,52	14,09
SUDESTE	8,89	28,73	14,53
SUL	12,80	20,30	25,17
BRASIL	54,76	34,79	10,44

Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária (SIES, 2013).

Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

No segundo mapeamento nacional, Gaiger (2014, p. 33) apontou para um dado importante, a relação existente entre a forma de organização e a área de atuação dos empreendimentos. As associações predominam na área rural, enquanto que os grupos informais estão concentrados na área urbana, assim como as sociedades mercantis. Já as cooperativas atuam tanto na área rural quanto na área urbana, conforme demonstra-se no gráfico abaixo.



Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária (SIES, 2013) / Adaptado de Gaiger (2014).

Elaboração: COSTA, L. C. P. da, 2021

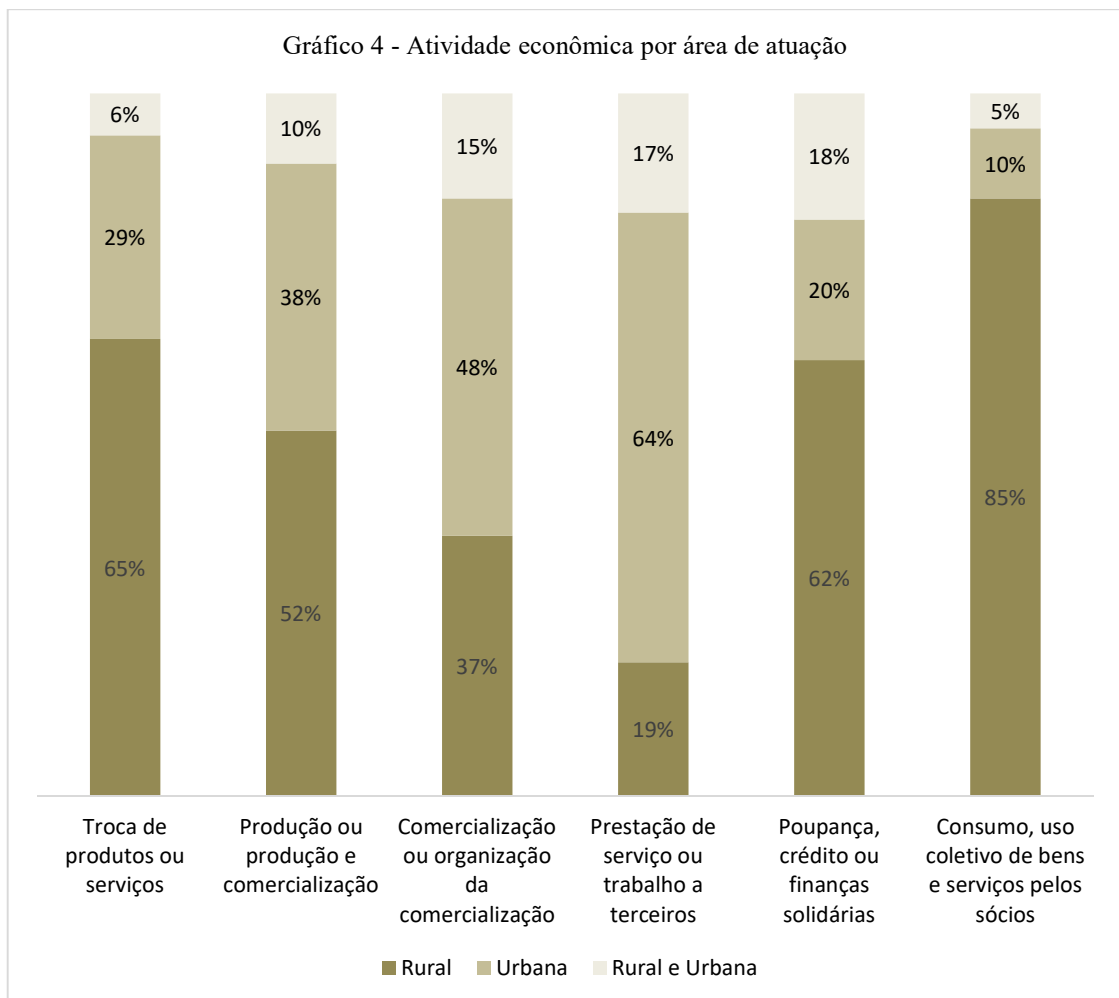
Quanto a atividade econômica, a produção de bens é a que predomina, com 11.081 empreendimentos (56,2%). Mas quando se observa por área de atuação (Gráfico 4), vê-se que na área rural predomina o consumo, uso de bens e serviços pelos sócios e na área urbana, a prestação de serviços ou trabalho a terceiros.

Tabela 5 – Atividade econômica por macrorregião

Macrorregiões	Troca De Produtos Ou Serviços	Produção Ou Produção E Comercialização	Comercialização Ou Organização Da Comercialização	Prestação Do Serviço Ou Trabalho A Terceiros	Poupança, Crédito Ou Finanças Solidárias	Consumo, Uso Coletivo De Bens E Serviços Pelos Sócios
Centro-Oeste	81	1.239	279	106	8	308
Nordeste	174	3.987	497	445	177	2.760
Norte	97	2.435	168	240	20	167
Sudeste	31	1.642	869	265	25	396
Sul	47	1.778	815	240	98	314
Brasil	430	11.081	2.628	1.296	328	3.945

Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária (SIES, 2013).

Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

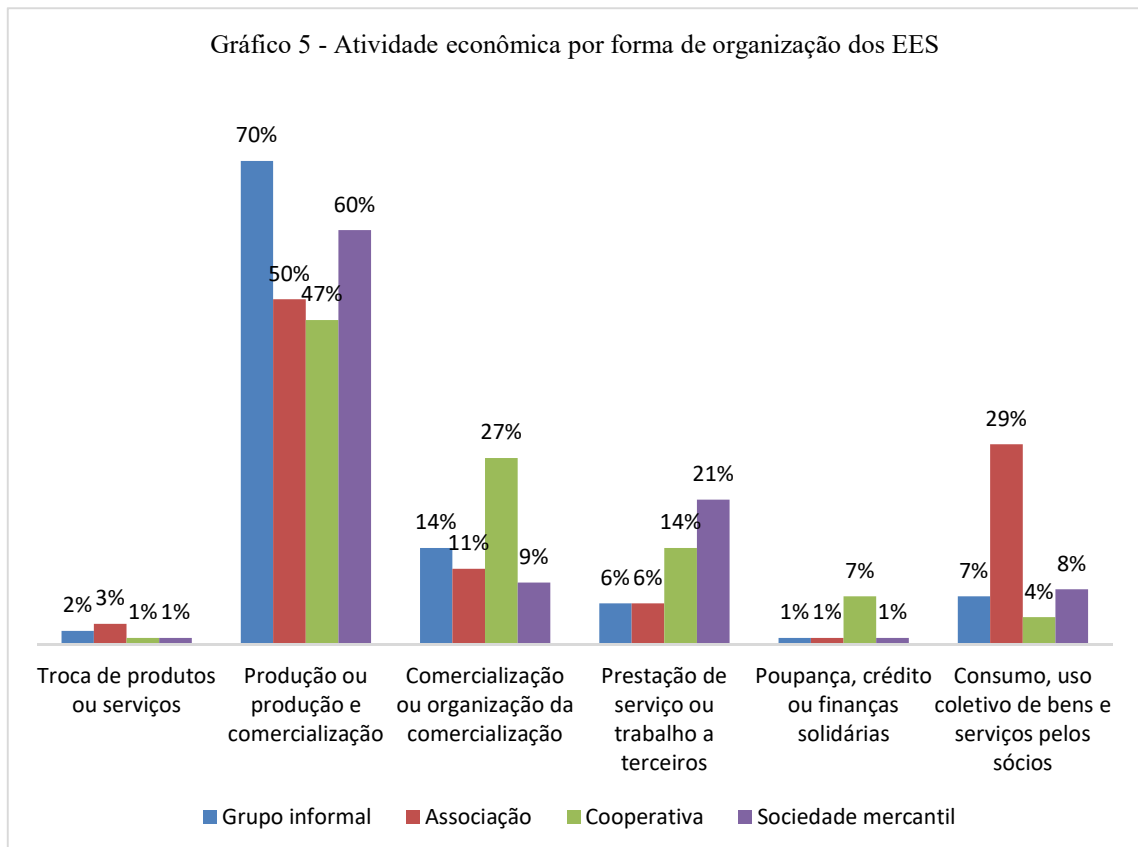


Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária (SIES, 2013) / Adaptado de Gaiger (2014).

Elaboração: COSTA, L. C. P. da, 2021

Gaiger (2014, p. 34) observa que a atividade econômica principal dos empreendimentos mapeados se relaciona também com a forma de organização desses

empreendimentos – como era de se esperar – uma vez que na área rural se concentram as associações e estas têm como atividade mais frequente o consumo coletivo e na área urbana, a prestação de serviços a terceiros, neste caso sendo realizado em um maior percentual por sociedades mercantis, quanto a produção de bens é predominante em todas as formas de organização.



Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária (SIES, 2013) / Adaptado de Gaiger (2014).  
Elaboração: COSTA, L. C. P. da, 2021.

Um questionamento importante levantado por Gaiger (2014, p. 35) diz respeito a importância da renda adquirida por meio dos empreendimentos chegando à conclusão de que, a depender da atividade econômica exercida, a renda obtida pode ser a principal fonte de renda ou apenas uma complementação.

A questão foi formulada em termos da função da renda *preponderante* no conjunto de sócios/as de cada EES, oferecendo quatro opções: a) ser a fonte principal da renda individual ou familiar dos sócios; b) ser uma complementação de rendimentos recebidos em outras atividades econômicas; c) ser uma complementação de recursos recebidos por doações ou programas governamentais; d) ser uma complementação de rendimentos de aposentadorias ou pensões.

Desse ponto de vista, observa-se que os EES representam a fonte principal de renda para os sócios principalmente quando a sua atividade econômica é a prestação de serviços ou trabalho a terceiros (66,1%), a seguir quando se dedicam à comercialização (50,2%) e por fim – talvez contrariando o esperado – quando sua atividade coletiva principal é a produção (45,8%). Vice-versa, os EES garantem uma

complementação de rendimentos recebidos pelos sócios em outras atividades quando sua atividade é a comercialização (43,5%) ou a produção (43%), sendo esse caso minoritário entre os EES de prestação de serviços ou trabalho a terceiros (28,5%). No caso dessas três atividades (produção, comercialização e prestação de serviços ou trabalho a terceiros), são mais escassos os EES de complementação de recursos recebidos pelos sócios/as por doações ou programas governamentais, bem como aqueles de complementação de rendimentos de aposentadoria ou pensões, que constituem em torno de 6% dos EES de comercialização e, no caso dos EES de produção, alcançam 10% (GAIGER, 2014, p. 36).

Desta forma, o autor conclui que a forma de organização interfere no papel principal que o empreendimento exerce na vida dos sócios. De forma sintética, empresas mercantis e cooperativas têm por finalidade principal gerar renda, principalmente os empreendimentos de prestação de serviços ou trabalho a terceiros; os grupos informais tendem a complementar a renda quando se dedicam a atividade de produção, quando se trata de aposentados ou pensionistas, enquanto que as associações servem a múltiplos objetivos. Esses dados apresentam assim, um conjunto de características que dão uma ideia da fisionomia geral do EES e suas variações (GAIGER, 2014, p. 36).

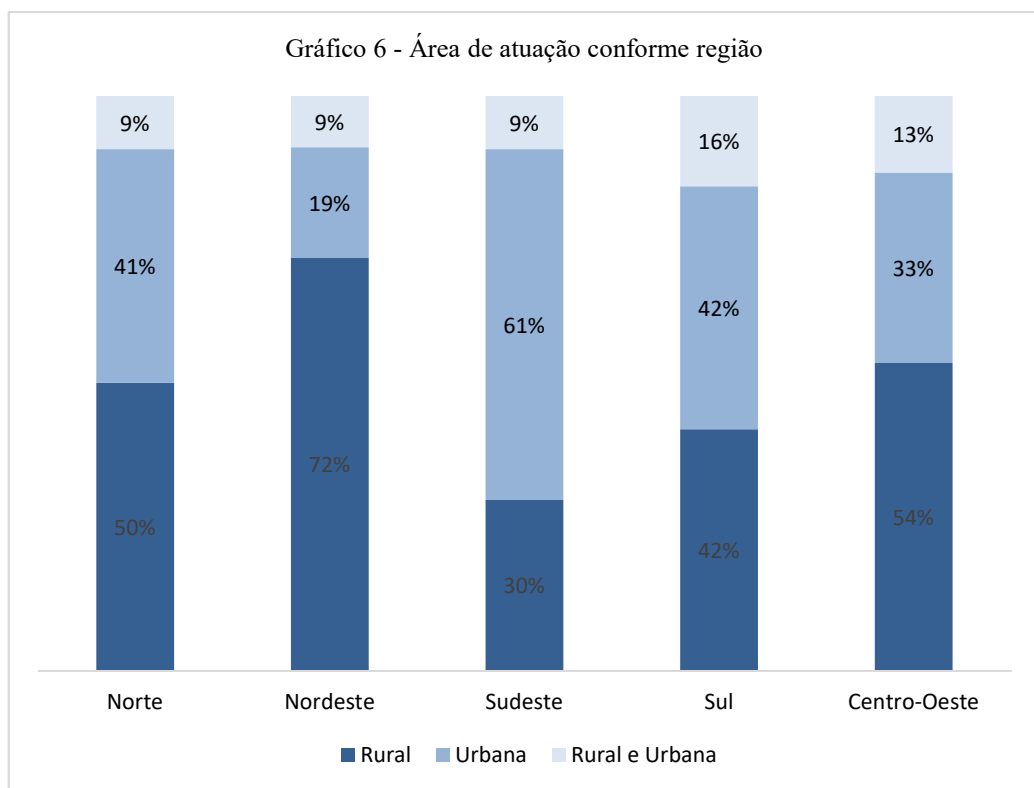
Quanto aos aspectos econômicos, considerando o grande número de atividades exercidas pelos empreendimentos, para que fosse possível realizar a identificação dos setores da economia mais frequentes, o mapeamento empregou uma tabela convencional agregando itens específicos para contemplar as atividades dos empreendimentos de economia solidária.

Dispôs-se assim da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, provida de Subclasse de Economia Solidária – a CNAE-ES. A tabela é arborescente, partindo de classificações mais abrangentes – as Seções – que são decompostas progressivamente em agrupamentos menores: Divisão, Grupos, Classes e Subclasses. Nesse último nível foram inseridas Subclasses de Economia Solidária, como meliponicultura – ou criação de abelhas nativas, preparação artesanal de embutidos de carne (copa, salame, etc.), a produção artesanal de queijos, e de outros produtos lácteos, a produção artesanal de bolos, cuca, doceria e confeitos, a confecção de trajes de espetáculo, tradicionais e outros, a produção artesanal de artigos em papel reciclado, a produção artesanal de bijoias, a coleta de materiais recicláveis, as feiras solidárias, as trocas solidárias, as cooperativas de consumo, os fundos rotativos e assim por diante (GAIGER, 2014, p. 39).

Diante informações do segundo mapeamento nacional, percebe-se no Brasil um cenário em que se destacam atividades predominantes da área rural, em que 30,6% dos empreendimentos se dedicam a indústria de transformação, por meio da fabricação de farinha de mandioca e derivados, da produção artesanal de doces em geral e peças do vestuário; 27% atuam em atividades ligadas à agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; 17,3% atuam no comércio e os demais, em atividades diversas que envolvem a coleta de material reciclável e finanças solidárias.

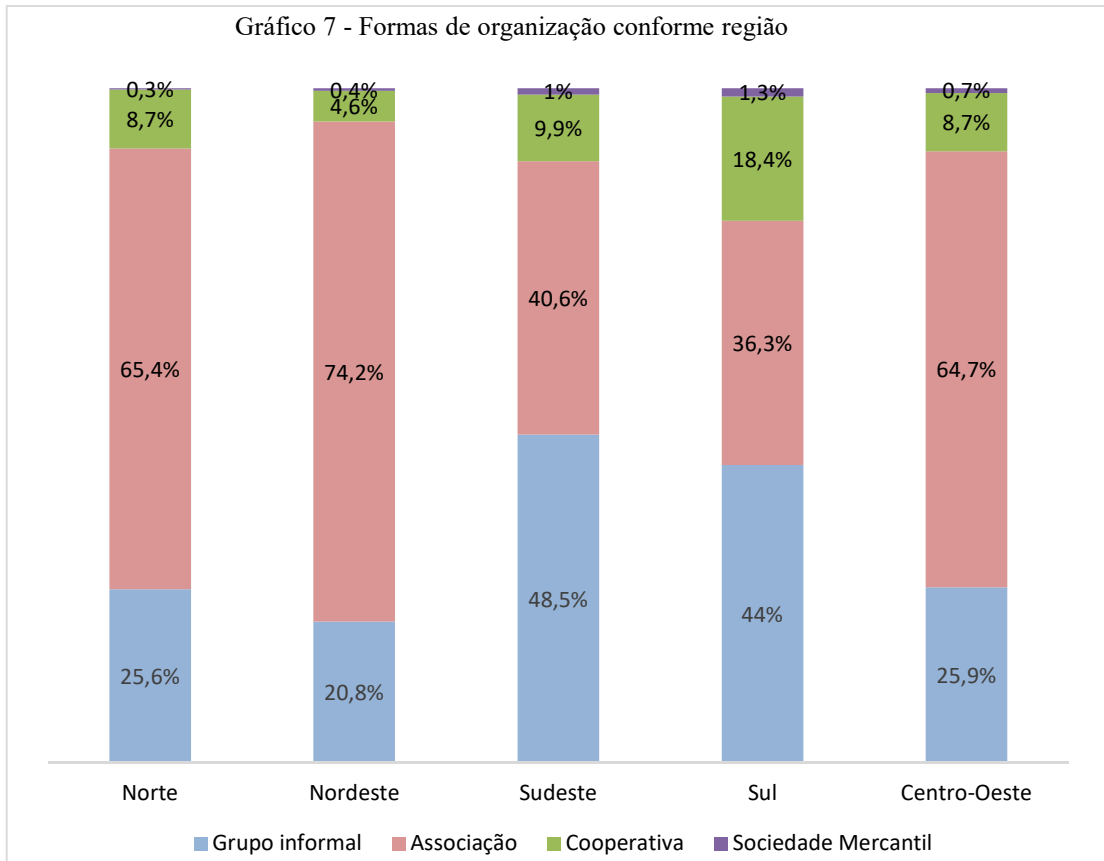
Para Gaiger (2014, p. 41), o leque econômico de atuação dos empreendimentos mapeados é amplo, “havendo equilíbrio global entre a produção primária e a indústria de transformação”, entretanto, o caráter artesanal de muitas atividades indica a importância que o fator trabalho exprime nos empreendimentos, sendo essa sua principal força econômica, mas a insuficiência de capital, por vezes, representa uma debilidade crucial no sucesso dos empreendimentos. Então, a junção de recursos e a união de esforços entre os sócios funciona para responder a essas dificuldades e viabilizar os empreendimentos.

Ao analisarmos as variáveis apresentadas em nível regional, nota-se uma distribuição variada dos empreendimentos entre o espaço rural e urbano.



Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária (SIES, 2013) / Adaptado de Gaiger (2014).  
Elaboração: COSTA, L. C. P. da, 2021.

E quanto as formas de organização, estas apresentam traços distintos em cada região, conforme demonstra o próximo gráfico.



Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária (SIES, 2013) / Adaptador de Gaiger (2014).  
 Elaboração: COSTA, L. C. P. da, 2021.

Para Gaiger (2014, p. 47), os gráficos demonstram uma “perceptível correlação entre o espaço de atuação e a forma de organização”, conforme se demonstrou em nível nacional. Na Região Norte, em que há uma pequena predominância da área rural de atuação dos empreendimentos sobre a urbana – 50% rural contra 41% urbana – a forma de organização que prevalece é a associação. No Nordeste, 72% dos empreendimentos são rurais, prevalecendo assim, as associações, ao contrário do Sudeste, em que os empreendimentos são em sua maioria urbanos (61%), os grupos informais são os que prevalecem. A Região Sul, apresenta um equilíbrio entre o rural e urbano (42%), chamando atenção nesta região o número de cooperativas que é bem maior do que nas outras regiões, ratificando a hipótese levantada por Gaiger (2014) quanto a atuação destas, tanto em área rural quanto em área urbana. E o Centro-Oeste, apresenta característica similar à Região Norte, com certa predominância do rural e das associações.

Concluindo essa análise regional, Gaiger (2014) apresenta um quadro com a principais atividades econômicas exercidas por região, indicando os cinco principais setores econômicos de atuação dos empreendimentos: Indústria de transformação; Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; Comércio; Outras atividades de serviços e



Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, apresentando, assim, uma visão comparativa bem detalhada da realidade de cada região:

- Norte: destaque na agricultura e outras atividades rurais correlatas, mas também em indústrias de transformação/menor presença no comércio e em atividades de organizações associativas. As classes mais frequentes são: cultivo de arroz (8,2%); fabricação de farinha de mandioca e derivados (5,3%) e comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanato (5,3%);
- Nordeste: destaque principal em atividades de organizações associativas, fato certamente vinculado ao predomínio das associações nessa região. Classes mais frequentes: utilização coletiva de infraestrutura (24,8%), rede de consumidores (5,4%) e cultivo de feijão (4,1%);
- Centro-Oeste: destaque na agricultura e correlatos/baixo percentual de comércio. Classes mais frequentes: criação de bovinos para leite (12,4%), cultivo de arroz (8,4%), organização para utilização coletiva de infraestrutura (8%) e serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita (4,8%);
- Sudeste: proeminência das indústrias de transformação, secundadas pelo comércio. Baixo percentual de agricultura e correlatos. Classes em destaque: comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos (11,8%), organização para utilização coletiva de infraestrutura (6,5%), coleta de materiais recicláveis (6,1%) e fabricação de artesanatos têxteis para uso doméstico (5%);
- Sul: percentual elevado em indústria de transformação e no comércio/baixo percentual em agricultura e correlatos. Classes salientes: comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanato (8,9%), atividades de apoio à agricultura (3,2%) e produção artesanal de artigos em crochê (3%) (GAIGER, 2014, p. 53).

Esses dados oferecem uma visão ampla do perfil econômico, social e político da economia solidária em todo território brasileiro.

#### 2.4.1 A economia solidária no Estado do Pará

O surgimento da economia solidária no Estado do Pará, também traz consigo um histórico anterior de experiências cooperativistas. De acordo com Maciel (2009, p. 21), em decorrência da crise da borracha no século XX, em 1914 foi fundada na cidade de Belém a Sociedade Cooperativa Anônima de Responsabilidade Ltda., “A seringueira do Pará”, primeira cooperativa singular agropecuária de exploração vegetal do Estado, e no mesmo ano foi fundada também a primeira cooperativa agropecuária de segundo grau, chamada de Cooperativa Central dos Fazendeiros do Pará.

Miranda, em seus estudos sobre a economia solidária no estado do Pará, identificou que sua origem se deu a partir da economia popular<sup>29</sup> quando nos anos 2000 se constituiu um

---

<sup>29</sup> Para Miranda, a economia popular pode representar o embrião de uma nova cultura do trabalho, visto que nela subsistem antigas relações sociais de produção (MIRANDA, 2009).

único grupo de empreendedores populares e trabalhadores solidários (Miranda, 2009, p. 87). A autora identificou ainda outras narrativas quanto ao seu surgimento, que apontam, além da política de microcrédito do Banco do Povo da Prefeitura Municipal de Belém<sup>30</sup>, a Cáritas brasileira com atuação em diversos municípios do interior do estado.

No entanto, apesar da maioria dos protagonistas do Movimento de Economia Solidária, em entrevistas, apontar a política de microcrédito do Banco do Povo da Prefeitura Municipal de Belém/PMB, gestão 1997-2000, particularmente no ano 2000, como a grande alavanca para o “surgimento” da economia solidária no Pará, outros “protagonistas” mostraram contradição em relação ao surgimento da economia solidária no Pará. Isto porque, ao mesmo tempo que apontam o Banco do Povo de Belém como “grande responsável” pela “implantação” da economia solidária no Estado, outros afirmam que a economia solidária já era difundida pela Cáritas Brasileira em municípios do interior, nas regiões nordeste e oeste do estado, denominada por “cooperativismo alternativo”. [...]

Há ainda aqueles que defendem a existência da prática da economia solidária em alguns empreendimentos, pois o cotidiano de seus trabalhadores era pautado nos princípios dessa “outra economia”, embora desconhecessem “teoricamente” a economia solidária<sup>31</sup> (MIRANDA, 2009, p. 88).

Apesar das divergências quanto ao surgimento da economia solidária no estado do Pará, todos concordam que a inserção do tema se deu em virtude da crise no mercado de trabalho local, pela necessidade de sobrevivência. Assim, no ano de 2000, os trabalhadores de rua começam a se organizam, a princípio como economia informal e somente após o Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, e tendo por base as recomendações deste fórum, é que se inicia um movimento para concretização da economia solidária no estado (MIRANDA, 2009, p. 90).

A autora cita outro momento importante para a construção da economia solidária que foi a realização do I Encontro de Empreendedores Populares:

A propósito, outro momento que também contribuiu para se construir os primeiros passos para o movimento de economia solidária, no Pará, bem como, para sua organização, diz respeito aos encontros de empreendedores. Assim, em agosto de 2000, foi realizado o I Encontro de Empreendedores Populares de Belém apoiado pelo Banco do Povo de Belém (FPEPS, 2005) e pela Agência de Desenvolvimento Solidário/ADS e “contou com a participação de 150 trabalhadores” (BELÉM, 2003). Esse encontro foi importante para que esses trabalhadores despertassem para a necessidade de organização dessa categoria a fim de discutir os problemas inerentes (FPEPS, 2005). Isto resultou na fundação do Fórum de Empreendedores Populares e Solidários de Belém, que naquele momento era chamado de “Fórum Municipal” (MIRANDA, 2009, p.93).

<sup>30</sup> O Banco do Povo de Belém, já em 1998, fomentava a ideia de economia solidária, a partir da geração de emprego e renda, democratização do acesso ao crédito e incentivo à criação de cooperativas associativas solidárias (MIRANDA, 2009).

<sup>31</sup> Quando os empreendimentos recebiam formação sobre economia solidária, por meio das ações do Banco do Povo de Belém, passavam a perceber que já praticavam a economia solidária, no entanto, desconheciam seus princípios norteadores (MIRANDA, 2009).

Para a autora, assim como para os protagonistas da economia solidária no estado do Pará, a constituição do tema na agenda de governo, foi resultado de uma associação de forças e lutas do movimento que teve um ganho concretizado no ano de 2007 com a criação da Diretoria de Economia Solidária (DECOSOL) e com a elaboração de uma proposta de lei estadual de economia solidária.

Ainda que as lutas do movimento de economia solidária do Pará, em determinados momentos, aconteçam de maneira descontínua e pulverizada, às vezes até mesmo por questões pessoais e individualizadas, pode-se afirmar que este já possui um ganho concreto. Trata-se da criação, em 2007, da Diretoria de Economia Solidária/DECOSOL, na Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda/SETER. Os próprios protagonistas da economia solidária do Pará afirmam que essa diretoria foi impulsionada pela reivindicação do movimento e pela própria universidade [UFPA], a qual já possui experiência, em trabalhos desenvolvidos no campo da economia solidária, particularmente, pelo PITCPES<sup>32</sup>, através de projetos realizados com grupos populares, assim como, cooperativas e associações (MIRANDA, 2009, p. 98).

Como vimos anteriormente, o Projeto de Lei nº 99/07, sancionado em 06 de outubro de 2009, instituiu a Política de Fomento à Economia Popular e Solidária no estado. Maciel (2009) aponta que a Lei Estadual nº 7.309 de 2009 embora tenha sido um avanço para o movimento da economia solidária, ainda necessita de um melhoramento técnico, conforme observa a autora:

O art. 5º da Lei 7.309/09 considera como empreendimentos de autogestão, os “grupos organizados preferencialmente sob a forma de sociedade cooperativa, podendo ser adotadas as formas de empreendimento individual, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, de associação civil e de sociedade anônima”, desde que atendam aos requisitos de:

I - organização autogestionária, caracterizada pela propriedade em comum dos bens de produção e pela observância dos critérios definidos no art. 4º;  
II - gestão da entidade exercida pelos integrantes de forma coletiva e democrática;

III - adoção de modelos de distribuição dos resultados econômicos proporcionais ao trabalho coletivamente realizado (MACIEL, 2009, p. 37).

Para a autora houve um equívoco da lei ao considerar como empreendimento autogestionário os chamados empreendimentos individuais, uma vez que o formato desse tipo de empreendimento, ou seja, de uma empresa onde só existe um proprietário e os demais participantes são trabalhadores assalariados, torna inviável a relação de igualdade entre estes.

Assim sendo, observamos que por mais que seja adotada uma gestão democrática da empresa e que se possa pensar em um sistema de redistribuição dos resultados econômicos proporcionais ao trabalho realizado coletivamente, tal situação de

---

<sup>32</sup> O Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Pará (PITCPES/UFPA) é um programa de ensino, pesquisa e extensão da instituição que proporciona um espaço de aprendizado e troca de conhecimentos entre sua equipe interdisciplinar e, principalmente, entre os grupos inseridos no processo de incubação (MIRANDA, 2009).

desigualdade entre proprietário legal do empreendimento e trabalhador assalariado do empreendimento individual acaba por, na prática, inviabilizar que possa caracterizar-se como empreendimento pertencente à economia solidária (MACIEL, 2009, p. 38).

Ainda segundo a mesma autora, houve uma confusão no que diz respeito a denominação na lei de “Economia Popular Solidária”, como se este fosse um único movimento, quando na verdade tratam-se de movimentos diferenciados. A lei estadual prescreve uma política de fomento, não apenas para o movimento de economia solidária, mas vai além, ao utilizar a denominação “Economia Popular Solidária”, no qual a autora entende terem conotações distintas<sup>33</sup> e conclui que na legislação a denominação correta deveria ser Economia Popular e Solidária, com a utilização da conjunção aditiva “e” e então poderia se considerar que a lei traz regras de fomento a dois movimentos diferenciados e não apenas um único (MACIEL, 2009, p. 40). Mas, da mesma forma que Miranda, Maciel considera que tal marco regulatório se constitui em vitória para o movimento de economia solidária no estado do Pará, sendo necessário que o movimento pressione e reivindique junto ao poder público a execução da mesma, em sua essência.

Miranda aponta outras vitórias para o movimento no estado do Pará, como o apoio para elaboração, aprovação e implementação de projetos direcionados a empreendimentos solidários em seus diversos segmentos produtivos, com destaque maior para criação da DECOSOL. Além disso, a realização de feiras estaduais de economia solidária, assim como, a participação em feiras e eventos em nível estadual, nacional e internacional, que de acordo com os atores, tem contribuído para a criação de estratégias de fortalecimento da economia solidária no estado e tem colaborado para os avanços do movimento por meio de debates e sugestão de ações para sua promoção. Mas Miranda também aponta para algumas dificuldades encontradas, particularmente em âmbito geográfico, que dificulta a participação de eventos na capital, falta de infraestrutura para produção e funcionamento do empreendimento, falta de incentivos governamentais e formação (MIRANDA, 2009, p. 106-107).

Para Maciel *et al* (2009, p. 9), os empreendimentos devem buscar se articular com a comunidade local e estreitar laços com órgãos financiadores de crédito, de modo a garantir sua infraestrutura e a intercooperação entre parceiros. Além disso, é necessário que os empreendimentos participem de discussões sobre as dinâmicas produtivas locais junto à gestão municipal buscando identificar projetos que possam solucionar as dificuldades encontradas na região.

---

<sup>33</sup> Ver Maciel (2009).

No estado do Pará, o Ministério da Cidadania, por intermédio da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana, Departamento de Economia Solidária, executou ações de economia solidária (ação 8274 – Catadores de materiais recicláveis dos PPAs 2012-2015 e 2016-2019) em parcerias com:

- Secretaria de Estado de Assistência Social (SEASTER/PA) – Convênio 778652/2012<sup>34</sup>, firmado em 28/12/2012, com valor de repasse R\$ 4.905.000,00, com o objetivo de fomentar empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação atuantes com resíduos sólidos constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis.
- Universidade Federal do Pará (UFPA) – Termo de Execução Descentralizado nº 03/2015, firmado em 21/10/2015 no valor de repasse R\$ 1.595.000,00, com o objetivo de apoiar o processo de incubação junto as cooperativas e associações de catadores/as de materiais recicláveis, prestando assessoria técnica no âmbito da análise da viabilidade econômica e social do empreendimento, realizando assessoramento social, econômico, financeiro e administrativo, jurídico, mercadológico, contábil, produtivo e de marketing, orientando e qualificando os dirigentes dos empreendimentos na captação de recursos através as agências de desenvolvimento regional e agencias não governamentais voltadas para o fomento de cooperativas, através de tecnologias sociais de finanças inclusivas.

Quanto as ações específicas do estado relacionadas ao tema, o governo tem implementado políticas públicas com o objetivo de promover o desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, com o incentivo e apoio à geração de oportunidades de trabalho e renda, por meio de iniciativas de natureza solidárias organizadas de forma coletiva, participativa e autogestionárias. Desta forma, a Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), por meio da Coordenadoria de Empreendedorismo e Economia Solidária (CEES) e da Diretoria de Empreendedorismo e Economia Solidária (DQPE) têm permeado suas ações pela articulação e difusão de economia solidária estadual, no processo de efetivação do Marco Legal, que se deu com a criação da Lei nº 7.309/2009.

Atualmente a SEASTER está executando o projeto Fomento à Mulheres Empreendedoras da Economia Solidária<sup>35</sup> com o objetivo de promover oportunidades a grupos produtivos para desenvolverem atividades econômicas como forma de geração de trabalho e

---

<sup>34</sup> Após Termo Aditivo, a vigência do convênio foi prorrogada até 31/12/2021.

<sup>35</sup> A proposta da SEASTER tem como norte principal a realização de atividades que possibilitem o fomento as atividades produtivas por meio do empreendedorismo solidário e orientação a criação e desenvolvimento de novos produtos a partir do reaproveitamento de fardamentos militares, doados pela Polícia Militar do Estado do Pará, em condições de obsoletos. Em 25/05/2021, a SEASTER realizou a exposição de peças customizadas pelo grupo de mulheres atendidas pelo projeto ([www.agenciapara.com.br](http://www.agenciapara.com.br)).

renda, por meio de ações voltadas ao fomento à grupos de mulheres da economia solidária, tendo como público alvo grupo de mulheres participantes do Fórum Paraense de Economia Solidária, além daquelas atendidas pela Casa do Empreendedor. A SEASTER se propõe a promover iniciativas de caráter inclusivo, por meio do desenvolvimento de grupos organizados por atividades econômicas, que se encontram em condições de vulnerabilidade social.

Dados do segundo mapeamento indicam que no estado do Pará existem cerca de 1.358 empreendimentos econômicos solidários, sendo que 53% dos empreendimentos têm atuação na área rural e 37%, na área urbana e os 10% restantes têm atuação tanto na zona rural quanto na zona urbana. A forma de organização dos empreendimentos mapeados segue a lógica apresentada em nível nacional em que no meio rural predominam as associações, no meio urbano, os grupos informais e as cooperativas, com atuação tanto no meio rural, quanto no meio urbano. O destaque das atividades econômicas está voltado para a produção ou produção e comercialização de produtos, com 1.048 empreendimentos (77%), que, como vimos anteriormente, é predominante em todas as formas de organização, neste caso é realizada em maior parte por associações (714), seguido pelos grupos informais (225), pelas cooperativas (108) e por uma sociedade mercantil.

Um dado marcante apresentado pelo mapeamento no estado, diz respeito às atividades econômicas exercidas pelos empreendimentos. Todas as atividades econômicas são realizadas, em grande percentual, por associações, sendo este tipo de organização é de maior concentração na área rural: Troca de produtos ou serviços (90%), Produção ou produção e comercialização (68%), Comercialização ou organização da comercialização (70%), Prestação do serviço ou trabalho a terceiros (69%), Poupança, crédito ou finanças solidárias (94%) e Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios (91%), sendo que o setor econômico que mais predomina no estado está ligado à agricultura, pecuária e serviços relacionados, sendo realizado por 477 empreendimentos. Desse total, quase a metade (49%) têm suas atividades voltadas para a agricultura, com cultivos de arroz (82), açaí (76), milho (44) e mandioca (34), os demais têm atividades bem variadas, como horticultura, criação de bovinos, aves, peixes, plantas e frutas. Como pode se observar, são atividades típicas da área rural.

### 3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A Constituição Federal apresenta entre os princípios fundamentais e gerais da atividade econômica a redução das desigualdades sociais e regionais, (BRASIL, 1988), isso fez com que a abordagem do desenvolvimento territorial ganhasse força e operacionalidade nos estudos acadêmicos, nas formulações de planos e diretrizes de órgãos governamentais e em documentos e discursos da sociedade civil. Sua disseminação ocorreu, sobretudo, a partir da política territorial adotada pelo MDA<sup>36</sup> por meio da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) (LIMA, 2012, p. 173). Desde então, suas vantagens vêm sendo propagadas para o alcance do tão sonhado desenvolvimento.

Segundo Ortega e Mendonça (2007, p. 93), as experiências internacionais que utilizaram a estratégia do desenvolvimento territorial têm comprovado a sua viabilidade em determinadas condições. Um fato importante destacado por estes autores é que essas estratégias não estão ligadas, necessariamente, às políticas liberalizantes, ao contrário do Brasil onde ainda há uma certa dificuldade para que esse processo ocorra da mesma forma. Isso porque,

as políticas descentralizadoras demandam uma forte atuação intervencionista do governo central, não somente em função de sua capacidade superior em financiar a infra-estrutura básica de desenvolvimento local, como, também, de exercer seu poder junto aos fortes grupos políticos locais que podem fazer valer seus poderes para uma distribuição assimétrica dos investimentos governamentais (ORTEGA, 2008, p. 32)

De acordo com Silva (2016, p. 360), o programa Ligações entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER) é uma das referências internacionais mais citadas.

Esse programa surgiu na Europa em 1991, tendo como principal objetivo apresentar um enfoque multissetorial e integrado para a dinamização de espaços rurais com base em projetos territoriais inovadores. Desde sua constituição, o Programa Leader tem sido considerado o principal instrumento para o desenvolvimento das áreas rurais europeias de natureza integradora, por meio do planejamento e execução de projetos prioritários com base em uma estrutura política ascendente (bottom-up). Os grupos de ação local são os responsáveis pela definição dos territórios do Leader, que contam com uma ampla e diversificada rede política, composta por agências de governo, sindicatos, organizações do setor privado, organizações não governamentais (ONGs) e representantes locais eleitos (SILVA, 2016, p. 360).

---

<sup>36</sup> O MDA foi extinto em 2016 sendo criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). No governo atual, a SEAD foi incorporada às funções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e passou a ser denominada de Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF/MAPA).

O programa LEADER foi considerado uma inovação no meio das políticas públicas ao considerar as características locais das regiões selecionadas e, ao invés de utilizar uma dinâmica setorial (agricultura, indústria, comércio, etc.), como nas macropolíticas, adotou um enfoque territorial a fim de realizar a integração entre os espaços, os agentes locais, mercados e as políticas de intervenção (HESPANHOL, 2010, p. 126).

No Brasil, pesquisadores apontam que as iniciativas de desenvolvimento territorial surgiram em meio um contexto de crise econômica (ORTEGA e MENDONÇA, 2007; ORTEGA, 2008; HESPANHOL, 2010). Atores locais tiveram que se organizar e buscar alternativas para a valorização e desenvolvimento de seus espaços locais, dando início a uma luta pela “radicalização da democracia por meio de experiências locais”, com mais participação da sociedade civil na formulação e na gestão das políticas públicas (ORTEGA e MENDONÇA, 2007, p. 94).

Como resultado dessa luta, dá-se início a um processo de descentralização das políticas públicas no país, onde municípios e estados passam a ter mais responsabilidade na gestão das políticas, passando a constar agora na Constituição Federal uma forte orientação descentralizadora, não somente político-administrativa, mas também, dos recursos orçamentários. Além disso, surgem as figuras dos arranjos locais para auxiliar na gestão dessas políticas, sendo estes obrigatórios para que municípios tenham acesso a recursos repassados pelo governo federal.

Essas experiências, que requerem a construção de arranjos socioprodutivos locais, visam implementar respostas específicas que valorizem as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes em seus territórios. Em muitas delas, a motivação principal tem sido contribuir com o combate à pobreza e à exclusão, e vêm constituindo-se em alternativas para a inclusão social e inserção competitiva dos territórios nos circuitos econômicos regionais, nacionais e internacionais mais dinâmicos (ORTEGA, 2008, p. 40).

Assim, iniciativas como a descentralização das políticas públicas, a valorização da participação dos atores da sociedade civil – especialmente, as organizações não governamentais (ONGs), a redefinição do papel das instituições e o crescimento da importância das esferas estaduais e das prefeituras locais, fez com que agentes, até então sem nenhum protagonismo, ganhassem espaço no planejamento de ações para intervenção em seus espaços locais. E para que a relação entre Estado e organismos locais se tornasse efetiva, Matteo *et. al* (2013, p. 53) afirmam que foi preciso criar uma nova unidade de referência, o território, e as ações e intervenções que resultam da articulação dos diferentes atores envolvidos é o que os autores denominam de desenvolvimento territorial.



Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, diversos autores demonstram um grande potencial da economia solidária, bem como o próprio governo federal por meio de políticas integradas, a exemplo do PPA 212-2015 no qual a economia solidária estava inserida em um programa temático – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária – que englobava ações simultâneas em três ministérios: MI, MDA e MTE.

Silva e Carvalho Filho (2018, p. 155) afirmam que “os principais documentos de referência do movimento de economia solidária dos anos 2003 a reconheciam fundamentalmente como estratégia de desenvolvimento sustentável”. Além disso, sua consolidação no Brasil como prática de organização socioeconômica se deu, concomitantemente, aos avanços dos debates e dos acordos mundiais em torno da perspectiva sustentável do desenvolvimento, que tiveram o Brasil como um dos palcos principais.

De acordo com o relatório final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, o território na perspectiva da economia solidária permanece como um conceito aberto, em construção, que contempla relações as mais diversas: econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas; que vai além do espaço geográfico e dos limites físicos. É onde se articulam ações em prol dos seus valores e princípios e onde ocorrem as relações sociais que potencializam o que é comum, em que se respeita as diferenças e se constrói o sentimento de pertencimento e laços de identidade com o diálogo. Cada território carrega peculiaridades de sua região e expressa uma identidade. Por isso, ao se construir a economia solidária é preciso olhar de perto as pessoas que vivem nesse território, saber como se organizam para sobreviver, como utilizam e cuidam dos recursos disponíveis, acompanhar os efeitos que a riqueza produzida traz para o entorno e entender se o desenvolvimento que está sendo construído contribui para uma sociedade mais justa (FBES, 2013, p. 51).

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é demonstrar o amadurecimento da concepção da economia solidária no reconhecimento como estratégia de desenvolvimento e na sua relação com a perspectiva territorial do desenvolvimento em bases sustentáveis. Iniciaremos com a discussão do enfoque do território no desenvolvimento, com um breve histórico das políticas nacionais para o desenvolvimento territorial, não adentrando em uma análise profunda da questão, mas apresentando o que se tem discutido acerca da temática, uma vez que tal aprofundamento demandaria um trabalho longo, não sendo este o foco da pesquisa. Em seguida, apresentaremos a economia solidária sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, assim como políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial e/ou local que tenham relação com a economia solidária, em nível nacional e estadual, de forma a enfatizá-la como uma estratégia de desenvolvimento, que é o objetivo desta pesquisa.

### 3.1 O enfoque territorial do desenvolvimento

De acordo com Ortega (2008, p. 54) a importância do enfoque territorial está associada a crise capitalista das décadas de 1970 e 1980, em que houve elevação da inflação e desemprego por conta da desaceleração da economia mundial. A origem do enfoque territorial no desenvolvimento, segundo o mesmo autor, é recente, vindo de dois caminhos paralelos, um de tradição alemã e outro derivado do pensamento de Marshall, baseados em uma nova forma de organização da produção.

Enquanto o primeiro busca respostas à emergência das concentrações urbanas das atividades manufatureiras e terciárias em espaços urbanos homogêneos, o outro identifica a geração de economia decorrente da aglomeração de empresas em determinado espaço. Para a escola alemã, a principal crítica que se faz é quanto ao pressuposto de que os espaços são homogêneos, desconsiderando o desenvolvimento desigual das regiões. E para a teoria de Marshall, é necessário que haja eficiência coletiva não somente dos atores econômicos, mas também dos atores sociais (ORTEGA, 2008, p. 55).

Para alguns estudiosos, os efeitos positivos provocados pelas aglomerações explicariam o desenvolvimento endógeno, sendo necessário um elevado grau de capital social para que o desenvolvimento de territórios, aparentemente iguais, ocorra de forma semelhante. Desta forma, na base do desenvolvimento territorial, conclui o autor,

estaria a identificação, ou a criação, de uma cultura cooperativa na comunidade. E, seria, assim, da existência dessa cultura que se centra na crença de uma perspectiva de desenvolvimento alicerçada em capacidades e recursos existentes em nível local, no aproveitamento de recursos humanos, na mobilização de atitudes e valores, que se viabilizaria uma trajetória de desenvolvimento virtuosa (ORTEGA, 2008, p. 58).

Portanto, para o sucesso das experiências de desenvolvimento endógeno, além do elevado grau de capital social, é importante que a organização social local/territorial possua forte capacidade de cooperação em torno de projeto coletivo (ORTEGA, 2008, p. 60).

Silva (2016, p. 354) aponta que políticas que têm o enfoque no desenvolvimento territorial tendem a dotar as regiões com menor dinamismo econômico de condições favoráveis à introdução de inovações para seu desenvolvimento no lugar do enfoque tradicional nos subsídios para indústrias ou empresas, esperando com isso um equilíbrio entre as regiões do país. O autor acrescenta que políticas baseadas em diferentes escalas e frações de território (microrregionais, mesorregionais, metropolitanas, locais, entre outras) têm sido apoiadas no Brasil devido à sua grande heterogeneidade territorial – quer em termos geográficos, quer em termos econômicos ou sociais – e também por conta de seu complexo processo histórico de

ocupação dos territórios. Desta forma, para que seja eficaz, a questão regional brasileira passou a exigir um tratamento apropriado e adequado para os espaços diferenciados.

Em outro trabalho, em que apresenta suas considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem do território em políticas públicas, Silva apresenta uma proposta de categorização para essas políticas. Para o autor, as políticas com enfoque territorial vêm se diversificando ao longo do tempo e a apropriação do conceito de território está sendo realizada de diferentes formas (SILVA, 2013, p. 98). Em sua proposta de categorização, o autor elaborou uma tipologia em que define quatro categorias<sup>37</sup>. No Quadro 1 apresentamos as tipologias com as principais características identificadas pelo autor, seguidas de exemplos de políticas públicas para melhor vislumbrar cada tipo.

Quadro 1 – Tipos de abordagem territorial nas políticas públicas

<b>Tipo</b>	<b>Características</b>	<b>Exemplos</b>
Território como meio	Políticas setoriais que definem recortes territoriais específicos para alcançarem maior efetividade na sua implementação.	Consórcios municipais de educação e de saúde; unidades de polícia pacificadora (UPPs); Programa Saúde da Família (PSF).
Território como fim	Políticas baseadas em estratégias intersetoriais e articuladas para o desenvolvimento de territórios específicos com graves deficiências estruturais e alta incidência de pobreza.	Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); Programa Territórios da Cidadania (PTC).
Território como regulação	Políticas que se utilizam de uma abordagem territorial para estabelecer normatizações para o uso público e privado do espaço geográfico nacional.	Zoneamento Ecológico-econômico (ZEE); Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).
Território como direito	Políticas que visam assegurar a grupos sociais específicos o direito a recursos territoriais imprescindíveis para sua reprodução social.	Reforma agrária; regularização de áreas quilombolas; demarcação de terras indígenas.

Fonte: SILVA, 2013.

Adaptado por: COSTA, L. C. P. da, 2021.

Para Silva (2013, p. 99), a “institucionalização flexível” do território em termos de escalas administrativas faz com que a definição dos territórios que serão abrangidos por determinada política leve em consideração os objetivos específicos da política e a sua estrutura de governo. Assim, a abrangência de uma política pode variar segundo a natureza da ação e cobertura espacial requerida, podendo compreender municípios ou apenas uma área do município, como nos exemplos vistos acima.

<sup>37</sup> Para a definição das tipologias, Silva se baseou na complexa rede de possibilidades na relação entre Estado em ação e dinâmicas territoriais e para o enfrentamento das dificuldades encontradas pelo Estado, quais sejam: i) a escolha da base geográfica como unidade territorial – bacia hidrográfica, ecossistema, bioma ou município, cidade, região; ii) a definição de escala de intervenção – macrorregional, sub-regional, local; iii) o grau de detalhamento das informações e sua integração à base geográfica; iv) a adequação das informações à escala definida; e v) a adoção de método de negociação com os atores, o autor aponta que é preciso estabelecer constantes canais de diálogos com empresas e organizações sociais (que são os principais atores na dinâmica local) a fim de se construir estratégias e articulações para uma efetiva operacionalização nas abordagens a serem utilizadas (SILVA, 2013, p. 100).

Para Hespanhol (2010, p. 124), o enfoque territorial adotado pelo estado em suas normativas é considerado “apenas uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção estatal na sociedade a partir de diferentes escalas de atuação”. Ou seja, é uma unidade de referência, ou melhor, um nível de operação para se planejar as ações governamentais. No entanto, o autor apresenta uma crítica importante a esta visão do estado que, ao conceber o território como um simples nível de planejamento, deixa de considerar categorias essenciais para a compreensão do território, que são o poder e as relações de conflitos que se derivam da convivência dos diferentes atores.

### 3.1.1 Políticas nacionais para o desenvolvimento dos territórios

Historicamente, no Brasil se estabeleceu um modo de ocupação do território que privilegiou algumas partes em detrimento de outras, e, dessa forma, construiu-se um país desigual desde o seu descobrimento, se refletindo, atualmente, na situação em que se encontram municípios, cidades e regiões. Enquanto algumas localidades apresentam um bom padrão de vida, outras parecem esquecidas pelos seus governos (BRASIL, 2008, p. 11).

Nesse sentido, pensar políticas públicas voltadas para as demandas locais passou a ser necessário de modo que se tenha um desenvolvimento por igual das regiões brasileiras e que ofereçam opções de geração de emprego e renda e contribuam para a qualidade de vida dos atores locais. Essa deve ser a contribuição das políticas voltadas para o desenvolvimento regional.

De acordo com Hespanhol (2010, p. 128) a incorporação do enfoque territorial nas políticas públicas brasileiras pode ser explicada pela crise financeira vivenciada pelo Estado no início da década de 1980 e pela perda de sua capacidade em intervir nas regiões por meio de um planejamento normativo, dado que o conceito de região se tornou insuficiente para as ações práticas do Estado. Entretanto, Portugal e Silva (2020, p. 15) apontam que ainda no Império, nos planos do governo, já havia uma preocupação em ocupar as regiões do Brasil<sup>38</sup>. No período republicano, apesar dos planos apresentarem como proposta a interligação dos territórios, na verdade, sua pretensão era de ocupar fisicamente todo o território nacional.

---

<sup>38</sup> Portugal e Silva (2020), citando o livro *Planos de Viação: evolução histórica, 1808-1973*, do Ministério dos Transportes, de 1973, destacam essa preocupação do Estado em ocupar as regiões do Brasil quando Dom Pedro I, em 1828, sancionou uma lei em que determinava a responsabilidade do Império em caso de obras, seja para navegação fluvial, abertura de canais, seja para construção de estradas, que perpassassem mais de uma província, ficando a cargo dos governos locais e províncias somente obras em suas respectivas localidades.

Outros planos foram elaborados posteriormente no período republicano; todos com forte apelo de interligação, por motivos econômicos e políticos, ou até mesmo com o intuito de levar a “civilização” para todo o território brasileiro. Entretanto, a perspectiva regional nesse contexto esteve relacionada com a necessidade de ocupar fisicamente vastas porções do território, sob viés geopolítico de apropriação material de determinadas regiões, com o objetivo de garantir a unidade e a soberania nacional, sobretudo das áreas que hoje compreendem o Norte e o Centro-Oeste do país [...]. Mas, com o passar do tempo, a especialização temática da administração pública resultou no desmembramento e na criação de diversas instituições. No caso das políticas regionais, estas surgem, estrito senso, apenas no início do século XX. Ainda assim, algumas políticas que hoje seriam consideradas setoriais apresentavam abordagem regional já no Império e no início da República Velha (PORTUGAL e SILVA, 2020, p. 23).

Para os autores, o marco institucional de reconhecimento dos problemas regionais foi a criação da Inspetoria de Obras contra as Secas (Iocs), instituída em 1909 tendo como atribuições a responsabilidade de realizar estudos e obras de combate às secas no Nordeste. Entretanto, segundo Monteiro Neto *et.al* (2017, p. 38), foi somente na década de 1950 que houve um estímulo de políticas federais voltadas as regiões periféricas a partir de uma reflexão do tema, com planejamento e criação institucional, a exemplo do Banco do Nordeste no governo de Getúlio Vargas (1952) e do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, no governo de Juscelino Kubitschek (1956), que resultou na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), posteriormente, a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (Sudeco).

Inicialmente, conforme Monteiro Neto *et. al* (2017, p. 38), as políticas públicas regionais eram destinadas, majoritariamente, a atrair empreendimentos privados externos às regiões denominadas periféricas, principalmente as regiões Norte e Nordeste, na intenção que estas alcançassem níveis de produto por habitante mais elevados<sup>39</sup>. Para isso, fez-se uso de mecanismos como a isenção fiscal e financeira afim de permitir uma redução nos custos de instalação dos empreendimentos privados, mas nem sempre se obteve o resultado esperado, conforme afirma o Ministério da Integração.

Desde o pós-guerra, os governos têm enfrentado as desigualdades regionais com políticas compensatórias de desenvolvimento. Num primeiro momento, tais políticas visavam a atração de capitais produtivos para as regiões menos desenvolvidas, por meio de incentivos fiscais, crédito barato e investimento público em infraestrutura conveniente às empresas. Os resultados frequentemente estiveram aquém do desejável. Em alguns casos, além de não se observar o esperado dinamismo econômico, houve aumento da concentração de renda e deterioração na qualidade de vida das populações (BRASIL, 2006, p. 9).

---

<sup>39</sup> De acordo com Monteiro *et. al* (2017) as superintendências regionais (Sudam, Sudene e Sudeco), consideradas referências institucionais das políticas regionais, foram criadas com o objetivo de conduzir os processos de industrialização nas regiões consideradas periféricas afim de se garantir um elevado produto por habitante.

Apesar disso, algumas políticas do governo federal, como as dos Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II (PND I e II)<sup>40</sup>, impactaram positivamente essas regiões com grandes obras de infraestruturas. De acordo com Monteiro Neto *et. al* (2017, p.39), os impactos produzidos pelas políticas mais amplas do governo federal afetaram em grande magnitude as regiões, muito mais do que as políticas regionais explícitas devido aos gastos expressivos ocasionados pelas obras de infraestrutura de transportes, energia, comunicação, habitação, entre outros, dando início a um processo de desconcentração produtiva no território nacional, fazendo com que as denominadas regiões periféricas apresentassem um crescimento econômico e aumentassem suas participações no produto nacional naquele período.

No entanto, com as crises do petróleo em meados dos anos 1970, as pressões inflacionárias e a elevação da dívida pública, começam a ocorrer mudanças no planejamento do governo. A partir de então, visando o controle da inflação, tem-se um planejamento com ações voltadas para a estabilização da moeda, deixando o aspecto regional quase que abandonado, onde instâncias regionais são praticamente desmobilizadas. Além disso, com o fim do projeto nacional-desenvolvimentista e com a crise da capacidade de atuação do Estado, um novo modelo de desenvolvimento começa a vigorar – não somente no Brasil. Uma onda de neoliberalização se espalha pelo mundo, iniciando um processo de abertura das economias nacionais (MATTEO *et. al*, 2013, p. 51; PORTUGAL e SILVA, 2020, p. 77).

A partir da década de 1990, surgem as noções de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida que fazem com que a ideia de desenvolvimento seja ampliada em relação ao crescimento econômico, logo, uma região desenvolvida não somente deve fazer uso eficiente dos seus meios de produção, outros aspectos devem ser observados. Ocorreram ainda, mudanças em relação ao conceito e uso normativo da noção de região, que para Matteo *et. al* (2013, p. 51) fez com que a atuação dos agentes, das instituições e do próprio Estado também se modificasse, tendo em vista que a região, como uma unidade, tornou-se insuficiente como instrumento para o planejamento normativo do Estado. Para os autores,

O conceito de região, bem como sua delimitação, aproxima-se do território, agora como uma noção com estatuto operacional que permite a superação dos

---

<sup>40</sup> O PND I (1972-1974) elencou como política territorial o Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970, que compreendia como projetos prioritários a construção de sistemas rodoviários de interligação do Nordeste e da Amazônia e de corredores de transporte, inclusive para exportação; os levantamentos geográficos, por meio do Projeto Radam (Radar da Amazônia); os programas de colonização e de estabelecimento de infraestrutura na Amazônia; e o Plano de Irrigação do Nordeste. Já o PND II (1975-1979), aprofundou o modelo nacional-desenvolvimentista, pautando as ações do Estado numa atuação mais circunscrita no território, ou seja, na criação de polos de desenvolvimento, com vistas a integrar as macrorregiões da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste ao Centro-Sul do país, no contexto de uma política de escopo nacional (PORTUGAL e SILVA, 2020).

condicionantes e limites do aporte regional. O território que assim reemerge não tem nada a ver com o conteúdo geopolítico do território nacional; ele está relacionado às dinâmicas das relações socioespaciais construídas e marcadas pela vivência social, pela percepção de pertencimento, pelas características físicas e de infraestrutura que lhe condicionam. Trata-se dos efeitos mais gerais da reestruturação dos processos produtivos que se internacionalizam, mas também recompõem e afetam os territórios e as localidades que são a projeção particular sobre um espaço determinado (MATTEO *et. al.*, 2013, p. 53).

Além disso, Portugal e Silva, apontam para uma mudança na concepção do desenvolvimento regional ao citar Diniz e Croco (2006), assinalando para a incorporação de aspectos institucionais no discurso das políticas regionais que influenciam o processo produtivo e dão ênfase a competição para a redução das desigualdades.

Inovação e conhecimento seriam elementos centrais para as regiões se diferenciarem e competirem entre si, gerando eficiência e, assim, desenvolvimento. Os pequenos e médios empreendedores com grande capacidade de inovação substituiriam os grandes investimentos industriais. Palavras como redes, *clusters*, arranjos produtivos locais (APLs) e logística começaram a aparecer no vocabulário do Estado, culminando em ações voltadas à capacitação das regiões para a competição internacional, com incentivos à inovação e ao aproveitamento das vocações locais em uma nova geografia econômica (PORTUGAL e SILVA, 2020, p. 78).

Assim, ao contrário dos anos 1990, a corrente neoliberal advoga por um Estado com papel de regulamentador e fiscalizador das atividades econômicas prestadas pelos entes privados e não mais de coordenador de investimentos. Seu foco passou a ser a sua atuação na governança e nas políticas públicas<sup>41</sup>, se confrontando com um ambiente que, agora, precisa ser mais partilhado: verticalmente nos governos (União, estados e municípios); horizontalmente nos poderes do Estado (Executivo, Legislativo, Judiciário e entre os órgãos de cada uma dessas esferas de poder); e em toda a paraestatalidade que se encontra ao redor (movimentos sociais, ONGs, sindicatos e empresas privadas) (PORTUGAL e SILVA, 2020, p. 99).

Os autores alertam para uma mudança de paradigma da política regional, em que apoiar o capital privado não é mais eficiente para diminuir as desigualdades regionais.

A indústria, sempre vista como paradigma principal do processo de desenvolvimento, depara-se na atualidade com uma perspectiva de desenvolvimento também pautado em outras atividades econômicas e dimensões do desenvolvimento. O apoio estatal ao crescimento da produção é necessário, mas não suficiente para criar melhoria na qualidade de vida das pessoas nas diferentes regiões (PORTUGAL e SILVA, 2020, p. 99).

O Estado tem papel fundamental para atuar em ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico nesse novo modelo de política:

---

<sup>41</sup> A governança, que, de acordo com o Banco Mundial, seria a capacidade de formular, planejar, programar e cumprir as políticas, teria se tornado essencial para o funcionamento do Estado (PORTUGAL e SILVA, 2020, p.99).

Ele é um ofertante de serviços públicos, é um regulador da iniciativa privada e, no aspecto federativo, regula e coopera com as ações de estados e municípios. Esse modo de agir se acumula de maneira mais branda com o papel de grande produtor de outrora, no entanto suas competências continuam essenciais para a melhoria de qualidade de vida dos habitantes de uma região (PORTUGAL e SILVA, 2020, p. 100).

Nesse contexto, surge a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, tendo por objetivo a redução das desigualdades socioespaciais que historicamente têm marcado a configuração do território brasileiro<sup>42</sup>.

A superação das nossas desigualdades regionais começou a ganhar novos ares de esperança com a criação do Ministério da Integração Nacional em 1999. Desde então, o Ministério tem reunido alguns dos melhores técnicos e especialistas no tema, no sentido de oferecer propostas para uma melhor compreensão das reais necessidades das regiões menos favorecidas do nosso país, e das formas pelas quais essas necessidades podem ser definitivamente atendidas. Em 2003, com uma clara sinalização de prioridade para o tema, a esperança se renovou e um novo clima motivou e contagiou as regiões brasileiras, gerando reuniões e debates entre o Governo Federal e representantes de toda a sociedade civil brasileira. Os encontros realizados com funcionários públicos, empresários, sindicalistas, lideranças comunitárias, entidades não governamentais e professores, entre outros, serviram de base para que os especialistas e técnicos do Governo elaborassem os princípios daquela que nasceu para se tornar um dos mais poderosos instrumentos de mudança na qualidade de vida do povo brasileiro: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (BRASIL, 2008, p. 19-21).

Novamente, toma impulso a abordagem territorial que passa a ser uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção estatal a partir de escalas local, regional, microrregional, em busca da promoção de mudanças no espaço social.

De acordo com Silva (2014, p. 182), na pretensão de se iniciar um novo período em que as políticas regionais tivessem a devida importância no planejamento, a PNDR “anunciou suas pretensões em sistematizar o planejamento regional, articulando as instituições públicas nas escalas federal, estadual e municipal”, promovendo a integração entre os atores políticos e trazendo novos recortes regionais<sup>43</sup> e programas específicos para atendê-los.

Para Macedo e Cano (2017, p. 2), a PNDR superou a velha tradição centralista que impunha de cima para baixo as ações públicas no território ao trazer o reconhecimento da

<sup>42</sup> A utilização de base territorial pela PNDR teve forte inspiração na política de coesão da União Europeia, na qual busca-se convergir regiões “atrasadas” ou estagnadas para o mesmo patamar de desenvolvimento das mais avançadas, para isso, criou-se políticas de fomento em áreas menos dinâmicas ou submetidas a processos de reestruturação econômica, as chamadas Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (PORTUGAL e SILVA, 2020, p. 104).

<sup>43</sup> A partir do cruzamento de variáveis, construídas por dados extraídos dos censos demográficos do IBGE (1991 e 2000) e pela estimativa do PIB dos municípios, definiu-se as regiões prioritárias da PNDR, que resultou em um cartograma de quatro situações “idealtípicas”: Microrregiões de ALTA RENDA, Microrregiões DINÂMICAS, Microrregiões ESTAGNADAS e Microrregiões de BAIXA RENDA (BRASIL, 2006), conforme mapa constante no ANEXO A deste trabalho.



diversidade territorial brasileira e incorporar o recorte multiescalar, valorizando, assim, os espaços locais e suas características específicas como ativos à política de desenvolvimento. No mesmo sentido, reconhece o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) a importância da multiescalaridade para o tratamento das desigualdades regionais no país:

Com relação à temática regional, a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) em 2007 representou a retomada dessa temática na agenda do Governo Federal. O elemento mais inovador da PNDR foi o reconhecimento de que a desigualdade regional não deve ser tratada somente na escala macrorregional e sim na sub-regional de forma a englobar áreas menos desenvolvidas espalhadas em todo o território nacional, inclusive em macrorregiões consideradas ricas, como o Sul e o Sudeste, e em áreas historicamente prioritárias como o Semiárido Nordeste e a Faixa de Fronteira. Esta, situada no extremo oposto à região costeira, constitui território muito menos povoado e desenvolvido que o litoral, carecendo de infraestrutura e de condições logísticas adequadas à interiorização do desenvolvimento brasileiro e à articulação com os países da América do Sul (BRASIL, 2019, p. 2).

Conforme documento divulgado pelo Ministério da Integração apresentando a PNDR, a desigualdade regional “é resultado da dinâmica assimétrica do crescimento capitalista, que se concentra em alguns espaços, enquanto condena outros à estagnação e ao desperdício de fatores produtivos”, assim, para contrabalancear a situação, a nova política atuaria na conciliação da competitividade e na produção de valores socioculturais diversos, promovendo e valorizando a diversidade regional (BRASIL, 2006, p. 12), ou seja, para reverter as desigualdades regionais era preciso explorar os potenciais endógenos da diversa base regional do Brasil (COELHO, 2017, p. 73).

Silva (2016), ao analisar os principais elementos contidos no desenho institucional da PNDR, observa que a utilização de escalas para o planejamento e execução de projetos – como no caso das mesorregiões diferenciadas – no intuito de detectar dinâmicas de desenvolvimento e/ou estagnação em diferentes contextos microrregionais do país, foi um ponto a ser destacado no desenho da política, tendo em vista a intenção de se balizar a ação governamental para o desenvolvimento regional.

Entretanto, Matteo *et. al* (2013, p. 62), fazendo uma avaliação crítica da PNDR citam o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) nº TC 003.765/2010-5, o qual aponta a baixa aderência entre planejamento e orçamento anual aos paradigmas da PNDR e a ausência de indicadores e metas adequados e suficientes para avaliação da política. Da mesma forma, Silva (2016, p. 372) e Coelho (2017, p.79), este último mencionando o mesmo relatório, chamam a atenção para a enorme participação das emendas constitucionais para o financiamento da política, cerca de 90%, de acordo com o relatório supramencionado, que, para Silva (2016, p. 47), apesar dessas emendas garantirem o financiamento da política, “elas

ignoram toda a estratégia participativa dialogada para a definição das prioridades, uma vez que a ligação política dos parlamentares tende a aprovação de projetos de seus interesses”.

Entretanto, não se pode olvidar dos avanços obtidos pela elaboração da PNDR, sobretudo quanto a elaboração de um diagnóstico aprofundado das problemáticas socioespaciais e a incorporação de novas bases conceituais. Tal diagnóstico tornou mais objetiva e operacional a visão das desigualdades regionais, que resultou em um conjunto de variáveis traduzidas em cartogramas que orientam a escolha das sub-regiões prioritárias da PNDR (BRASIL, 2006, p. 10).

Em 2010, um novo modelo de gestão foi apresentado pelo governo sendo discutido com toda a sociedade civil e culminou em uma nova versão da PNDR, que tem como propósito a superação dos obstáculos que a impediram de apresentar resultados exitosos em sua fase inicial. O texto de referência da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, apresenta as discussões que embasaram a formulação da nova PNDR, a PNDR II, e apresenta quatro objetivos específicos:

- I - Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;
- II - Consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, considerando as especificidades de cada região;
- III - Estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração;
- IV - Fomentar agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observando critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais (BRASIL, 2019).

Alves e Rocha Neto (2014, p. 321) avaliando esses objetivos chamam a atenção para a convergência proposta no primeiro objetivo que diz respeito a diminuição dos níveis de desenvolvimento e não a igualdade desses níveis, que segundo os autores, “fragmentam o território brasileiro e condenam à exclusão parcelas significativas da sociedade, deixadas à margem dos processos de desenvolvimento”.

Vale ressaltar, que em âmbito federal, muitas ações de planejamento e gestão foram estruturadas tendo por foco principal o combate às desigualdades regionais, buscando aproximação ao território. Segundo o MI, as propostas vão desde o desenvolvimento rural e a irrigação até o apoio a arranjos produtivos locais, a sistemas locais de inovação e aos empreendimentos exportadores, defendendo que tais ações “lançam olhares distintos, porém complementares, à estratégia de valorização da diversidade regional brasileira”, abrangendo

dimensões capazes de servir de base a um desenvolvimento incluyente e sustentável” (BRASIL, 2006, p. 7).

### **3.2 A perspectiva territorial da economia solidária**

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, diversos autores demonstram um grande potencial da economia solidária, bem como o próprio governo federal por meio de políticas integradas. O número expressivo de trabalhos realizados sobre esta temática tem comprovado que a existência de experiências, sejam locais e/ou regionais, vêm trazendo oportunidades para a economia solidária, dentre elas, avanços em relação ao reconhecimento de governos com a criação de políticas e instrumentos para acesso dos empreendimentos econômicos solidários aos recursos públicos que fomentam e facilitam a organização e a mobilização comunitária, dando maior visibilidade às comunidades e aos grupos tradicionalmente excluídos.

De uma política de geração de trabalho e renda, de iniciativa municipal, a economia solidária passou a ser abordada pelo governo federal como um modelo de desenvolvimento com ênfase em sua relação com o território, segundo Godoy (2014, p. 263).

Silva e Carvalho Filho (2018, p. 155) apontam que, especialmente entre o período de 2003 a 2018, devido a rápida organização do movimento de economia solidária, foi possível acompanhar esse amadurecimento na concepção e no reconhecimento desta como uma estratégia de desenvolvimento em relação a perspectiva territorial do desenvolvimento. Os autores atribuem a Paul Singer o reconhecimento da economia solidária como uma concepção mais próxima das práticas de desenvolvimento local/comunitário, muito embora sua origem seja marcada pela resistência da classe trabalhadora à ampla exclusão gerada pela revolução industrial.

Em 2002, Paul Singer já nos lançava luzes para o entendimento desse conceito como sendo originário e marcado pela primeira fase histórica da economia solidária, que ele chama de fase do “cooperativismo revolucionário”. Ou seja, um conceito ligado ao momento em que a economia solidária – embora não ainda com esta nomenclatura – desponta como caminho de resistência da classe trabalhadora à ampla exclusão gerada pela revolução industrial; em um momento que coloca trabalhadores e trabalhadoras em profunda crítica e enfrentamento ao modo capitalista de produção.

De fato, a revolução industrial do século XVIII, marcada pela substituição da força de trabalho humana pelas máquinas, aprofundou de tal maneira o nível de exclusão social próprio do sistema capitalista, que impulsionou o processo de organização da classe trabalhadora na busca de superação das condições às quais estava submetida, alavancando, entre outros resultados, os processos de constituição de cooperativas [...] Essas raízes nas experiências práticas de resistência da classe trabalhadora, na luta pela superação das desigualdades e da marginalização, justificam a consolidação de

um conceito, que, em sua formulação, dá conta muito mais das atividades produtivas do que das lutas mais amplas embutidas na perspectiva da economia solidária. Mas, é novamente Singer, com sua visão sempre lúcida e pioneira, que ainda em 2002, superando a mera perspectiva de “nova forma de organização produtiva”, apresenta a economia solidária como uma concepção mais aproximada das novas práticas de desenvolvimento local/comunitário, ao apontar a solidariedade como elemento aglutinador das forças sociais necessárias para a construção de uma sociedade mais igualitária, a partir do “microuniverso” da comunidade (SILVA e CARVALHO FILHO, 2018, p. 153-154).

No ano de 2014 aconteceu em Brasília/DF a 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes). Como resultado dos vários debates e deliberações e buscando dar um passo decisivo na afirmação da economia solidária como uma política pública, em âmbito nacional, foi elaborado o 1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019<sup>44</sup> a fim de contribuir para a criação de um ambiente institucional que fortalecesse a economia solidária para que ela superasse a situação de política de governo e se constituísse em uma política de estado. Além do mais, o plano apontava que as iniciativas de economia solidária vinham sendo incentivadas como estratégias de dinamização socioeconômica no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial, sob uma perspectiva sustentável, promovendo a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente (BRASIL, 2015, p. 5-6).

Em análise ao contexto vivido pela economia solidária, no momento de discussão do plano, foram apontadas oportunidades para o fortalecimento da economia solidária no Brasil, indicando avanços na implantação de políticas e instrumentos para acesso dos empreendimentos econômicos solidários aos recursos públicos, a exemplo do reconhecimento deste tema como componente das prioridades nacionais para a promoção do desenvolvimento regional e territorial sustentável, conforme previsto no PPA 2012- 2015 e a abordagem territorial das políticas públicas para construção do desenvolvimento em bases sustentáveis, favorecendo as estratégias e iniciativas de economia solidária. Ademais, a ampliação da adesão à economia solidária como estratégia emancipatória por parte de diversos movimentos sociais e culturais, e a conquista de alternativas de melhoria da produção sustentável e de sua comercialização com a inserção de produtos da economia solidária nos processos de compras governamentais, como o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa

---

<sup>44</sup> O Plano Nacional de Economia Solidária foi aprovado pela Resolução do MTE nº 06, de 26 de março de 2015 e teve por objetivo promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável, considerando as deliberações da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, além disso, foi um instrumento de orientação da política pública nacional contendo diagnóstico, visão de futuro, diretrizes, metas, prioridades temáticas e ações prioritárias para o fortalecimento da economia solidária no país (MTE, 2015).

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>45</sup>, foram apontados no plano também como oportunidades para o seu fortalecimento.

Além disso, de acordo com o plano, a economia solidária tinha a seu favor sua forte capacidade de constituir empreendimentos econômicos solidários e de se organizar em redes e cadeias, seja para a produção, seja para o comércio ou seja para o consumo e conta com um movimento que tem construído uma estratégia nacional para o seu desenvolvimento (BRASIL, 2015, p. 9). A Senaes foi também uma das grandes conquistas do movimento, entretanto, devido ao seu rebaixamento, o movimento perdeu espaço no cenário político nacional, mas tem buscado o seu retorno e a sua consolidação como uma política de governo por meio de organizações como FBES, Unisol, Unicopas, como apresentamos anteriormente.

Quanto as ameaças à economia solidária, o plano apontou para a hegemonia do sistema capitalista que favorece o acúmulo de capital, que gera crescimento econômico sem desenvolvimento social e tem um contexto político ainda marcado por políticas neoliberais. Isso porque ocorre o monopólio produtivo do setor empresarial com base em incentivos creditícios, fiscais e de concessões que ampliam a capacidade de concorrência das grandes empresas, enquanto que para os empreendimentos econômicos solidários inexistem incentivos econômicos com investimentos de capital (BRASIL, 2015, p. 9).

Esta é uma ameaça que se concretiza, uma vez que o plano não foi implementado como deveria, devido a mudanças no cenário político, fazendo com que a economia solidária, como política pública, sofra alternâncias com as mudanças de governos pela falta de políticas eficientes, como bem observou Sabatini Ribeiro (2021) ao avaliar a execução do plano.

No entanto, Queiroz (2013, p. 23) afirma que “a economia solidária fortalece qualquer política de desenvolvimento local porque traz consigo um desenvolvimento endógeno” e, também, porque se realiza a partir do capital social local e das potencialidades produtivas locais. Além disso, traz ainda opções que evitam o êxodo da população para regiões

---

<sup>45</sup> O PAA foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. O programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. É executado por estados e municípios em parceria com o Ministério da Cidadania e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O PNAE, é regido pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e por Resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo gerenciado por este último. Atende os alunos de toda a rede pública da educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias. O programa possibilita a participação de agricultores familiares como fornecedores de alimentos para as escolas por meio da obrigação de que toda prefeitura/secretaria estadual de educação invista 30% dos recursos federais da alimentação escolar à compra de produtos diretamente da agricultura familiar, medida que promove a inclusão de alimentos produzidos perto das escolas, estimulando circuitos curtos de comercialização e o desenvolvimento local e sustentável das comunidades (BRASIL, 2021).

de maior progresso e permitem outros benefícios que são consequências geradas espontaneamente pelo processo. Corroborando com esta ideia, Lima (2018, p. 5) afirma que “a economia solidária tem um papel central no processo de emancipação social e produtiva nas comunidades onde estão presentes os empreendimentos econômicos solidários”, pois, ao se incentivar essas iniciativas, volta-se o olhar para o território local, fazendo emergir nessas comunidades potencialidades endógenas para o desenvolvimento de novas atividades produtivas solidárias.

Neste sentido Silva e Silva (2008, p. 12), esclarecem que:

Para as sociedades que se encontram debilitadas de políticas públicas pertinentes e com elevados índices de desertificação e carências monetárias para a maior parte da população residente, torna-se extremamente necessário apoio político/institucional que fomente a construção de empreendimentos capazes de fomentar o desenvolvimento local, com melhores vias de acesso, melhores escolas e educação de qualidade, melhoria geral das condições de vida da população e industrialização que beneficie a procura de emprego (SILVA e SILVA, 2008, p. 12)

Desse modo, os autores apontam que a economia solidária surge como uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, incluyente e solidário, onde todos os envolvidos se beneficiam dos seus resultados econômicos, sociais, políticos e culturais, e, não há qualquer tipo de discriminação entre os envolvidos, havendo total respeito pela raça, etnia, gênero, geração e opção religiosa (SILVA e SILVA, 2008, p. 5), sendo adotada como uma possibilidade de transformação das condições de vida de seus atores (GODOY, 2014, p. 264).

Com este olhar voltado para o território, o governo federal passou a investir recursos a fim de incentivar a implantação de políticas públicas voltadas para a economia solidária de modo a fortalecer as experiências locais e regionais, a exemplo do PPA 2012-2015, em que o governo ratifica a dimensão territorial nas ações de economia solidária com o Programa 2029 – Desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária e no PPA 2016-2019, no qual o programa é reestruturado em dois novos programas: Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária (2071) e Desenvolvimento Regional e Territorial (2029) buscando potencializar o trabalho a ser desenvolvido. Para Ortigoza (2014, p. 245), ao se privilegiar a abordagem territorial nas ações de economia solidária, volta-se a unir o que o capitalismo separou, neste caso, as esferas social, política, cultural, ambiental. E a partir de seus princípios, passa-se a repensar o fortalecimento local e regional por meio da inserção territorial da produção, do comércio e do consumo, uma vez que, conforme aponta a autora, “a desterritorialização da produção e das mercadorias é uma forte tendência” do capitalismo moderno (ORTIGOZA, 2014, p. 246).

Outro ponto importante levantado por Ortigoza quanto a abordagem territorial da economia solidária diz respeito a valorização da identidade local. Segundo a autora,

os gestores públicos, que atuam na economia solidária, reconhecem a complexidade envolvida em cada território e, ao invés de buscar homogeneizá-los, como ocorre no atual sistema capitalista, procuram diagnosticar os possíveis caminhos para um desenvolvimento endógeno preservando as relações (econômicas, sociais, políticas, culturais) presentes em cada lugar. Assim, reconhecem as diversidades, as desigualdades, os movimentos sociais presentes em cada território e, com base em suas próprias potencialidades, vão sendo construídos o “saber fazer” e as formas de trabalho que possam valorizar a solidariedade e a identidade territorial (ORTIGOZA, 2014, p. 248).

Para Mendes e Ortigoza (2015), a economia solidária promove o desenvolvimento territorial a partir dos empreendimentos econômicos solidários que reúnem os sujeitos excluídos pelo sistema capitalista, seja em associações, seja em cooperativas, que praticam seus contrapojetos estabelecendo uma nova relação com o mercado e com o estado. No entanto, é necessário que haja uma política que fomente tais iniciativas, de forma a garantir recursos adequados à melhoria das condições de vida e do bem-estar das pessoas que a praticam.

### 3.2.1 Políticas públicas para o desenvolvimento territorial/local e economia solidária

Marina Farkas Bitelman (2008) em seus estudos sobre a disseminação de políticas públicas locais de economia solidária no Brasil, aponta que as primeiras experiências de políticas públicas com este tema ocorreram ainda na década de 1990, com um aumento significativo nos anos de 2000, sendo que a primeira política local foi instituída na prefeitura de Porto Alegre/RS, no período de 1994 a 1995, onde a gestão municipal era do PT. De acordo com a autora, muitos municípios e estados, desde então, criaram políticas públicas de economia solidária. Em entrevista com a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, a autora obteve os seguintes dados:

A Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, constituída em 2003 com 36 administrações, informou que, em novembro de 2006, congregava 81 administrações, sendo 74 municipais e sete estaduais; e que, em agosto de 2007, reunia 87 administrações, sendo 80 municipais e sete estaduais. De acordo com Ângela Schwengber, coordenadora e secretária executiva da Rede de Gestores, até dezembro de 2007, a maior parte destas administrações iniciou seus programas de Economia Solidária a partir de 2000. De qualquer forma, desde a primeira administração pública a implementar uma política de Economia Solidária, em 1994, até as 87 que a implementam em 2007, houve grande expansão no número de administrações implementando estas políticas (BITELMAN, 2008, p. 20).

É importante ressaltar que, inicialmente, tais políticas ao serem implementadas tinham como viés principal a geração de trabalho e renda, numa tentativa de responder ao

crescimento do desempregado, resultado da crise do emprego da década de 1990, conforme visto anteriormente. Até mesmo o governo federal, ao iniciar a implementação de tais políticas, a concebia como uma política de geração de trabalho e renda, fato que se confirma quando da criação da Senaes, que foi alocada no Ministério do Trabalho, e também pela sua definição, conforme se observa no seguinte trecho:

A Economia Solidária é definida pelo governo federal como: “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, 2006, p. 11) Essa definição foi utilizada na construção do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), organizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, que contou com a mobilização do movimento de Economia Solidária de todo o Brasil (BITELMAN, 2008, p. 28).

A partir do ano de 2003, mesmo ano em que a Senaes foi criada, o governo federal passa a introduzir a abordagem territorial nas políticas públicas, tendo grande destaque o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), de responsabilidade do MDA. Souza, aponta que, inicialmente, as ações governamentais no campo do desenvolvimento territorial e da economia solidária eram setoriais e foi somente na 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário de 2007 que se confirmou a possibilidade de articular e integrar as políticas públicas de desenvolvimento territorial e economia solidária. Para o autor, foi um passo importante para estimular os debates sobre experiências e modelos de gestão pública multidimensional e multiterritorial (SOUZA, 2012, p. 67).

Nesse sentido, quando a economia solidária passa a fazer parte da agenda governamental, com o PESD (PPA 2004-2007), ela se apoia na integração com outras políticas públicas que estavam sendo desenvolvidas pelo governo federal. Ferraz (2008, p. 114) cita como exemplos as articulações realizadas entre MTE e o MDS com os programas Fome Zero, Bolsa-Família e a Política Nacional de Assistência Social. No âmbito no Programa Fome Zero, o autor avalia o Consad<sup>46</sup> (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local) que toma a economia solidária como sendo uma opção estratégica de desenvolvimento, como um novo modelo de mercado e não simplesmente uma amenizadora de crise. De acordo com autor,

Para o CONSAD, a economia solidária terá o papel de, ao atuar em territórios pobres em capital social e capital humano, “resgatar a cidadania e a confiança dos trabalhadores em suas próprias potencialidades”. Isso se dará concomitantemente ao

---

<sup>46</sup> O Consad é um arranjo territorial institucionalmente formalizado que envolve um número determinado de municípios que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, gerando trabalho e renda ([www.mds.gov](http://www.mds.gov)).



empoderamento da população que deve deixar de ser subalterna para ser gestora de seu próprio desenvolvimento (FERRAZ, 2008, p. 119).

Além desses programas, houve ainda ações integradas com MMA ligadas à Agenda XXI e com o MDA, referente ao cooperativismo e aos empreendimentos de agricultura familiar e com entidades da sociedade civil, como o FBES. E como se observou no Capítulo 2 (seção 2.3) os programas e ações específicos do PESD estavam voltados principalmente para a criação de empreendimentos econômicos solidários, sendo da mesma forma no PPA seguinte (2008-2011) que, apesar de um aumento significativo na dotação orçamentária, ainda assim, tinha suas ações voltadas para a criação de empreendimentos, agora com o apoio de agentes de desenvolvimento capacitados pela Senaes para estimular ainda mais a criação de empreendimentos solidários, entretanto, a criação de institucionalidades para a economia solidária, de processos territoriais e endógenos e de formação de capital social estão presentes no PPA 2008-2011.

Ferraz (2008, p. 125) acredita que, apesar das práticas econômicas solidárias terem surgido como alternativa para a inclusão social, estas práticas podem vir a se tornar fomentadoras de novas e ricas formas de interação social e também uma nova prática democrática, tanto econômica quanto política, na busca pela emancipação de grupos socioeconomicamente excluídos, sendo necessário, segundo o mesmo autor, um arranjo de políticas coerentes entre si, principalmente na questão econômica. Para solução desta lacuna, citamos a PEC 69/2019, uma importante Proposta de Emenda à Constituição na qual se inclui a economia solidária entre os princípios da ordem econômica. Sua aprovação possibilitará que políticas públicas de economia solidária se tornem “mais relevantes para a economia brasileira, estimulando a produção, o consumo e a distribuição da riqueza” (BRASIL, 2019, p. 5).

Desta forma Ferraz entende que a economia solidária é um instrumento capaz de gerar solidariedade e cooperação, que para ele, “são fundamentais para a estruturação de um processo de desenvolvimento local vigoroso” (FERRAZ, 2008, p. 127).

É no PPA 2012-2015 que vemos explicitamente a integração das políticas territoriais com a economia solidária com o programa de governo 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária – que, dentre seus vários objetivos<sup>47</sup>, pretendia fortalecer a institucionalização da política nacional de economia solidária, a

---

<sup>47</sup> Como vimos na seção 2.3, o PPA 2012-2015 apresentou uma estrutura diferenciada dos PPAs anteriores. O plano foi construído a partir da dimensão estratégica definida pelo governo e organizado à luz dos cenários econômico, social, ambiental e regional, resultando em programas temáticos mais próximos dos temas das políticas públicas o que possibilitou a definição de indicadores dotados de maior capacidade de revelar aspectos das políticas e contribuir com a gestão, estando estes organizados em Objetivos que, por sua vez, são detalhados em Metas e Iniciativas, facilitando uma maior integração entre as políticas (BRASIL, 2011).

articulação federativa e a integração das políticas de promoção de iniciativas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento. É por meio da articulação política e da integração das políticas que o governo federal organiza as ações dos mais diversos ministérios visando a diminuição da pobreza, tendo como principal iniciativa o Programa Territórios da Cidadania (PTC)<sup>48</sup>.

Ortigoza (2014, p. 247) avalia que o PTC é complementar a economia solidária porque tem sua estratégia centrada no desenvolvimento territorial sustentável. Dados do Ministério do Planejamento apontavam que, de 2012 a 2014, foram executados cerca de 30 bilhões de reais em 120 dos 239 territórios rurais, incluindo os recursos de outros ministérios, sendo que as ações do PTC não ocorriam somente no meio rural, mas visavam também a participação e a inclusão produtiva das mulheres, e, desde 2013, as iniciativas que visavam contemplar as especificidades das Comunidades Quilombolas (BRASIL, 2016, p. 355).

Ainda, para o fortalecimento da economia solidária, o governo federal investiu na promoção e no fomento às redes de cooperação solidária, que eram constituídas por empreendimentos em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários. Como resultado, constatou-se a crescente consolidação de redes territoriais, de setores econômicos, de segmentos populacionais em todo o território nacional com a organização articulada de estratégias e espaços de comercialização e do consumo, o que comprova que a abordagem territorial das políticas públicas para a construção do desenvolvimento em bases sustentáveis, favorece as estratégias e iniciativas de economia solidária.

Para o PPA 2016-2019, visando potencializar o trabalho na temática do desenvolvimento territorial, o programa 2029 foi reestruturado em dois programas: Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária (2071) e Desenvolvimento Regional e Territorial (2029). Sob a responsabilidade dos Ministérios da Cidadania e da Economia a partir de 2019, uma vez que o Ministério do Trabalho foi extinto face à nova estrutura organizacional do governo federal, o objetivo do programa 2071 era promoção da economia solidária e das suas diversas formas de organização. Além disso, a economia solidária continuava a ser valorizada como estratégia de dinamização socioeconômica, para isso, dentre as várias iniciativas, o

---

<sup>48</sup> Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade ([www.territoriosdacidadania.gov.br](http://www.territoriosdacidadania.gov.br)).

fomento a articulação em redes de cooperação em processos territoriais de desenvolvimento mostrou-se fundamental para a comercialização e consumo solidários.

Nesse sentido, como parte da estratégia nacional para fortalecimento das iniciativas de economia solidária, tivemos a implementação dos Centros Públicos de Economia Solidária que, segundo Praxedes (2009, p. 59) se constituíam em “espaço de agregação das diversas iniciativas do campo da economia solidária, propiciando a participação de diversos atores presentes no território” tendo como papel importante “a realização de atividades de articulação, formação e capacitação, além do potencial de atender a empreendimentos que estejam iniciando suas atividades”, contribuindo assim para o fomento a processos de desenvolvimento local.

Essas políticas que têm como objetivo o desenvolvimento de um dado território, que são baseadas em uma nova lógica econômica, que é a economia solidária, são definidas por França Filho (2008, p. 223) como uma via sustentável-solidária, uma vez que a economia solidária tem em sua concepção a premissa de que as saídas para o combate à pobreza ou ao desenvolvimento local não podem ser individuais, mas sim coletivas, baseadas em novas formas de regulação econômica e social. Nesse sentido, o autor reforça a importância de soluções endógenas e, mais ainda, das redes de cooperação de economia solidária para o desenvolvimento local.

Considera-se como premissa fundamental, nessa visão, a valorização de soluções endógenas a partir da ideia de que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas. Afinal de contas, qual solução pode ser considerada sustentável se não estiver assentada nas próprias raízes locais? Em outras palavras, tal solução questiona as formas de desenvolvimento baseadas exclusivamente na atração de investimentos externos. O modo de realização da concepção sustentável-solidária passa pela ideia de reorganização das chamadas economias locais, com base na afirmação do conceito de rede de economia solidária enquanto estratégia complexa e inovadora de cooperação para promoção do desenvolvimento local (FRANÇA FILHO, 2008, p. 223).

É possível concluir que a economia solidária vai além de uma política de geração de trabalho e renda, é uma política que tem como objetivo o desenvolvimento de um determinado território, por meio não somente do fortalecimento das relações econômicas, mas também das relações sociais, culturais e do meio ambiente, em razão de seu viés sustentável. Vale ressaltar que o atual projeto de lei que tramita no senado (PL 6609/2019) apresenta a definição da economia solidária não somente como uma geradora de trabalho e renda, mas, ao compreender em seus princípios o desenvolvimento local, regional e territorial, reforça sua concepção como uma indutora do desenvolvimento.

No estado do Pará, a economia solidária passa a figurar nos planos plurianuais a partir do PPA 2008-2011, como uma política pública geradora de renda no âmbito do programa Bolsa Trabalho, sob a responsabilidade da SEASTER<sup>49</sup>. Segundo Maciel *et. al*,

O referido programa caracteriza-se por ser uma política pública estadual, de inclusão social e de investimento em qualificação social e profissional, que visa à formação de capital humano de forma a dar oportunidade de acesso ao mundo do trabalho aos jovens paraenses, com faixa etária entre 18 a 29 anos e com perfil de baixa renda (MACIEL *et al.*, 2009, p. 5).

Além disso, o programa considerado uma iniciativa inovadora do estado, tendo por base a economia solidária, associa a capacitação para a formação de empreendimentos e a concessão de benefícios temporários (bolsas) como forma de incentivar a participação dos jovens. Dentre os objetivos do programa constam a promoção da incubação de EES e a consolidação da economia solidária como uma política pública. Quanto a este último, é válido mencionar que a sua institucionalização no estado ocorreu em 06 de outubro de 2009 com a aprovação do Projeto de Lei nº 99/2007.

Desde então, a economia solidária é uma política de estado que se faz presente em todos os PPAs, entretanto, permanece como uma política que visa a geração de renda, tendo como indicador de resultado o incremento à empregos formais, isso porque, a Lei 7.309/2009 apresenta no inciso I do artigo 3º como objetivo a geração de trabalho e renda, mas apresenta na sua definição o desenvolvimento local integrado e sustentável como um de seus princípios:

[...]

Art. 2º Para efeito desta Lei, considera-se Economia Popular Solidária as iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres (PARÁ, 2009).

A lei estadual prescreve uma política de fomento e embora tenha sido um avanço para o movimento de economia solidária no estado do Pará, Maciel (2009, p. 38) observa que “ainda necessita de um melhoramento técnico, posto que passou por muitas emendas parlamentares até que chegasse ao seu texto final”. E, ainda que a lei não apresente uma relação direta da economia solidária com o desenvolvimento local, ao consignar no § 2º do art. 2º que

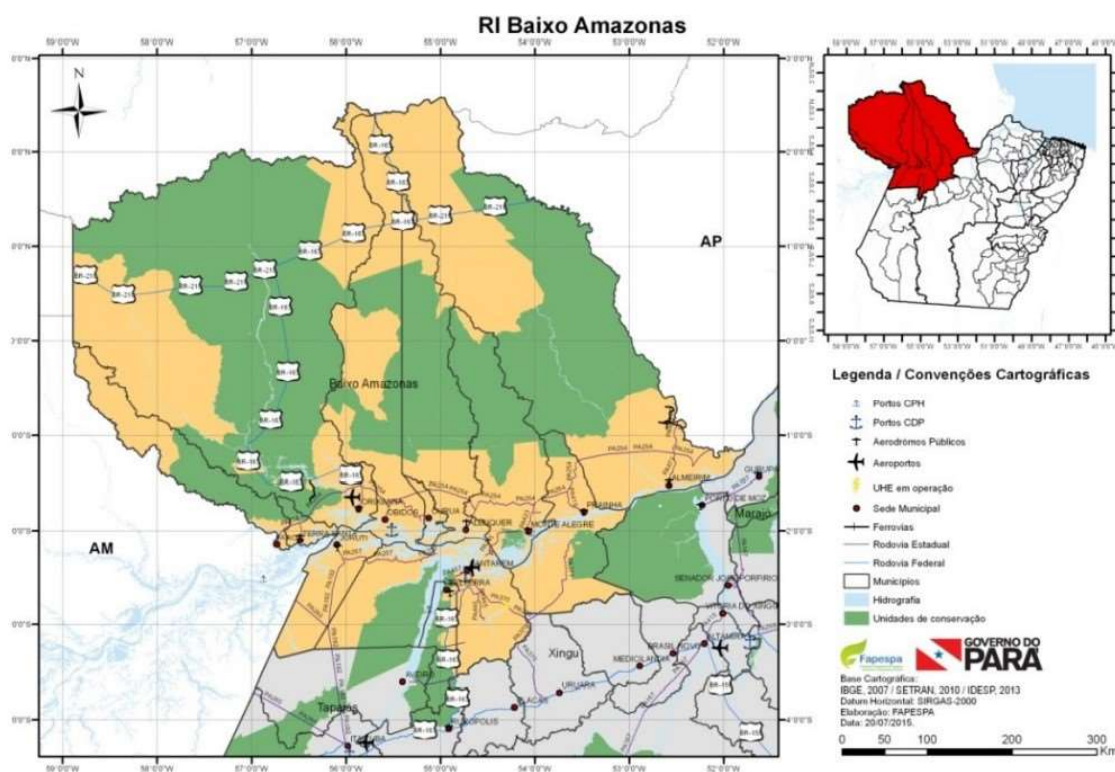
<sup>49</sup> A SEASTER, regida pela Política Estadual de Fomento à Economia Solidária, tem por diretriz a promoção da Economia Popular e Solidária no Pará, bem como o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas. Assim, a Secretaria promove um conjunto de ações de apoio e incentivo ao empreendedorismo paraense, através de agendas e eventos de qualificação, como forma de criar novas oportunidades de emprego e renda em todo o estado (Agência Pará, 2021).

os EES devem trabalhar prioritariamente em redes produtivas, acaba por inserir a economia solidária nos processos de desenvolvimento territorial, que, como dito anteriormente, é de fundamental importância para a comercialização e o consumo solidários, promovendo a integração entre os empreendimentos e promovendo o desenvolvimento local.

## 4 A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA POR MEIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O município de Santarém, também conhecido como a Pérola do Tapajós, é o principal centro regional financeiro, administrativo, político, comercial e de serviços de todo o Oeste do Pará (BARROS, 2021, p. 09). Juntamente com outros onze municípios, faz parte da Região de Integração Baixo Amazonas<sup>50</sup>, que teve sua dinâmica econômica relacionada à exploração das chamadas “drogas do sertão”, com o protagonismo dos municípios de Santarém, Alenquer e Óbidos (PARÁ, 2015, p. 104).

Mapa 2 – Região de Integração Baixo Amazonas



Fonte: Governo do Estado Pará, 2015.  
Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

De acordo com Fonseca, desde o final do século XVIII “até mais ou menos 1910, a Amazônia toda ia de vento em popa, com dinheiro correndo à rodo, por causa da borracha” (FONSECA, 2015, p. 153) e o município de Santarém se beneficiou economicamente desta fase de glória da Amazônia. Segundo o mesmo autor, a sociedade santarena daquela época vestia-

<sup>50</sup> A Região de Integração Baixo Amazonas foi criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008 sendo composta por 13 municípios: Santarém, Mojuí dos Campos, Alenquer, Óbidos, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Oriximiná, Prainha e Terra Santa (Pará, 2019).

se à moda francesa e muitos falavam línguas estrangeiras. Com a crise da borracha por conta da desvalorização do produto e sua queda em razão do contrabando de sementes e mudas para o Oriente, um novo ciclo se inicia. Agora é a juta, que ironicamente veio do Oriente para cá<sup>51</sup>, a nova fonte de riqueza da Amazônia.

A juta da Amazônia teve sua valorização na Segunda Guerra Mundial, quando a fibra se tornou escassa para a indústria e impossibilitou sua importação. Com isso, o preço do produto nacional aumentou, dando, assim, um vigoroso estímulo para a produção amazônica, fazendo com que o Brasil se tornasse autossuficiente, suprimindo as necessidades nacionais e exportando o excedente para outros países da América do Sul. Em 1951, deu-se a criação pelo Governo Federal<sup>52</sup> da Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém, a Tecejuta, tendo a sua frente Kotaro Tiju. Entretanto, a juta também teve seu ciclo finalizado, como bem assinala Fonseca:

Tal como a borracha, que teve seu apogeu e queda na Amazônia, a juta não fugiu ao mesmo destino: desenvolveu, teve seu apogeu e caiu, lamentavelmente. Hoje, a TECEJUTA<sup>53</sup> está totalmente desativada, todo o seu maquinário e prédios entregue ao completo abandono, sofrendo a ação destruidora do tempo (FONSECA, 2015, p. 161).

É desta forma que se dá o desenvolvimento econômico do município, por ciclos, como demonstram Rodrigues *et. al*:

O primeiro ciclo da mesorregião do Baixo do Amazonas foi o das “drogas do sertão” – Amazônia – cacau, cravo, puxuri, anil, guaraná. A mão-de-obra indígena, nesta época foi fundamental, pois os índios eram, além de bons caçadores, ótimos coletores destas drogas.

Iniciando o segundo ciclo econômico de Santarém, tem-se a cultura do cacau que propiciou por muitos anos o principal produto de exportação no século XVIII, a partir de 1734, época que marcou a primeira fase da Revolução Industrial no Brasil [...].

Tem-se então, o terceiro ciclo econômico, que se caracteriza pelo desenvolvimento da agricultura e do comércio local.

O ciclo da juta no século XX, em meados das décadas de 30 e 40 desenvolveu-se para mercados locais de fabricação de sacarias e o melhor momento foi quando, mesmo de forma embrionária, veio a construção de fábricas que levou os superávits de receita do município [...].

Nas décadas de 50 e 60 pode-se constatar que houve um crescimento econômico no setor primário, com a extração do pau-rosa em Santarém, oeste paraense, o que

<sup>51</sup> O japonês Kotaro Tuji quando veio estudar no Brasil, sondou a possibilidade de plantio da juta no país, encontrando solo fértil na Amazônia. Para mais detalhes, ver SANTOS (1999).

<sup>52</sup> Em agosto de 1950, Getúlio Vargas esteve em Santarém em campanha política pela presidência da república e prometeu, se eleito, promoveria a industrialização da juta como lhe foi requerido pelos que aqui o apoiavam. No ano seguinte, com a sua eleição, confirmou o compromisso em audiência, em que recebeu Elias Pinto, realizada em Petrópolis-RJ (O Estado Net, Edição Digital nº 4187, disponível em <https://www.oestadonet.com.br/noticia/20413/memoria-de-santarem-comeco-da-tecejuta/>).

<sup>53</sup> Atualmente na área da antiga Tecejuta, estão em fase de conclusão as obras do Terminal Hidroviário de cargas e passageiros do município. As obras iniciaram em 2008, com o convênio Dnit-292/2006 DAQ. Os recursos são oriundos do Ministério do Transporte / Dnit, Governo do Estado e da Prefeitura de Santarém. Considerado o porto mais moderno do Brasil, o Terminal de Santarém possui autorização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para operar na região do Baixo Amazonas desde 2019 e vai atender mais de 310 mil habitantes da região do Baixo Amazonas e Calha Norte (Santarém, 2022).

contribuiu para a construção de três usinas beneficiadoras do produto. Os moldes deste modelo nestas décadas abriam portas para o beneficiamento do arroz e algodão. Na década de 70 tem-se o ciclo que proporcionou o desenvolvimento das colônias de japoneses marcado pelo quinto ciclo econômico da pimenta do reino, que elevou o Estado do Pará a maior produtor nacional no período. O sexto ciclo foi o de investimentos, que proporcionou um processo de integração entre localidades e a Santarém-Cuiabá juntamente com a Transamazônica [...]. O ciclo do ouro foi um dos mais rentáveis processos de situação de aquecimento econômico da região e nos anos 80 trouxe mudanças relevantes. (RODRIGUES *et. al*, 2009, pg. 3)

O ciclo do ouro além de proporcionar um aumento populacional do Tapajós, trouxe muitos benefícios para o município como as grandes obras de infraestrutura que possibilitam a entrada de migrantes na região, a exemplo da construção das estradas Santarém – Cuiabá (BR-163) e a Transamazônica (BR-230).

[...]. Na época do ouro todos ganharam dinheiro em Santarém. O governo militar trouxe aqui o Tropical Hotel, cais do porto, cais de arrimo, hidrelétrica (Curuá-Una), a rodovia até o aeroporto (Avenida Fernando Guilhon), Santarém-Cuiabá, a Transamazônica. Havia na época, se não me engano, falavam 400 voos diários para Itaituba (SENA, 2017, p. 74).

Com a abertura da Rodovia BR-163 foi possível a integração com outras regiões do país, o que fez com que ocorressem mudanças na estrutura produtiva da região, a exemplo da implantação de projetos e empreendimentos de mineração e de agronegócio que contribuíram não apenas para alterar as relações intrarregionais como, também, para fortalecer o elo com outras regiões do estado, além de consolidar as articulações com o Centro-Oeste brasileiro e com mercados internacionais (PARÁ, 2015, p. 104).

A história econômica do município aponta que, inicialmente, sua economia esteve associada ao extrativismo, no entanto, após as intervenções dos governos militares para ocupação da Amazônia, o município passou mudanças que afetaram tanto na forma de utilização do solo, como no modo de vida da população local. Para Barbosa *et. al* (2012, p. 17) as políticas desenvolvimentistas dos anos de 1960 implicaram em mudanças nos padrões culturais e ambientais da região amazônica que transformaram profundamente a realidade local, tendo como resultado fortes e profundos problemas econômico-fundiários e socioambiental, além da violência nos campos e nas cidades.

Atualmente, a economia do município é composta tanto pelo setor primário, quanto pelo setor secundário e terciário, correspondendo a 35,01%, 14,85% e 50,14%, do PIB por setor econômico no município, respectivamente, dentre as principais atividades econômicas destacam-se comércio, atividades imobiliárias, agricultura, com a produção de grãos, construção civil e transporte. De acordo com os dados do IBGE, quando comparada a economia dos demais municípios do estado, Santarém se encontra em 8º lugar no ranking do PIB a preços



correntes, com R\$ 5,1 bi (IBGE, 2021). O turismo é um grande destaque do município, com praias de águas doces e transparentes, cachoeiras, lagos, excursões ecológicas e ainda, as numerosas e tradicionais festas folclóricas culminando com o festival do Çairé, em Alter do Chão, além do turismo de negócios, o religioso, o de eventos, a pesca esportiva e o artesanato, outros destaques no cenário local (SANTARÉM, 2014).

O objetivo deste capítulo é analisar a contribuição da economia solidária para o desenvolvimento econômico do município por meio das políticas públicas que foram implementadas desde a sua inserção na agenda política do governo federal até 2013, ano em foi finalizado o mapeamento nacional pelo MTE. Para isso, descreveremos o processo de construção e implementação da política na agenda do governo local, em seguida apresentaremos a caracterização dos empreendimentos mapeados pelos Sies, aspectos econômicos identificados por seus sócios, a fim de verificar a contribuição da economia solidária para o desenvolvimento econômico dos atores envolvidos nos empreendimentos entrevistados pelo SIES no município de Santarém e a possível relação entre economia solidária e desenvolvimento local.

#### **4.1 A política de economia solidária no município de Santarém/PA**

No município de Santarém, da mesma forma que ocorreu em nível nacional, a implementação da política pública de economia solidária aconteceu em um governo de esquerda – PT – a partir de sua inserção no PPA 2006-2009.

E, assim como se observou em nível nacional e estadual, a história do município aponta a existência de princípios da economia solidária, como relações baseadas na cooperação e na solidariedade, antes mesmo desta política ser inserida no plano governamental local. Eram os puxiruns, muito comuns para o plantio da roça.

Compreendido como ajuntamento de famílias, o puxirum agregava homens e mulheres que se ajudavam mutuamente e cada um exercia uma função. A técnica de trabalho consistia na tradicional derrubada e queima da mata para realizar posteriormente o plantio (FIGUEIRA, 2015, p. 56).

Figueira aponta que o puxirum se trata de uma prática herdada de nossos antepassados, conforme se observa no seguinte parágrafo de sua tese de mestrado:

Diante do processo de dominação econômica e cultural a que foram submetidos, as novas gerações de indígenas aldeados reagiam de diferentes formas, principalmente através de estratégias discretas ou silenciosas, exercitadas no espaço privado ou familiar. E no limite do possível, eles conservavam ou recriavam crenças e costumes dos tempos tribais ou das missões e desenvolviam modos de vida adaptados à sua

nova realidade. Exemplos: a crença nos encantados e nos pajés, o trabalho coletivo conhecido como puxirum e uma economia que integra extrativismo florestal, caça, pesca e agricultura (FIGUEIRA, 2015, p.18).

O puxirum designa o trabalho coletivo, em que pessoas trocam dias de serviço na roça ou na limpeza de caminhos, se constitui no estabelecimento de laços de solidariedade tanto para o trabalho quanto para a partilha do pão. De acordo com Figueira (2015, p. 26) em consulta o Dicionário Papa-xibé do Baixo-Amazonas, de autoria do professor doutor Frei Florêncio Almeida Vaz, puxirum vem do Tupi e que as formas mais antigas eram potirõ ou motirõ, de onde derivaram as palavras puxirum e mutirão. Para a autora, analisando as narrativas apresentadas em seu trabalho, o puxirum está associado também a maneira de agir em comunidade, em que todos se ajudam (FIGUEIRA, 2015, p. 58).

Percebe-se nesse contexto que as práticas solidárias sempre estiverem presentes no cotidiano santareno, mas não com o nome de economia solidária, e isso é perceptível principalmente em relatos de moradores mais antigos, que afirmam que esta prática vem se perdendo com o tempo devido a inserção de outras culturas em nosso meio e, também, as mudanças na estrutura produtiva ocasionadas pelos grandes projetos de desenvolvimento voltados para a região amazônica, como bem observaram Barbosa *et. al* (2012, p. 20), concluindo, desta forma, pela coexistência de dois padrões econômicos na região, um centrado na produção para o autoconsumo, com uma produção de excedente com baixo valor agregado, apontando para o potencial pesqueiro e da biodiversidade da região, e outro articulado ao grande capital, tal como a exploração mineral, a produção de grão e a pecuária de corte. Para a autora, “as políticas de desenvolvimento promoveram ou aprofundaram as contradições do território com consequências nefastas às populações locais e ao ecossistema, ainda que se declarassem moldadas nos princípios do desenvolvimento sustentável”.

A inserção da economia solidária na agenda política local ocorreu por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (Semdes), com a execução do Programa 080 – ESCOLA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, no qual constavam as seguintes ações:

Tabela 6 – Programa 080 – Escola da Economia Solidária

<b>Ação/Função – Subfunção</b>	<b>Unid. Responsável</b>	<b>Produto</b>	<b>Ano</b>	<b>Meta</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1133 – Construção Prédio da Escola	Gabinete Secretaria	Prédio	2006	00	0,00
			2007	01	750.000,00
			2008	00	0,00
			2009	00	0,00

(Continua)

Tabela 6 (continuação)

<b>Ação/Função – Subfunção</b>	<b>Unid. Responsável</b>	<b>Produto</b>	<b>Ano</b>	<b>Meta</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2067 – Atividades Pedagógicas da Escola	Gabinete Secretaria	Pesquisas, cursos, currículos programáticos	2006	500	
			2007	500	
			2008	500	
			2009	500	
2168 – Acompanhamento da Atividades nos Polos de Desenvolvimento	Gabinete Secretaria	Visitas de Assistência Técnica	2006	60	
			2007	60	
			2008	60	
			2009	60	

Fonte: Lei 17.918, de 31.10.2005 – Plano Plurianual 2006-2009 da Prefeitura Municipal de Santarém  
Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

Além disso, havia a ação 1129 – Apoio a montagem de lojas comerciais ligadas a Escola de Economia Solidária, do Programa 079 – BANCO DO POVO / MICRO CRÉDITO, com metas anuais de 500 unidades. Outra ação importante, foi da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, com o Programa Promoção e Disseminação de iniciativas de desenvolvimento com sustentabilidade, com a ação de Estímulo à criação de cooperativas de catadores e recicladores de resíduos sólidos, onde a meta era a criação de uma cooperativa em 2006 e a realização de uma feira em 2009. Importante destacar que a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), só ocorreu em 2010, com a aprovação da Lei no 12.305, em 02 de agosto.

No PPA seguinte, 2010-2013, ainda na gestão do PT, passa a constar o Programa 076 – FORTALECIMENTO DO EMPREENDEDORISMO e dentre as ações a 2170 – Apoio a projetos de geração de renda, tendo como produto esperado Projetos, Empreendimentos ou Cooperativas, com metas físicas anuais de 12 unidades. Quanto ao PPA 2014-2017, este apresentou sistemática semelhante ao do governo federal com macro objetivos, visando o atingimento de um conjunto de objetivos. O macro objetivo: modernização da administração pública – aperfeiçoar e fortalecer a gestão do sistema de planejamento do município, previa a ação 2006 – manutenção de programas de fortalecimento do empreendedor, com a meta de realizar dois eventos por ano e o macro objetivo: proteção social – assistência social e segurança do cidadão, a ação 2041 – implementação de programas de geração de trabalho e renda, tendo como meta a qualificação profissional de 400 pessoas por ano.

O PPA 2018-2021 apresentou mais uma vez o objeto manutenção de programas de fortalecimento do empreendedor, tendo como meta fortalecer o empreendedor por meio de programas que visem a melhoria da economia local e a implementação de programas de geração de trabalho e renda, este último sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Trabalho e

Assistência Social (Semtras). A meta da secretaria era estruturar e qualificar estratégias de inclusão produtiva e geração de renda.

A Semtras, que tem por missão contribuir para a redução das desigualdades e vulnerabilidades sociais por meio da implementação e fortalecimento de políticas públicas do Sistema Único de Assistência Social e da geração de trabalho e renda, bem como a inclusão social e a construção da cidadania, tem suas ações voltadas quase que exclusivamente para a assistência social. A secretaria conta com o Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho).

O Acessuas Trabalho é um programa de responsabilidade da Política de Assistência Social do governo federal que atualmente é coordenado pelo Ministério da Cidadania. Foi instituído no ano de 2012, com vigência de dois anos, por meio da Resolução CNAS nº 18 de 24 de maio, seu objetivo é a busca pela autonomia das famílias usuárias da política de assistência social e a integração destas no mundo do trabalho, com ações de inclusão produtiva que compreendem a qualificação técnica profissional, a intermediação pública de mão de obra, o apoio ao microempreendedor individual e à economia solidária, o acesso a direitos sociais relacionados ao trabalho, além de buscar uma articulação com comerciantes e empresários locais para o mapeamento e fomento de oportunidades (BRASIL, 2012). O Programa foi prorrogado duas vezes, em 2014 e posteriormente em 2018. Na atual gestão do governo federal, a Resolução CNAS/MC nº 49, de 23 de novembro de 2021, aprovou a prorrogação até 2026 e o aprimoramento do programa.

Nesse sentido, se depreende que as ações da Semtras são voltadas para a identificação do grau de vulnerabilidade de um indivíduo ou de uma família e na busca de alternativas e estratégias para que essas pessoas possam romper a situação de vulnerabilidade.

Segundo a coordenação do Núcleo de Planejamento e Políticas Públicas do município<sup>54</sup>, as ações da Semtras têm alguma relação com a economia solidária, sendo estas voltadas principalmente para capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade para que consigam desenvolver atividades geradoras de renda para si e para suas famílias. Entretanto, o que se percebe na fala da chefe do setor responsável por tais ações é que a economia solidária não é o objeto fim dessas ações, mas sim o empreendedorismo individual para que essas pessoas possam desenvolver atividades econômicas e sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram, sendo estas duas das ameaçadas identificadas no 1º Plano Nacional de Economia Solidária: a não priorização da economia solidária na agenda central do governo, enquanto

---

<sup>54</sup> Entrevista realizada em 17/09/2021 com a coordenação do Núcleo de Planejamento e Políticas Públicas.

instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável e solidário e o incentivo ao empreendedorismo com foco no microempreendedor individual e na micro e pequena empresa, em detrimento das iniciativas coletivas autogestionárias (BRASIL, 2015, p. 8).

Nesse sentido, França Filho (2008, p. 223) reforça a ideia de que as soluções para enfrentamento e combate à pobreza ou a promoção do desenvolvimento local não podem ser individuais, baseadas em uma suposta capacidade empreendedora individual, e sim coletivas, uma vez que as razões para o problema da falta de trabalho encontram motivos, sobretudo, de natureza estrutural, visto que a economia de mercado não consegue absorver em sua totalidade a gama de novos empreendedores que vêm surgindo, fato constatado pelo autor.

A ideia, dito de maneira simplificada, consiste em buscar transformar ex-assalariados em situação de desemprego em novos detentores de micro e pequenos negócios ou empreendedores. O discurso sobre as virtudes do empreendedorismo passa, assim, por uma valorização tão elevada que acaba por induzir a certa banalização dessa ideia. [...] esquecem-se os riscos inerentes ao ato de empreender de forma privada. Entre estes, destaca-se seu caráter antropofágico, isto é, não há espaço para todos que empreendem numa economia de mercado em razão da própria natureza competitiva de tal iniciativa. A esse respeito, os dados do Sebrae relativos à longevidade de micro e pequenos negócios revelam-se eloquentes: 90% de tais iniciativas não resistem aos primeiros cinco anos de vida (FRANÇA FILHO, 2008, p. 222).

#### 4.1.1 A Escola da Economia Solidária e as políticas de desenvolvimento para o município de Santarém/PA

Como visto anteriormente, a implementação da política de economia solidária no município se deu a partir de sua inserção no PPA 2006-2009. No ano de 2006, teve início no município de Santarém a Escola da Economia Solidária (Econsol) tendo por objetivo formar empreendedores solidários para que ao final do aprendizado teórico, pudessem receber apoio financeiro e acompanhamento sistemático para a organização de seus empreendimentos.

A Econsol era uma política pública de apoio à capacitação a quem estivesse interessado em aprender as estratégias e técnicas de como organizar e administrar um empreendimento, com consciência e responsabilidade social, tendo sua estrutura a partir do trinômio prática-teoria-prática, ou seja, no curso, inicialmente, a preocupação era com a situação vivenciada pelos alunos empreendedores, em seguida havia o contato dos alunos com as teorias relacionadas às técnicas de gestão empresarial e cooperativa, e, por fim, era aplicado um curso de organização e acompanhamento do processo de implantação dos empreendimentos solidários a serem administrados pelos próprios alunos. Seis escolas do município serviram de apoio para as turmas que foram formadas e eram utilizadas para os encontros.

Conforme notícia veiculada no antigo site da prefeitura, no total foram dezesseis turmas e contaram com a participação de quinhentos alunos. Destes, trezentos concluíram o projeto, que teve como resultado trinta e oito planos de negócios, dos quais treze foram financiados pelo Banco do Povo de Santarém e um pelo Banco do Brasil. Além disso, houve a criação de três cooperativas: COOPCOM, COOPVEST e COOPALIM. Outro grande destaque dado ao projeto Escola da Economia Solidária, foi sua indicação ao Prêmio ODM Brasil<sup>55</sup>, 4ª edição. Nessa edição, 1.638 projetos foram inscritos e somente vinte seriam premiados. O programa Econsol ficou entre os 50 melhores projetos do país.

De acordo com Maria da Luz Farias<sup>56</sup>, coordenadora da Econsol à época, para a implementação da política no município três grandes componentes foram integrados: a Econsol, voltada para qualificação de empreendedores, organizações e negócios solidários; o Telecentro<sup>57</sup> do Empreendedor que favorecia a inclusão digital e o Banco do Povo<sup>58</sup> com crédito financeiro para viabilização dos empreendimentos.

Apesar do programa não constar no PPA 2010-2013, a coordenadora informou que o programa seguiu funcionando até o ano de 2012, quando foi encerrado. O objetivo principal do programa era oportunizar conhecimentos teóricos e práticos para a formação de empreendedores solidários e criar estratégias de inclusão social e econômica que pudessem garantir o desenvolvimento local. Para Farias, o programa tinha o papel fundamental de disseminar conhecimentos sobre empreendimentos solidários com ferramentas corroborativas para a formação de empreendimentos na região e visava a mitigação da pobreza, da desigualdade social e valorização das pessoas no município, além de promover uma economia autogestionária e colaborativa.

Conforme se observa, o programa Econsol visava principalmente o fomento a economia solidária tendo como papel principal a formação do capital social, não havendo, no entanto, nenhum avanço na questão de sua institucionalização no município. Destaca-se que em decorrência da mudança da gestão municipal o programa foi descontinuado e informações importantes sobre a gestão do programa não foram encontradas, fato ratificado por Farias:

---

<sup>55</sup> Prêmio Objetivos do Milênio (ODM) é um reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Secretaria Geral da Presidência do Brasil às práticas que contribuem para os objetivos do Milênio.

<sup>56</sup> Entrevista realizada em 07/12/2021, via aplicativo de mensagem.

<sup>57</sup> O Telecentro de Informação (TIN), é um espaço público e gratuito que oferta cursos e treinamentos aos diversos segmentos empreendedores e a comunidade ([www.santarem.pa.gov](http://www.santarem.pa.gov)).

<sup>58</sup> O Banco do Povo é um fundo de desenvolvimento municipal com o objetivo de fomentar a geração de renda e trabalho através de concessão de microcréditos a empreendedores, tendo como agente financeiro o banco Banpará ([www.santarem.pa.gov](http://www.santarem.pa.gov)). Além disso, à época do programa, a prefeitura contava com o apoio do programa do estado CredCidadão que realizava o fomento da economia solidária na região por meio de microcréditos. De acordo com a coordenação local, até o ano de 2013 o programa havia beneficiado mais de 500 empreendimentos ([www.santarem.pa.gov](http://www.santarem.pa.gov)).

Considero que o projeto favorece oportunidades às famílias de menor poder aquisitivo para se inserir numa proposta socioeconômica responsável, comprometida com o sucesso individual, mas, sobretudo coletivo. Pena que todo acervo do projeto estava armazenado em computadores da Secretaria (SEMDES), considerando ser patrimônio público, com o passar do tempo e mudança de gestores municipais, os arquivos não foram localizados. Digo isso porque já fiz uma pesquisa sobre todo trabalho realizado durante o projeto e respectivos resultados, porém sem sucesso, não foram localizados, isso inviabiliza apresentação de dados concretos. No entanto arrisco dizer que mais de 2.300 empreendedores solidários foram qualificados, alguns grupos familiares, outros organizados em associações e cooperativas, promovendo potencialidades a economia local, disseminação de um novo conceito em economia (autossustentável e inclusiva) e melhorias de qualidade de vida das pessoas (Entrevista nº 06).

Inegável a contribuição do programa de economia solidária no município para muitos grupos que tiveram contato com este outro modo de produzir, vender e comprar<sup>59</sup>. A representante de uma cooperativa entrevistada destaca a importância do programa para o empreendimento:

A COOPAFS é uma das pioneiras da economia solidária no município, tendo 10 anos de fundação. No governo da Maria do Carmo havia uma secretaria específica para o tema que visitava as associações comunitárias nos bairros e convidava para participar do programa. Por meio do programa realizou-se muitos cursos de capacitação e viagens. Foi uma época muito boa para a cooperativa (Entrevista nº 03).

A entrevistada relatou também os desafios que o movimento de economia solidária tem enfrentado atualmente:

A economia solidária ficou em standby no município. A troca de gestão teve como consequência a interrupção do programa. Não se houve mais falar em economia solidária, não tem projetos, nem formação. Não tem uma referência na gestão. Na gestão anterior, o programa Econsol agregou, trouxe respostas, ou melhor, resultados, capacitações, encontros, feiras (Entrevista nº 03).

De fato, a economia solidária não é uma política da atual gestão. Conforme se depreende dos planos plurianuais, seus programas para geração de renda são voltados principalmente ao fomento e fortalecimento do empreendedorismo individual, o que pode ser entendido como um interesse do governo local apenas na geração de tributos e não necessariamente como uma forma de combate ao desemprego e, apesar do Plano Diretor Participativo do município<sup>60</sup> prever em um de seus artigos que o desenvolvimento do Programa Escola de Economia Solidária é uma das diretrizes da Política de Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Santarém, o que se nota é a ausência de políticas voltadas para a temática.

<sup>59</sup> Assim era definida a economia solidária pelo Ministério do Trabalho.

<sup>60</sup> Aprovado pela Lei nº 20.534, de 17 de dezembro de 2018, o plano diretor é um instrumento básico e estratégico da política de desenvolvimento e expansão urbana e rural que serve como orientação para a gestão do território do município.

No município, da mesma forma que aconteceu em nível nacional, programas e políticas voltadas para a economia solidária foram descontinuados por conta das mudanças nas gestões. Isso se deve ao fato de não se ter uma política pública consolidada tanto em nível nacional como em nível local. Importante destacar que o município apresenta grande potencial para a economia solidária, uma vez que possui uma variedade de saberes tradicionais, herdados de nossos antepassados, sejam índios ou negros. Podemos citar como referência nosso artesanato, que pode ser visto em vários pontos de Santarém por meio de esculturas, tecidos, vasos, peças decorativas, rendas e afins. Além disso, no município são inúmeras as atividades voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar – atividade típica da zona rural que, segundo os dados do mapeamento, são predominantes nas áreas urbanas do município.

A seguir, apresentamos uma análise descritiva a partir das informações coletadas na pesquisa amostral realizada pelo Sies a fim de caracterizar os empreendimentos mapeados no município, em seguida, identificar as contribuições da economia solidária para o desenvolvimento econômico de seus atores.

#### **4.2 Caracterização dos empreendimentos econômicos solidários do município de Santarém/PA segundo dados do mapeamento nacional de economia solidária**

Os dados do segundo mapeamento apontaram que dos 19.708 empreendimentos econômicos solidários mapeados, 1.358 estão localizados no Estado do Pará. O município de Santarém aparece em terceiro lugar no ranking dos municípios em número de estabelecimentos, com 58 empreendimentos econômicos solidários, distribuídos entre grupos informais, associações e cooperativas. No total são 6.778 sócios, sendo 4.343 homens e 2.435 mulheres. Dos 58 empreendimentos, 06 são formados somente por homens, 16 somente por mulheres e 36 são mistos.

Tabela 7 – Forma de organização por município – Estado do Pará<sup>61</sup>

#	Local	Grupo Informal	Associação	Cooperativa	Sociedade Mercantil	Nº EES
1	Belém	93	56	15	0	164
2	Castanhal	11	55	10	0	77
<b>3</b>	<b>Santarém</b>	<b>17</b>	<b>26</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>58</b>
4	Baião	0	52	4	0	56
5	Cametá	4	38	5	0	47

(Continua)

<sup>61</sup> No Apêndice A consta o ranking completo com todos os municípios do Estado do Pará que tiveram empreendimentos mapeados pelo SIES no segundo mapeamento nacional finalizado no ano de 2013.



Tabela 7 (Continuação)

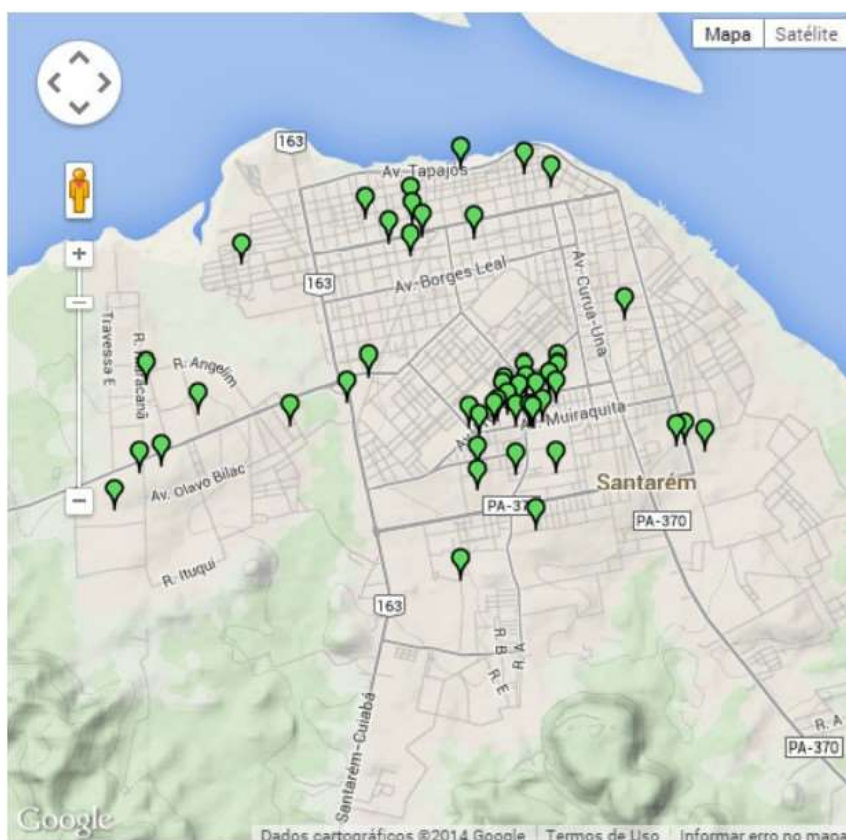
#	Local	Grupo Informal	Associação	Cooperativa	Sociedade Mercantil	Nº EES
6	Oeiras do Pará	2	40	0	0	42
7	Ananindeua	22	11	4	1	38
8	Acará	1	33	1	0	35
9	Xinguara	29	4	2	0	35
10	Curuçá	3	31	0	0	34

Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária (SIES, 2013).

Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

A área de atuação que predomina no município de Santarém é a área urbana. De acordo com a Tabela 8, dos empreendimentos 53% está concentrado na área urbana, quase o valor da média nacional para os empreendimentos rurais predominantes (54,76%), 33% são rurais e 14% se identificam como rurais e urbanos.

Mapa 3 – Empreendimentos econômicos solidários em Santarém/PA



Fonte: MAIA, 2014. Farejador de Economia Solidária ([www.fb.es.org.br/farejador](http://www.fb.es.org.br/farejador))

Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

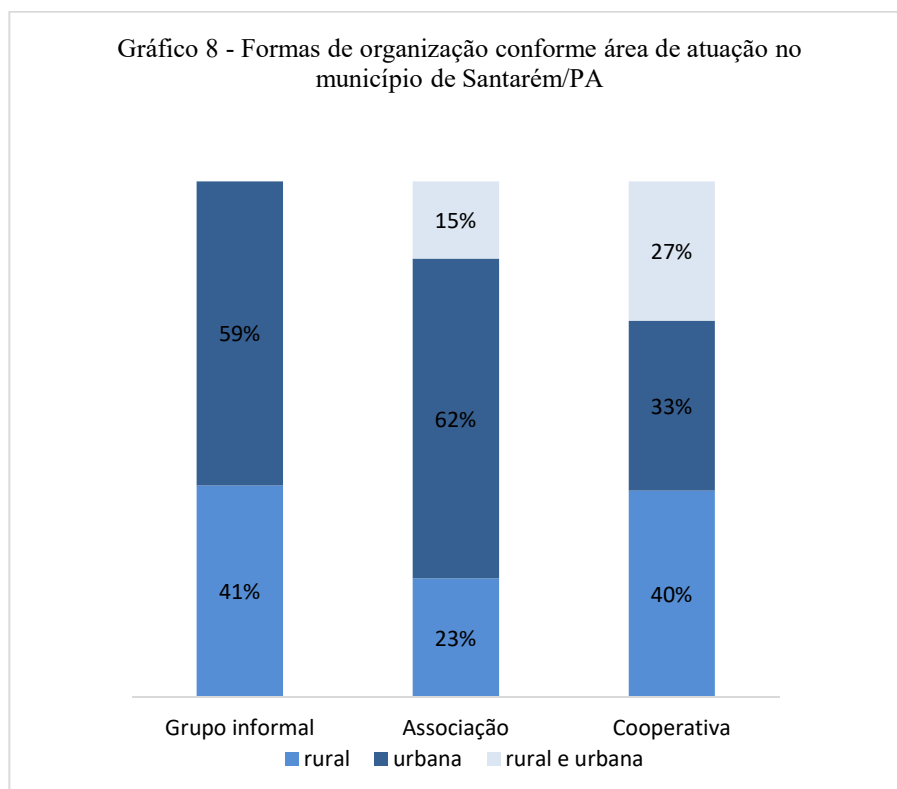
Tabela 8 – Área de atuação do EES em Santarém

Município	Rural	Urbana	Rural e Urbana	Total EES
Santarém	19	31	8	58
%	33	53	14	100

Fonte: Microdados do mapeamento nacional referente ao município de Santarém (SIES, 2013).

Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

Contudo, a associação é a forma de organização com o maior número de empreendimentos, 26 do total, seguido por grupos informais, com 17 empreendimentos e cooperativas, com 15. Conforme se depreende do Gráfico 8, 62% das associações se encontram na área urbana do município, assim como os grupos informais, com 59%, dado que contraria o que foi observado por Gaiger (2014) em nível nacional quanto a maior presença de associações em áreas rurais, divergindo assim, da correlação nacional entre a forma de organização e a área de atuação. Quanto as cooperativas, estão presentes tanto na área rural quanto na área urbana, da mesma forma que se observa em nível nacional.



Fonte: Microdados do mapeamento nacional referente ao município de Santarém (SIES, 2013)  
Elaboração: COSTA, L. C. P. da, 2021

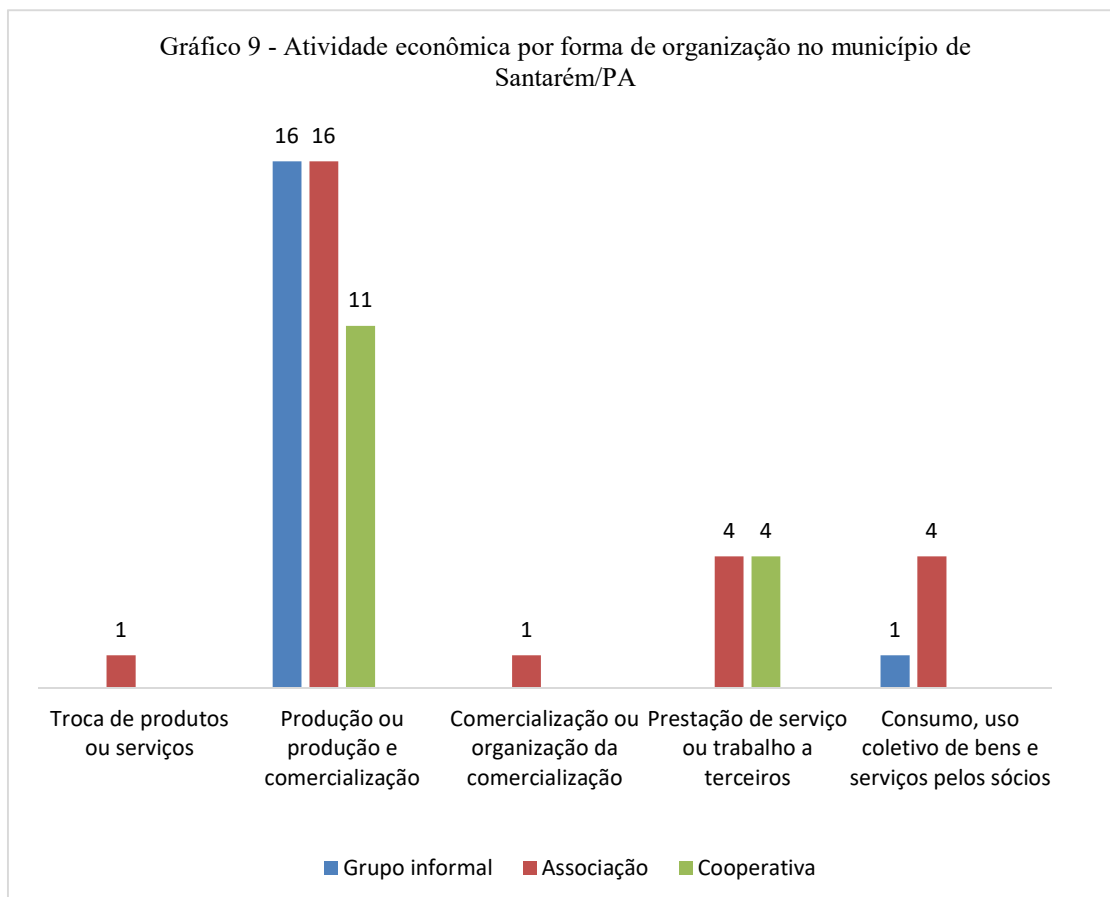
A atividade econômica principal dos empreendimentos estabelecidos no município é a produção de bens (74,1%), bem acima da média nacional (56,2%).

Tabela 9 – Atividade econômica no município

Município	Troca De Produtos Ou Serviços	Produção Ou Produção E Comercialização	Comercialização Ou Organização Da Comercialização	Prestação Do Serviço Ou Trabalho A Terceiros	Poupança, Crédito Ou Finanças Solidárias	Consumo, Uso Coletivo De Bens E Serviços Pelos Sócios
Santarém	1	43	1	8	0	5
%	1,7	74,1	1,7	13,8	0	8,6

Fonte: Microdados do mapeamento nacional referente ao município de Santarém (SIES, 2013).  
Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

Quanto a característica nacional de correlação entre atividade econômica principal, área de atuação e forma de atuação, em que predomina o consumo e uso coletivo de bens e serviços em áreas rurais e por associações, no Gráfico 9 se observa que no município de Santarém, tanto nos grupos informais, quanto nas associações e nas cooperativas, a atividade de produção de bens é a atividade predominante.



Fonte: Microdados do mapeamento nacional referente ao município de Santarém (SIES, 2013)  
Elaboração: COSTA, L. C. P. da, 2021

Neste caso, o município segue a correlação nacional quanto à atividade econômica e a área de atuação, uma vez que, foi observado que a produção de bens é uma atividade predominantemente urbana e no município, tanto as associações, quanto os grupos informais, estão concentrados principalmente na área urbana. No que diz respeito ao consumo e uso coletivo de bens, este segue a correlação nacional, sendo uma atividade rural realizada principalmente por associações.

De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas desenvolvida para a economia solidária – a CNAE-ES – no município de Santarém, 40% dos empreendimentos identificados se dedicam a indústria de transformação, voltados principalmente ao artesanato, 16% têm suas atividades voltadas à agricultura, pecuária,

produção florestal, pesca e aquicultura, com atividades de criação ou pesca de peixes e cultivos de flores e plantas ornamentais, açaí, milho e horticultura. As demais atividades econômicas referem-se a transportes; alojamento e alimentação; educação, serviços domésticos, entre outros, conforme disposto no Quadro 2.

Quadro 2 – EES e as principais atividades econômicas conforme CNAE

<b>Atividade econômica (classe)</b>	<b>Atividade econômica (subclasse) – CNAE Ecosol</b>	<b>EES</b>
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Criação de peixes em água doce	2
	Pesca de peixes em água doce	2
	Cultivo de abacaxi	1
	Horticultura, exceto morango	1
	Cultivo de flores e plantas ornamentais	1
	Cultivo de açaí	1
	Cultivo de milho	1
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Coleta de materiais recicláveis	1
Alojamento e alimentação	Serviços de alimentação para eventos e recepções – bufê	1
	Serviços ambulantes de alimentação	1
Atividades profissionais, científicas e técnicas	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas	1
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissionais	1
	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	3
	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	1
	Comércio varejista de madeira e artefatos	1
	Trocas solidárias	1
Construção	Obras de infraestrutura	1
Educação	Educação	2
Indústrias de transformação	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	1
	Produção Artesanal de artigos em papel reciclado	1
	Produção artesanal de biojoias	1
	Produção artesanal de brinquedos	3
	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos	2
	Produção artesanal de adereços e enfeites de festa	1
	Produção artesanal de redes	1
	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias	1
	Produção artesanal de Chapéus	1
	Produção artesanal de bijuterias	2

	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	3
	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha	1
	Alveamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos	1
	Preparação de ervas aromáticas e medicinais	1
	Produção artesanal de bebidas alcólicas	1
	Produção artesanal de artigos em crochê	1
	Fabricação de móveis com predominância de madeira	1
Serviços de assistência social sem alojamento	Serviços de assistência social sem alojamento	1
Serviços domésticos	Serviços domésticos	1
Transporte, armazenagem e correio	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis	3
	Serviço de táxi	1
Outras atividades de serviços	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos	1
	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	5

Fonte: Microdados do mapeamento nacional referente ao município de Santarém (SIES, 2013).  
Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

A fim de conhecer um pouco mais do perfil econômico dos empreendimentos mapeados no município, apresentaremos alguns dados quanto ao fluxo existente nas duas atividades econômicas principais – produção ou produção e comercialização e prestação do serviço ou trabalho a terceiro – quanto ao seu funcionamento, a partir das respostas ao mapeamento nacional.

Quadro 3 – Fluxo econômico dos EES de produção ou produção e comercialização

<b>Origem da matéria prima ou do insumo</b>	
Empreendimentos de economia solidária	9%
Empresa privada	28%
Os próprios associados/as	74%
Produtores não associados/as	23%
Instituições filantrópicas ou instituições não mercantis	2%
<b>Para quem é feita a comercialização de produtos do empreendimento?</b>	
Venda direta ao consumidor final	93%
Venda a revendedores ou atacadistas	35%
Venda à órgão governamental	16%
Venda para empresa privada de produção	12%
Venda a outros EES	9%
Outros	5%
<b>Principais espaços de comercialização</b>	

Lojas ou espaços próprios	28%
Espaços de venda coletivos (centrais de comercialização)	19%
Feiras livres	60%
Feiras e exposições eventuais/ especiais	60%
Feiras de Economia Solidária e/ou agroecologia	16%
Entrega direta a clientes	47%
Outro	12%

Fonte: Microdados do mapeamento nacional referente ao município de Santarém (SIES, 2013).  
Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

De acordo com o Quadro 3, para a produção de bens a matéria prima advém em grande parte dos próprios associados (74%), que por si só representa um fato positivo, pois o associado, que também é um produtor individual, encontra no próprio empreendimento associativo uma via para comercializar o que produziu, mas também podem ser adquiridas matérias primas de empresas privadas (28%) e de outros produtores não associados (23%).

Mais de 90% da produção é destinada ao consumidor final. Além disso, há a comercialização de produtos para revendedores e atacadistas, à órgão governamental, empresa privada de produção e a outros empreendimentos, sendo as vendas realizadas, em sua maioria, em feiras livres, em feiras e exposições eventuais e, ainda, com a entrega diretamente ao cliente. Somente 28% destes empreendimentos possuem loja própria. Depreende-se do quadro, que o foco principal da produção é a vendas dos produtos voltada ao consumidor final.

Quadro 4 – Fluxo econômico dos EES de prestação de serviço ou trabalho a terceiros

<b>Como é feita a prestação de serviços pelo empreendimento?</b>	
Individualmente pelos (as) sócios (as)	50%
Em equipes (grupos) de trabalho	25%
Coletivamente por todos (as) os (as) sócios (as)	50%
<b>Para quem se destina a prestação de serviços?</b>	
Usuários/clientes individuais ou familiares	100%
Empresas	38%

Fonte: Microdados do mapeamento nacional referente ao município de Santarém (SIES, 2013).  
Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

Quanto à prestação de serviços ou trabalho a terceiros, conforme se observa no Quadro 4, ocorre tanto de forma individual, quanto coletivamente por todos os sócios, havendo casos em que pode ocorrer por equipes. E é destinada plenamente a atender clientes individuais ou famílias. Não há uma diversificação de sua clientela, fato que pode ser explicado pela ausência de estratégias desse seguimento ou ainda pela estrutura burocrática das demandas por empresas privadas e órgãos governamentais.

A partir dos dados apresentados até aqui é possível definir a fisionomia dos empreendimentos econômicos solidários no município de Santarém/PA. O número de sócios é predominantemente masculino, no entanto, 62% dos empreendimentos são mistos, 28% são formados somente por mulheres e 10%, somente por homens. Os empreendimentos são majoritariamente associações, localizadas na área urbana e com atividade econômica voltada para a produção ou produção e comercialização, 40% dos empreendimentos têm suas atividades voltadas para a indústria de transformação, onde os produtos produzidos são frutos do artesanato. A matéria prima necessária para a produção dos bens, advém principalmente dos sócios dos empreendimentos, que encontram no próprio empreendimento uma maneira de vender o que produzem. A produção é comercializada principalmente em feiras com destinação ao consumidor final.

#### **4.3 Contribuição da economia solidária para o desenvolvimento econômico dos atores envolvidos nos empreendimentos econômicos**

A economia solidária, definida como o conjunto de atividades que buscam a democratização econômica por meio de formas coletivas de organização do trabalho em que são observados os princípios da autogestão, do comércio justo e solidário, da cooperação e da solidariedade, além da gestão democrática e participativa, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, vem sendo reconhecida como uma política capaz de reverter o quadro de pobreza, desemprego, exclusão em todos os níveis e precarização do trabalho.

A seguir, apresentamos uma breve análise quanto as motivações, benefícios, desafios e dificuldades apontadas pelos empreendimentos mapeados no município de Santarém/PA, de modo a identificar de que forma a economia solidária contribuiu para o desenvolvimento econômico dos seus atores.

Quadro 5 – Motivações, conquistas e desafios dos EES

<b>O que motivou a criação do EES?</b>	
Uma alternativa ao desemprego	34%
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	36%
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	67%
Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)	48%
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	21%
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	7%
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	3%

Motivação social, filantrópica ou religiosa	17%
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	31%
Alternativa organizativa e de qualificação	21%
Incentivo de política pública (governo)	16%
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	7%
Fortalecimento de grupo étnico	2%
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	19%
Outro	3%
<b>Quais as principais conquistas do EES?</b>	
A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os (as) sócios (as)	71%
A autogestão e o exercício da democracia	38%
A integração do grupo/coletivo	67%
O comprometimento social dos (as) sócios (as)	40%
Conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infraestrutura, etc.)	38%
A conscientização e compromisso político (com emancipação dos trabalhadores ou outras lutas mais gerais)	16%
Outra	3%
<b>Quais os principais desafios do empreendimento?</b>	
Viabilizar economicamente o empreendimento	64%
Gerar renda adequada aos (às) sócios (as)	74%
Garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os (as) sócios (as)	45%
Efetivar a participação e a autogestão	34%
Alcançar a conscientização e a politização dos (as) sócios (as)	29%
Alcançar maior conscientização ambiental dos (as) sócios (as)	38%
Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária	34%
Manter a união do grupo/coletivo	47%
Outro	5%

Fonte: Microdados do mapeamento nacional referente ao município de Santarém (SIES, 2013).  
Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

De acordo com o Quadro 5, dentre as muitas motivações para criação dos empreendimentos, destaca-se o fato da obtenção de uma fonte de renda complementar (67%), o que significa que os ganhos obtidos por meio dos empreendimentos não é a renda principal para estes atores, isso porque 52% dos empreendimentos têm sócios que recebem algum tipo de benefício do governo, como bolsa família, bolsa verde, BPC (Benefício de Prestação Continuada), entre outros. Outra motivação apontada é o desenvolvimento de atividade onde todos são donos (48%), seguido pela obtenção de maiores ganhos (36%) e por uma alternativa ao desemprego (34%). Uma motivação que também chama a atenção é o desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades (31%), dando aos empreendimentos uma



importância maior e visibilidade, demonstrando dessa forma, que a economia solidária no município de Santarém/PA tem sua razão de existir muito mais na geração de renda complementar e no desenvolvimento da coletividade por meio do trabalho cooperativo, do que como uma alternativa ao desemprego.

Fato ratificado na resposta quanto a principal conquista dos EES, onde foi apontado por 71% dos entrevistados a geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os sócios e para 67%, a integração do grupo, fato de grande relevância para o desenvolvimento dos empreendimentos, assim como, o comprometimento social dos sócios (40%) e as conquistas para a comunidade local (38%) que tendem a culminar no desenvolvimento local.

Quanto aos desafios, gerar renda adequada é o maior de todos (74%), apesar da economia solidária não ser a principal fonte de renda para a maioria dos empreendimentos, o que se constatou nas respostas ao questionário foi que 33% dos empreendimentos não conseguem remunerar seus sócios. Dos que conseguem remunerar, 54% têm na renda obtida sua fonte principal de recursos (Quadro 6), sendo que o valor pago aos sócios é inferior a um salário mínimo.

Quadro 6 – Função preponderante da renda obtida pelos sócios dos EES

<b>De maneira preponderante, a renda obtida pelos (as) sócios (as) no empreendimento é</b>	
A fonte principal da renda dos sócios	54%
Complementação de recursos recebidos por doações ou programas governamentais	3%
Complementação de rendimentos de aposentadorias ou pensões	6%
Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades econômicas	37%

Fonte: Microdados do mapeamento nacional referente ao município de Santarém (SIES, 2013).  
Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

Ainda sobre os desafios dos empreendimentos, 64% apontam que têm dificuldades quanto a viabilização econômica do empreendimento, ou pela falta de capital de giro, ou pela ausência de linhas de crédito, ou ainda, pela burocracia do agente financeiro. Outro fator que também tem impactado na viabilização diz respeito a falta de estrutura adequada dos empreendimentos, tanto para a produção como para comercialização dos seus produtos, que se dá em decorrência da ausência de equipamentos e espaço físico adequados, ou ainda, pela ausência de local apropriado para comercialização. A falta de legalização do empreendimento também foi apontada como uma dificuldade para manutenção do negócio.

Para Gaiger (2014, p. 81), todos os empreendimentos “constituem iniciativas de trabalhadores contrapostos a variadas e severas adversidades, próprias de setores populares historicamente fragilizados” por estarem inseridos em situação econômica subalterna. Para o

autor, os trabalhadores precisam lidar com todas essas adversidades, sejam internas ou externas, para que sejam bem-sucedidos em seus fluxos econômicos e assim, possam gerar resultados que beneficiem a todos os seus membros.

No momento atual, estamos passando por uma adversidade gigantesca, que fez com que não só o Brasil, mas vários outros países, mergulhassem numa profunda crise econômica, com alto grau de desemprego, aumento da informalidade e fechamento de empresas. Uma crise sanitária mundial, a pandemia de Covid-19, que afetou também a vida econômica de muitos empreendimentos econômicos solidários.

Encerramos o primeiro semestre de 2020 com uma taxa de desemprego oficial de 13,3%, ou seja, 12,8 milhões de pessoas nessa condição. Estes números, porém, só constituem a ponta de nossa tragédia social, pois ao longo deste mesmo período, um enorme contingente saiu do mercado de trabalho, reduzindo o número de ocupados em mais de 10% em relação ao mesmo período de 2019. Isso significa que o país perdeu cerca de 10 milhões de postos de trabalho, dado que se soma à quantidade de desempregados em busca de recolocação. [...]

Ademais, por causa da pandemia mais de 520 mil empresas encerraram suas atividades e 62,4% dos mais de 4 milhões de empreendimentos viram suas atividades impactadas pelas medidas de contenção do vírus. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Economia, 15% das empresas reduziram postos de trabalho e mais de 1,4 milhão delas suspendendo e ou reduzindo jornada e salário de cerca de 9,5 milhões trabalhadores (SOUZA e AUGUSTO JUNIOR, 2020, p. 9).

Medidas econômicas foram adotadas para o enfrentamento e diminuição dos impactos econômicos e sociais provocados pela pandemia. Em nível nacional, o governo federal apresentou um plano dividido em dois grupos, o primeiro com “medidas estruturantes” e o segundo com “medidas emergenciais”. Dentre as medidas emergenciais, encontra-se o pagamento de benefícios mensais à população que não possuía vínculo formal de emprego e que não recebia outro benefício social, como Bolsa Família e BPC, o denominado auxílio emergencial. O governo do estado do Pará instituiu um pacote econômico para atender famílias economicamente vulneráveis e trabalhadores autônomos e informais de diversas categorias, o Programa Renda Pará. Apesar das medidas adotadas, muitas famílias ainda se encontram em situação de vulnerabilidade, uma vez que, os valores pagos por meio dos auxílios citados, são muito inferiores a um salário mínimo, fazendo com que essas pessoas busquem a complementação da renda.

Dentre a amostra dos empreendimentos selecionados para a entrevista, sete EES não funcionam mais e oito estão com as atividades suspensas desde o início da pandemia. Dos que fecharam, pelo menos três, foi em função da pandemia, conforme se observa no relato em uma das entrevistas.

Então, nós não sentimos esse impacto, como [...] muitas escolas assim, amigas nossas, escolas até menores que a gente também dá algumas orientações, eles pedem muita ajuda para gente, com relação as escolas que são cooperativas, porque aqui a nossa é a maior cooperativa do oeste do Pará de educação, então, todas as escolas que estão entrando agora para esse ramo eles pedem muita orientação nossa. Então, nós tivemos muitos colegas que sentiram muito, escolas inclusive que fecharam porque não conseguiram absorver esse impacto que foi muito forte na economia (Entrevista nº 05).

Para os que continuaram em atividade foi perguntado como o empreendimento estava se comunicando com os clientes, a resposta foi majoritariamente por meio das mídias sociais e, principalmente, por meio de aplicativo de mensagens, apontando para a importância que a internet assumiu neste momento de pandemia. Uma das entrevistadas apontou a criação de um projetor inovador que vem sendo socializado com outros empreendimentos, demonstrando a importância das redes de cooperação para o futuro da economia solidária:

A comunicação com os clientes se dá pelas mídias sociais e por telefone, onde buscou-se recursos para empreender desta forma. E se criou um projeto inovador que outros grupos reproduzem hoje porque deu muito certo, são as cestas delivery. A cooperativa se planejou para entregas no PNAE, PAA e supermercados, mas ninguém esperava por uma pandemia. Produtores perderam suas produções, teve um caso que saiu no jornal de um produtor que doou sua produção para não estragar<sup>62</sup>. Para as cestas delivery foi criada uma base onde os produtores escoam a produção, as pessoas ligam, encomendam, pagam por PIX ou em dinheiro no momento da entrega, e somente uma pessoa sai para entrega. E assim também, entrega-se no mercado local, nos supermercados e até em cidades vizinhas (Entrevista nº 03).

E para os desafios futuros, no pós-pandemia, tendo em vista os novos modelos dominantes da economia, foi perguntado aos empreendimentos como estes pretendem se organizar. De maneira geral, para os empreendimentos os encontros e reuniões, são os meios para a sobrevivência por permitirem a troca de experiências que vêm dando certo neste momento de incerteza, além disso, a tecnologia é mais uma vez apontada como uma grande aliada:

A gente faz reuniões, troca diálogo um com outro pra gente ver a forma mais fácil até pra sobreviver, né (Entrevista nº 01).

Uma forma de superação deste momento tem sido os encontros com outros grupos, fazendo redes de Inter cooperação e realizando trocas de experiências. Um exemplo foi a cesta delivery que deu muito certo e que outros grupos também estão fazendo (Entrevista nº 03).

A tecnologia veio e veio pra ficar e a gente só tem que tá se atualizando, porque o que a gente usou ano passado, esse ano já não é mais viável, a gente já tá procurando novas tecnologias, inclusive, esse ano nós implantamos uma nova disciplina que é o Pensamento Computacional, vendo a tendência do mercado, né hoje, a gente já

---

<sup>62</sup> <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2020/05/02/nao-ia-suportar-ver-minha-horta-no-lixo-diz-produtor-que-doou-8-toneladas-de-repolho-no-para.ghtml>.

trabalhando. Estamos fazendo um investimento alto voltado pra isso (Entrevista nº 05).

Embora não designando os encontros e reuniões como redes de cooperação, podemos perceber, a partir da fala dos entrevistados, a importância das redes de cooperação para a sustentação dos empreendimentos de economia solidária. As redes de cooperação têm como base o trabalho em conjunto, que de acordo com Ortigoza (2014, p. 246), se dá de forma verticalizada, interligando movimentos de consumo e de produção. No mesmo sentido, França Filho (2008, p. 223) define a rede de economia solidária como “uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas a constituição de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos”. Para Souza e Augusto Junior,

Se os empreendimentos de economia solidária se conectarem economicamente entre si, articularem os rendimentos monetários e não monetários - gerados por eles próprios - e também se puderem contar com políticas governamentais e de Estado condizentes, conforme aqui delineadas, há de fato um grande potencial para eles se fortalecerem e se desenvolverem, incluindo cada vez mais trabalhadores e apontando para uma nova economia, capaz de promover desenvolvimento socioeconômico efetivamente incluyente (SOUZA e AUGUSTO JUNIOR, 2020, p. 20).

No fim, o produto final de cada empreendimento servirá de insumo para outro empreendimento, as redes de cooperação são apoiadas num processo de retroalimentação capaz de fazer crescer a rede e tornando-a cada vez mais autossuficiente.

Nesse sentido identificamos que a relação da economia solidária com o desenvolvimento econômico do município de Santarém consiste no fortalecimento dos empreendimentos solidários por meio de seus ganhos econômicos e da integração social de seus sócios, pois, embora as políticas públicas não identifiquem explicitamente a economia solidária como uma política de desenvolvimento, diversos trabalhos comprovam que o fomento desse tipo de empreendimento favorece o desenvolvimento local, por meio da dinamização socioeconômica e do fomento as potencialidades locais, principalmente em municípios muitas vezes desassistidos pelas políticas federais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa pretendeu analisar a relação da economia solidária com o desenvolvimento econômico do município de Santarém/PA, partindo da apresentação do contexto histórico da economia solidária e de seu potencial como estratégia de desenvolvimento territorial. A relevância dessa pesquisa consiste na apresentação e discussão de uma temática em que ainda há uma carência de estudos, pois, embora exista uma rica literatura abordando temas que vão desde as potencialidades econômicas dos grupos até questões culturais relativas ao empoderamento de gêneros, não foram encontrados estudos que analisem a relação da economia solidária com o desenvolvimento econômico do município em análise.

A economia solidária, com os pressupostos de geração de renda e trabalho cooperativo, coletivo, solidário e sustentável, tem como objetivo modificar o atual cenário do desenvolvimento econômico capitalista, bem como das relações interpessoais e ambientais. Com a crise do mercado de trabalho provocada pela reestruturação produtiva do capitalismo e com o surgimento das inovações tecnológicas e da robótica muitos trabalhadores perderam seus postos de trabalhos e viram na economia solidária uma alternativa do desemprego, Armando Lírio de Souza (2012) observa que, inicialmente, a Senaes apresentava uma definição sobre a economia solidária com um conceito muito amplo e difuso, mas a partir da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável, outras questões foram sendo agregadas a sua conceituação, como sustentabilidade, meio ambiente e gênero. E no conceito atual, definido pelo PL 6609/2019, passa a figurar o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável como forma de fortalecer ainda mais seu conceito como política de desenvolvimento.

Diversos autores demonstraram em seus trabalhos o potencial da economia solidária para o desenvolvimento local e territorial, bem como o governo federal por meio da integração de políticas públicas, a exemplo do PPA 2012-2015, em que o governo ratifica a dimensão territorial nas ações de economia solidária com o Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e no PPA 2016-2019, com os programas Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária (2071) e Desenvolvimento Regional e Territorial (2029) buscando potencializar o trabalho a ser desenvolvido, além das articulações realizadas entre MTE e o MDS com os programas Fome Zero, Bolsa-Família e a Política Nacional de Assistência Social, das ações com MMA ligadas à Agenda XXI e com o MDA, referente ao cooperativismo e aos empreendimentos de agricultura familiar.

O governo federal ainda investiu na promoção e no fomento às redes de cooperação solidária, para o fortalecimento da economia solidária, que resultou na crescente consolidação de redes territoriais, de setores econômicos, de segmentos populacionais em todo o território nacional com a organização articulada de estratégias e espaços de comercialização e do consumo, o que comprova que a abordagem territorial das políticas públicas para a construção do desenvolvimento em bases sustentáveis, favorece as estratégias e iniciativas de economia solidária.

No município de Santarém/PA no período de 2006 a 2012, houve a implementação de um programa de grande importância para os atores da economia solidária, o programa Escola da Economia Solidária, focado principalmente na formação do capital social de modo a disseminar conhecimento e fomentar a formação de empreendimentos cooperativos. Entretanto, não houve nenhum avanço quanto a institucionalização da temática como política pública no município – a pesar desta constar como uma diretriz para a política de desenvolvimento do município, assim descrito no Plano Diretor Participativo – o que resultou na descontinuação do programa em decorrência da mudança da gestão municipal, sendo essa uma das dificuldades encontradas pela economia solidária para o seu fortalecimento, não somente em nível local, mas, também em nível federal.

A ausência de uma política de governo, faz com que com um programa de grande importância para os atores locais seja descontinuado devido a rotatividade da gestão municipal. Queiroz (2013) chama atenção para o fato de que as políticas públicas devem ser formalizadas e implementadas não importando quem esteja no poder, uma vez que elas têm por objetivo principal desenvolver econômica e socialmente a população local, logo, tais políticas devem responder a demandas da sociedade, principalmente, a população mais vulnerável.

Para a realização desta pesquisa tivemos algumas limitações que nos impediram de avaliar melhor sua implementação no período supramencionado, uma vez que não foram encontrados documentos que pudessem dar um melhor suporte a nossa avaliação, sendo justificado pelos responsáveis do órgão consultado que documentos foram perdidos devido a mudanças estruturais e físicas. Nesse sentido, os dados que embasaram nossa análise foram os dados do mapeamento nacional de economia solidária realizada pelo SIES em parceria com o MTE.

A partir da metodologia adotada, que teve como ferramentas a pesquisa documental dos planos plurianuais e entrevista realizada com a Semtras, constatamos que a economia solidária não é uma política da atual gestão, as ações voltadas para a geração de renda são ações assistencialistas que, em sua maioria, incentivam a autonomia individual, tendo por objetivo

maior a eliminação da vulnerabilidade social e a inserção das pessoas em um emprego formal ou na formalização de um negócio próprio e, embora afirmem que suas ações têm relação com a economia solidária, entre os cursos realizados pela Semtras não há a formação para a economia solidária e sim o incentivo ao empreendedorismo individual, por meio de parceria com o Sebrae, logo, esse fomento ao empreendedorismo individual pode ser entendido como um interesse do governo local apenas na geração de tributos e não necessariamente como uma forma de combate ao desemprego.

Nesse sentido, apesar do município apresentar um ambiente favorável ao desenvolvimento da economia solidária – considerando a variedade de saberes tradicionais, herdados de nossos antepassados, a exemplo do nosso artesanato e as inúmeras atividades voltadas para a agricultura familiar – a participação do poder público é imprescindível para a promoção e apoio de políticas de geração de trabalho e renda que não sejam somente individuais.

Mas, nem tudo está perdido, pois, embora não existam políticas de governo que evoquem a economia solidária, existem ações que têm se perdurado, como as atividades voltadas para o fomento da agricultura familiar e, também, as políticas atuais apresentam em suas bases teóricas elementos como a sustentabilidade, a participação e o trabalho cooperativo, princípios da economia solidária.

Os dados do mapeamento nacional mostram que no município 53% dos empreendimentos mapeados estão concentrados na área urbana e exercem atividades voltadas ao artesanato e atividades típicas da agricultura, sendo a primeira a atividade predominante. No entanto, alguns empreendimentos tiveram suas atividades paralisadas por conta da pandemia de Covid-19, outros, encerraram atividades, demonstrando desta forma que é preciso avançar na questão da institucionalização da economia solidária de modo a reconhecer e apoiar os empreendimentos, valorizando potencialidades locais.

Houve ainda casos em que alguns empreendimentos revisitados não se consideravam atores da economia solidária, entretanto, são empreendimentos que compartilham dos princípios da economia solidária. Nesses casos, percebemos que a formação em economia solidária ainda é uma carência que precisa ser resolvida, desta forma, promover atividades, não somente formativas – a exemplo do programa Econsol – mas também educativas e informativas, criando uma cultura de consumo solidário, pode contribuir para a qualificação e ampliação das políticas públicas de economia solidária. Além disso, a troca de experiências, conhecimentos, o trabalho em rede, tendem a fortalecer ainda mais o movimento, pois é a partir de experiências concretas que se tem um maior envolvimento dos demais atores e divulgar essas

experiências, mostrando toda a transformação econômica e social que beneficia a população local, faz com que os movimentos busquem ainda mais pela institucionalização da política para que não ocorra sua descontinuidade em decorrência de mudança de gestão.

A economia solidária, que tem em seu histórico a crise do desemprego, sendo considerada uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e de inclusão social, passou a ser reconhecida como um vetor de desenvolvimento, uma vez que, os empreendimentos coletivos facilitam a organização e a mobilização comunitárias, além de dar visibilidade a comunidades e a grupos excluídos, por meio da valorização e potencialização da diversidade local, logo, ainda que as experiências sejam resultado de alternativas em busca de renda e/ou inclusão social, o que se percebe é a sua contribuição para o desenvolvimento local.

No caso de Santarém, a economia solidária não é tida como uma alternativa ao desemprego – isso porque, diferentemente do que ocorreu em grande parte do país, a crise que gerou desemprego na região não é resultado da industrialização, mas do êxodo rural – mas sim, como uma complementação de renda. Dentre os muitos fatores que motivaram a criação de empreendimentos econômicos solidários está a participação em um empreendimento onde todos são donos do negócio, obtenção de maiores ganhos e o desenvolvimento comunitário de suas capacidades e potencialidades. Nesse sentido, a contribuição da economia solidária para o desenvolvimento econômico do município consiste no fortalecimento dos empreendimentos por meio de seus ganhos econômicos e na integração social de seus atores a partir da inclusão social proporcionada pelos empreendimentos.

A economia solidária não é uma nova forma de produção, um exemplo são as comunidades tradicionais que a praticavam, entretanto, tem um cenário político desfavorável no momento, no qual ocorre um desmonte das políticas públicas que já haviam sido constituídas – como aconteceu com o rebaixamento da Senaes. No mais, podemos observar que a economia solidária acontece, ainda que esta não seja institucionalizada, a partir das novas profissões e não deve ser como um placebo para tratar o desemprego ou a miséria, como uma política social, mas sim, como uma política de desenvolvimento.



## REFERÊNCIAS

- ADS. Agência de Desenvolvimento Solidário. **Histórico, missão e objetivos**. 2021. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosolidario.org.br/institucional>. Acesso em 04 set. 2021.
- ALVES, Adriana Melo e ROCHA NETO, João Mendes da. A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, Vol. 1, nº 2, 311-338, julho a dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/artigos/extra/59e5f257ada7d.pdf>. Acesso em 20 mai. 2021.
- AMORIM, Andressa Nunes. **Economia solidária – princípios e contradições**. Dissertação de mestrado (2010). Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: [https://base.socioeco.org/docs/andressa\\_nunes\\_amorim.pdf](https://base.socioeco.org/docs/andressa_nunes_amorim.pdf). Acesso em 09 jul. 2020.
- ANTONELLO, Ideni Terezinha. Reestruturação produtiva do capital: política pública de “requalificação” do trabalhador. **Revista Pegada**, Volume 14, nº 2, 98-117, dezembro/2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2341/2335>. Acesso em 04 set. 2021.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; SOUZA, Izabel Leite de e FRAGOSO, Natacha de Melo. Economia Solidária como alternativa ao desemprego e à exclusão social. **Revista da ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, Volume 06, nº 2, 72-93, jul. /dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/15716>. Acesso em 19 ago. 2020.
- ARRUDA, Dyego de Oliveira e MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. A construção dos fundamentos conceituais da Economia Solidária. **Revista Política e Sociedade – Florianópolis**, vol. 12, nº 25, 99-129, set/dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2013v12n25p99/26274>. Acesso em 11 mar. 2020.
- BARBOSA, Maria José de Souza; DIAS, Maria do Carmo da Silva; TEIXEIRA, Maria José Almeida e TREPARI, Pamela Geraldo. Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas – Pará (2012). **Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará do Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia**. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra018.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.
- BARROS, Márcio Júnior Benassuly. **Santarém: dinâmicas da ocupação e uso do território (1542-2020)** / Márcio Júnior Benassuly Barros – Curitiba: CRV, 2021.
- BAUER, Caroline Silveira. **História da América: das independências aos desafios contemporâneos** [recurso eletrônico] / Caroline Silveira Bauer, Cristiane Maria Magalhães, Eduardo Pacheco Freitas; revisão técnica: Willian Junior Bonete. – Porto Alegre: SAGAH, 2020.

BERTUCCI, Ademar de Andrade e SILVA, Roberto Marinho Alves. **20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. 1ª edição. Brasília: Cáritas Brasileira, maio de 2003.

BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão / João Felipe Bettendorff**. 1ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

BITELMAN, Marina Farkas. **A disseminação das políticas públicas locais de economia solidária no Brasil: os casos de São Paulo e Osasco**. / Marina Farkas Bitelman, 2008. 190 p. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2392?show=full>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 12 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional: O que temos a ver com ela? **A Cartilha Popular**. 2008. Disponível em: [www.mi.gov.br](http://www.mi.gov.br). Acesso em 12 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional: PNDR**. Sumário executivo. Brasília: 2006. Disponível em: [www.mi.gov.br](http://www.mi.gov.br). Acesso em 12 mai. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Programa 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial** – Contextualização. 2019. Disponível em: [https://antigo.mdr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6061:programa-2029-desenvolvimento-regional-e-territorial&catid=121](https://antigo.mdr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6061:programa-2029-desenvolvimento-regional-e-territorial&catid=121). Acesso em 12 mai. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações Técnicas. **Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/Acessuas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/Acessuas.pdf). Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Economia Solidária. **1º Plano Nacional da Economia Solidária 2015-2019**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4DA189CA014E079A96245953/Plano%20Nacional%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.063, de 03 de maio de 2004**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. Revogado pelo Decreto nº 8.894, de 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5063.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5063.htm). Acesso em 02 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm). Acesso em 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Revogado pela Lei nº 13.502, de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htm). Acesso em 02 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.837.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.837.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004/2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.933.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.933.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111100.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111100.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/L11306.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11306.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/L11451.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11451.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111647.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111647.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008/2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111653.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111653.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111897.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111897.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112214.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112381.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112381.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112593.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112593.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112595.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112595.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112798.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112798.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112952.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112952.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113115.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113115.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113249.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113255.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113255.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113414.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113414.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113587.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13808.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13808.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.640, de 27 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113978.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113978.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14144.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14144.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 6606, de 2019**. Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2017 (PL nº 4.685, de 2012, na Casa de origem), que “Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências”. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7949590&ts=1646672543287&disposition=inline>. Acesso em: 02 fev. 2020.

CALBINO, Daniel e PAES DE PAULA, Ana Paula. Economia Solidária: uma investigação sobre o estado da arte. **Revista Contemporânea**, Porto Alegre, ano 10, n. 14, p. 371-397, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://seer2.fapa.com.br/index.php/arquivo>. Acesso em: 25 ago. 2020.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial. Campinas: dez. 2012, p. 831-851. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642273/9748>. Acesso em: 31 ago.2021.

CANO, Wilson. (Des) Industrialização e (Sub) Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n.15, p.139-174, jul-dez.2014. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/118>. Acesso em: 31 ago.2021.

COÊLHO, Vitarque Lucas Paes. A política regional do governo Lula (2003-2010). In: Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro e Carlos Antonio Brandão (org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

CORNELIAN, Anderson Ricardo. **A concepção de economia solidária em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual Paulista, 2006. Disponível em: [http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias\\_sociais/842.pdf](http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/842.pdf). Acesso em: 22 mai. 2020.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. In: André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs.) **Uma outra alternativa é possível: Paul Singer e a economia solidária**. – São Paulo: Contexto, 2003.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Cartilha Campanha pela lei da economia solidária** – iniciativa popular para um Brasil sustentável. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f1646cartilha-sobre-lei-da-economia-solidaria.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. [200-?]. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 01 ago. 2020.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **V Plenária Nacional de Economia Solidária** – Relatório Final (2013). Disponível em: <https://fbes.org.br/download/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/>. Acesso em: 01 ago. 2020.

FERRARINI, Adriane Vieira; GAIGER, Luiz Inácio e SCHIOCHET, Valmor. O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 06, nº 12, jan-abr. 2018, 157-180. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6343213>. Acesso em: 06 ago. 2020.

FERRAZ, Fábio José. **Economia solidária e desenvolvimento local: uma reflexão preliminar dos programas do governo federal no período 2003-2007**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4353>. Acesso em 25 jan. 2021.

FIGUEIRA, Cláudia Laurido. **Festa popular na Amazônia: Sairé a reinvenção da tradição em Alter do Chão (PA) 1973 a 1997**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2014. Disponível em: <https://1library.org/article/otidiano-lutas-modos-de-viver-em-lter-hão.q7wp7jnz>. Acesso em: 06 mar. 2022.

FONSECA, Wilde Dias da (1919-2010). **Santarém: Momentos Históricos**. ICBS – Instituto Cultural Boanerges Sena. Santarém, 2015.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **Revista Organizações & Sociedade**, v.15, n. 45 - abril/junho – 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10961/7887>. Acesso em: 08 ago. 2021.

GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, 57-77, dezembro/2007. Disponível em: [https://www.socioeco.org/bdf\\_fiche-document-426\\_en.html](https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-426_en.html). Acesso em 20 mar. 2021.

GAIGER, Luiz Inácio. O Mapeamento Nacional e o conhecimento da Economia Solidária. **Revista da ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, Volume 12, nº 1, 7-24, jan/jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/18512/10416>. Acesso em 25 jan. 2020.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Revista Sociologia, Problemas e Prática**. Ed. 79, 49-63, 2015. Disponível em: <https://spp.revues.org/2221>. Acesso em 22 mar. 2020.

GAIGER, Luiz Inácio & Grupo Ecosol. **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GODOY, Tatiane Marina Pinto de. Economia solidária e território: produção de espaços democráticos e participativos. **Revista Otra Economía**, vol. 8, n. 15, 260-267, julio-diciembre 2014. Disponível em: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/issue/view/475>. Acesso em: 24 mar. 2022.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Revista RA'E GA** (2011), v. 21, p. 51-77. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/21231/13995>. Acesso em: 25 mar. 2022.

GONÇALVES, Wagner Augusto. **O marco jurídico da Autogestão e Economia Solidária. Relatório final do Convênio TEM/IPEA/ANPEC – 01/2003**. Brasília, 2005. Disponível em: [https://base.socioeco.org/docs/pub\\_marco\\_autogestao.pdf](https://base.socioeco.org/docs/pub_marco_autogestao.pdf). Acesso em: 27 jan. 2021.

GOULART, Jefferson Oliveira e MARIN, Thais Rodrigues. Políticas públicas de Economia Solidária e a SENAES: um balanço preliminar (2003-2006). **Revista Outra Economia**, vol. 5, n. 8, 48-58, enero-junio 2011. Disponível em: <http://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/2611329>. Acesso em 11 mar. 2021.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista de Geografia Agrária**, v.5, n.10, p. 123-147, ago. 2010. Disponível em: <https://www2.feis.unesp.br/home/departamentos/fitotecniatecniologiadealimentosesocioeconomia716/antoniolazarosantana/texto-3.1.-a-adocao-da-perspectiva-territorial-nas-politicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil/Pará/Santarém. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>. Acesso em: 27 nov. 2021.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil. Palestra proferida na Unicamp em 20/03/2002. **Curso de formação de formadores para gestão em desenvolvimento sustentável e solidário**. Disponível em: [https://base.socioeco.org/docs/raizes\\_histor.pdf](https://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf). Acesso em 20 jan. 2021.

LIMA, Jamille da Silva. Desenvolvimento territorial e economia solidária: das concepções e práticas entre o Estado brasileiro e os coletivos organizados no Território do Sisal-BA. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 131, abril de 2012, p. 172-180. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14762/9001>. Acesso em: 02 set. 2020.

LIMA, Kaizzer Ronno Leite. Economia Solidária e Territorialidade: Uma correlação dos conceitos na perspectiva do desenvolvimento local. **Anais – Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido (2018)**. Disponível em: [https://editora.realize.com.br/revistas/conadis/trabalhos/TRABALHO\\_EV116\\_MD4\\_SA15\\_ID978\\_29102018015526.pdf](https://editora.realize.com.br/revistas/conadis/trabalhos/TRABALHO_EV116_MD4_SA15_ID978_29102018015526.pdf). Acesso em 10 abr. 2020.

MACEDO, Fernando César de. CANO, Wilson. 10 Anos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR: avanços e entraves. **Anais – XVII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR**, São Paulo, de 22 a 26.05.2017. Disponível em: [www.anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page\\_id=1183](http://www.anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page_id=1183). Acesso em: 25 jan. 2022.

MACIEL, Alanne Barbosa. **O marco legal da economia solidária no Estado do Pará: Uma análise da Lei Estadual 7.309/2009**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.

MACIEL, Alanne Barbosa; CANCELA, Ana Giselle Ribeiro; MENDES, Ana Maria Pires; ESPINOLA, Bárbara Santos Macêdo; GONÇALVES, Lissany Braga. Economia Solidária: uma análise da formação de cooperativas com beneficiários do Programa Bolsa Trabalho no município de Marabá – PA. **Anais – IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luis/MA, 25 a 28 de agosto 2009. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/mesas/economia-solidaria%81ria\\_ok.pdf#:~:text=ECONOMIA%20SOLIDÁRIA%3A%20uma%20análise%20da%20formação%20de%20cooperativas.Bolsa%20Trabalho%20no%20Município%20de%20Marabá%20-%20PA.](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/mesas/economia-solidaria%81ria_ok.pdf#:~:text=ECONOMIA%20SOLIDÁRIA%3A%20uma%20análise%20da%20formação%20de%20cooperativas.Bolsa%20Trabalho%20no%20Município%20de%20Marabá%20-%20PA.) Acesso em: 04 ago. 2021.

MAIA, Raiam Maia e. Relatório final de bolsa (setembro 2014). **Projeto URBIS Amazônia**. Disponível em: [http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/lib/exe/fetch.php?media=urbis:urbisamazonia:bolsista\\_s:raiammaia\\_relatorio\\_urbis.pdf](http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/lib/exe/fetch.php?media=urbis:urbisamazonia:bolsista_s:raiammaia_relatorio_urbis.pdf). Acesso em: 14 jan. 2021.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas** / Gilberto de Andrade Martins, Carlos Renato Théophilo (organizadores). – 2. ed. – São Paulo: Atlas: 2009.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. **Revista Estudos Avançados**, v. 29, nº 85, São Paulo: 2015, p. 69-85. Disponível em: [www.revistas.usp.br/eav/article/view/108923](http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/108923). Acesso em: 28 jan. 2022.



MATTEO, Miguel; VASCONCELOS, Ronaldo; MATTEO, Katia de; FREIRE, Neison. O Brasil em perspectiva territorial: regionalizações como uma estratégia do desenvolvimento emergente. **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Rogério Boueri e Marco Aurélio Costa (orgs.) – Brasília: Ipea, 2013, p. 49-87.

MENDES, Auro Aparecido e ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. Economia solidária, práticas espaciais e territórios dissidentes em Rio Claro (SP) – Brasil. **Anais – I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária**. São Paulo, de 17 a 19 de junho 2015. Disponível em: [http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt5/sessao4/mendes\\_auro\\_ortigoza\\_silvia.pdf](http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt5/sessao4/mendes_auro_ortigoza_silvia.pdf). Acesso em: 14 jan. 2021.

MIRANDA, Núbia Cristina Assunção. **Economia Solidária no Estado do Pará: atores, tramas e desafios**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Belém, 2009. Disponível em: [http://ppgss.ufpa.br/arquivos/dissertacoes/2007/nubia\\_cristina\\_assuncao\\_miranda.pdf](http://ppgss.ufpa.br/arquivos/dissertacoes/2007/nubia_cristina_assuncao_miranda.pdf). Acesso em: 03 abr. 2020.

MONTEIRO, Péricles Cerqueira. **A economia solidária como uma política pública: desafios de uma construção – reflexos a partir da experiência baiana**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7733/1/55555.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MONTEIRO NETO, Aristides. COSTA, Marco Aurélio. RESENDE, Guilherme Mendes. MENDES, Constantino Cronemberger e GALINDO, Ernerto Pereira. Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre as políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento. **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro e Carlos Antonio Brandão (org.). Rio de Janeiro: Ipea, 2017, p. 37-64.

NAGEM, Fernanda Abreu. **Os caminhos do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, 2011. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/4158/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

NAGEM, Fernanda Abreu e SILVA, Sandro Pereira. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, nº 46, 159-175, jun. 2013. Disponível: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/34464/21374>. Acesso: em 11 mar. 2020

NASCIMENTO, Claudio. **Ensaio sobre autogestão e educação popular**. Vol. II. 1ª Edição. Editora Lutas Anticapital, Marília/SP: setembro, 2020.

NASCIMENTO, Claudio. Economia Solidária no Brasil. **Teorias**. 2014. Disponível em: [https://claudioautogestao.com.br/?page\\_id=19](https://claudioautogestao.com.br/?page_id=19). Acesso em: 12 ago. 2021.

NASCIMENTO, Claudio. Experiências Históricas no Brasil. **Experiências Históricas**. [2014?]. Disponível em: [https://claudioautogestao.com.br/?page\\_id=19](https://claudioautogestao.com.br/?page_id=19). Acesso em: 12 ago. 2021.

OLIVEIRA, Fernanda Antunes de. Entendendo a economia solidária seus limites e possibilidades a partir de uma leitura marxista. **Anais – Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. Porto Alegre/RS, de 19 a 21 de outubro de 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/254>. Acesso em: 30 jun. 2020.

OLIVEIRA, Máisa Areco de. **Economia solidária X lutas de classes**: a superação do capitalismo segundo Paul Singer. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1447>. Acesso em: 30 mai. 2020.

ORTEGA, Antonio César. **Territórios Deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural / Antonio César Ortega. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

ORTEGA, Antonio César e MENDONÇA, Nilton César. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas. In: Antonio César Ortega e Niemeyer Filho (org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária** / Campinas, SP: Editoria Alínea, 2007.

ORTIGOZA, Sílvia. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re) inserção do território como base do desenvolvimento. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, nº 6 (2014). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 241-257. Disponível em: <https://www.cegot.org/ojs/index.php/GOT/issue/view/2014.6/showToc>. Acesso em: 18 ago. 2020.

PARÁ. Governo do Estado. Lei nº 7.309, de 6 de outubro de 2009. Institui a Política de Fomento à Economia Popular e Solidária do Estado do Pará e dá outras providências. **Diário oficial do Estado do Pará**, Belém/Pa, 08 de outubro de 2009, p. 5.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Plano Plurianual 2016-2019 do Governo do Estado do Pará** / Secretaria de Estado de Planejamento. – Belém: Seplan. Diretoria de Planejamento, 2015. 3v.:il. Belém: Seplan, 2015.

PEREIRA, José de Lima; MARQUES JR, Valdir Matias Azevedo. **Perspectiva da economia de Santarém, no Estado do Pará, para os próximos 10 anos**. [2014?]. Disponível em: [https://www.coreconpara.org/\\_files/ugd/6c7108\\_4d82af1a7f7c47f2aa42eee21226f8d8.pdf](https://www.coreconpara.org/_files/ugd/6c7108_4d82af1a7f7c47f2aa42eee21226f8d8.pdf). Acesso em: 13 set. 2020.

PEREIRA, Clara Marinho; SILVA, Sandro Pereira. A nova lei de cooperativas de trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações. **Mercado de Trabalho / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**. Brasília, novembro de 2012.

PINHEIRO, Daniel Calbino. O Estado da Arte da produção científica em Economia Solidária. **Revista Administração e Gestão Social**, 8 (2), abr-jun. 2016, 95-103. Disponível em: [www.periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4759](http://www.periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4759). Acesso em: 06 ago. 2020.

PRAXEDES, Sandra Faé. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. **Mercado do Trabalho / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, nº 39, p. 57-62. Brasília, maio de 2009.

POCHMANN, Marcio. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Mercado de Trabalho / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**. Brasília, agosto de 2004.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. **História das políticas regionais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020.

QUEIROZ, Marcos Antonio. Pensando Sobre Políticas De Ordenamento Territorial: A Economia Solidária Na Região Central Do Paraná. **Anais – II Simpósio Nacional de Estudos Urbanos (2013)**. Disponível em: [http://www.fecilcam.br/anais/ii\\_seurb/documentos/o-urbano-em-suas-difentes-escalas/queiroz-marcos-antonio.pdf](http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/o-urbano-em-suas-difentes-escalas/queiroz-marcos-antonio.pdf). Acesso em 10 jan. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? Tradução de Manuel Del Pino. In: Boaventura de Sousa Santos (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista /** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RODRIGUES, Marilda Muniz; MARQUES, Maria Estefania Farias; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido; DIAS, Nelson Wellausen. A economia de Santarém e o encadeamento do processo de urbanização. **Anais eletrônico - IX Encontro Latino Americano de Pós-graduação**. Universidade do Vale do Paraíba, 2009. Evento online. Disponível em: [www.inicepg.univap.br/cd/NIC\\_2009/anais/arquivos/home](http://www.inicepg.univap.br/cd/NIC_2009/anais/arquivos/home). Acesso 07 jun. 2021.

SABATINI RIBEIRO, Lucas Fernando. **Economia solidária como política pública: uma avaliação do 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Sociais). – Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Humanas. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/61745/ECONOMIA%20SOLIDÁRIA%20COMO%20POLÍTICA%20PÚBLICA%20-%20TCC%20Lucas%20Sabatini.pdf?sequence=5>. Acesso em: 05 dez. 2021.

SAMPAIO, Daniel Pereira. Economia Brasileira no início do século XXI: desaceleração, crise e desindustrialização (2000-2017). **Revista Semestre Económico**, v. 22, n. 50. Enero-marzo 2019, p. 107-128. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/economico/article/view/2948>. Acesso 22 jan. 2022.

SANCHES, Fábio José Bechara. Autogestão, economia solidária e “invenções” democráticas na América Latina. In: organizadores: André Ricardo de Souza, Maria Zanin. **A economia solidária e os desafios globais do trabalho**. – São Carlos: EdUFSCar, 2017.

SANTARÉM, Prefeitura Municipal. **Escola da Economia Solidária – Econsol**. Disponível em: <http://www2.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=104&facd=88&....> Acesso em: 02 jun. 2021.

SANTARÉM, Prefeitura Municipal. **Histórico econômico**. Disponível em: <http://www2.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=190&fa=60&PHPSES>. Acesso 18 ago.2021.

SANTARÉM, Prefeitura Municipal. **Lei nº 17.918, de 31 de outubro de 2005**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2006/2009.

SANTARÉM, Prefeitura Municipal. **Lei nº 18.322, de 20 de outubro de 2009**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2010/2013 e dá outras providências.

SANTARÉM, Prefeitura Municipal. **Lei nº 19.411, de 16 de dezembro de 2013**. Estabelece o Plano Plurianual do município de Santarém, Estado do Pará, para o período de 2014 a 2017.

SANTARÉM, Prefeitura Municipal. **Lei nº 20.308, de 19 de dezembro de 2017**. Estabelece o Plano Plurianual do município de Santarém, Estado do Pará, para o período de 2018 a 2021.

SANTARÉM, Prefeitura Municipal. **Lei nº 20.534, de 17 de dezembro de 2018**. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Santarém.

SANTOS, Boavenutra de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção (Tradução de Vítor Ferreira). In: Boaventura de Sousa Santos (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SARRIA ICAZA, Ana Mercedes. **Módulo economia solidária ontem, hoje e sempre**. Youtube, 9 de fev. 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=j1O49KmKl\\_0](https://www.youtube.com/watch?v=j1O49KmKl_0). Acesso em: 30 out. 2021.

SENA, João. **O Muiraquitã de Ouro**. Cristovam Sena (org.). – Santarém: ICBS – Instituto Cultural Boanerges Sena, 2017.

SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. **Atlas Digital da Economia Solidária – Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (2013)**. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em 15 mar. 2020.

SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. **Sistema Nacional de Informações em economia solidária**. 2013. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/sies>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SILVA, José Alderir da. A desindustrialização na região Sudeste. **Revista Acta Scientiarum-Human and Social Sciences**, v. 39, n.3. Maringá: sept/dec. 2017, p. 305-315. Disponível: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/issue/view/1429>. Acesso em: 04 dez. 2021.

SILVA, José Luís da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. A economia solidária como base do desenvolvimento local. **E-cadernos CES**, 02, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1451>. Acesso 05 out. 2020.

SILVA, Juvêncio Borges; RICHTER, Mariana Leiu. O papel dos movimentos sociais em prol da economia solidária: possibilitadores de cidadania e inclusão social. **Revista Universitas Jus**, v. 24, nº 3, p. 77-92, 2013. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/download/2464/2109>. Acesso em 25 out. 2021.

SILVA, Regilane Fernandes da; CARVALHO FILHO, Manoel Vital de. Território e economia solidária: relações relevantes para a construção do desenvolvimento sustentável.

**Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise, nº 64 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ano 24, abril de 2018. – Brasília: Ipea.

SILVA, Regilane Fernandes da; SILVA, Sandro Pereira. Em busca de um marco legal para a economia solidária no Brasil: análise da trajetória do PL nº 4.685/2012. **Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise, nº 58 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ano 21, abril de 2015. – Brasília: Ipea.

SILVA, Sandro Pereira da. Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em políticas públicas. **Brasil em Desenvolvimento:** estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; editores: Rogério Boueri, Marcos Aurélio Costa – Brasília: Ipea, 2013.

SILVA, Sandro Pereira da. Análise da trajetória institucional de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. **Revista do Serviço Público.** Brasília-DF, 67(3), jul/set 2016, p. 351-376. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/673>.

SILVA, Sandro Pereira da. A economia solidária no PPA 2012-2015. **Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, outubro de 2017.

SILVA, Sandro Pereira da. O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil. **Texto para Discussão** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, janeiro de 2018.

SILVA, Sandro Pereira da. Crise de paradigma? A política nacional de economia solidária no PPA 2016-2019. **Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise, nº 64 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ano 24, abril de 2018. – Brasília: Ipea.

SILVA, Sandro Pereira da. A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma. **Texto para Discussão** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, novembro de 2018.

SILVA, Simone Affonso da. **O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988:** instituições, políticas e atores. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/7085>. Acesso em: 17 jan. 2022.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: Paul Singer e André Ricardo de Souza (org.). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. – São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SINGER, Paul. A economia solidária no governo federal. **Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise, nº 24 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Agosto de 2004. Brasília: Ipea.

SINGER, Paul. Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, nº 56 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ano 20, fevereiro de 2014. – Brasília: Ipea.

SOUZA, André Ricardo de; AUGUSTO JÚNIOR, Fausto. A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. **Revista P2P e Inovação**, [S. I], v. 7, n. 1, p. 8-25, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5405>. Acesso em: 13 mai. 2022.

SOUZA, André Ricardo de Souza. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: Paul Singer e André Ricardo de Souza (org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. – São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, André Ricardo de Souza. Economia Solidária em perspectiva teórica e política. In: André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcante, Regina Yoneco Dakuzaku (orgs.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. – São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Armando Lirio de. Política Pública de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, agosto de 2012.

TYGEL, Daniel. O que é economia solidária. **Cirandas**, 2011. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acesso em: 01 ago. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

UFOPA. **Guia para elaboração e apresentação da produção acadêmica da Ufopa** / organizado por Creuza Andréa Trindade dos Santos e Mayco Ferreira Chaves – 2. ed., rev. E atual. Santarém: UFOPA, 2019.

VALENTE, Tatiana Amélia. **Economia Solidária como política pública**: Um esboço da questão. Monografia (bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Paraná (2007). Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/files/2012/06/VALENTETatiana.pdf>. Acesso em 30 set. 2020.

**APÊNDICE A - RANKING DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ EM  
NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS NO ANO DE 2013**

#	Município	Nº EES
1º	Belém	164
2º	Castanhal	77
3º	Santarém	58
4º	Baião	56
5º	Cametá	47
6º	Oeiras do Pará	42
7º	Ananindeua	38
8º	Acará	35
9º	Xinguara	35
10º	Curuçá	34
11º	Igarapé-miri	34
12º	Igarapé-açu	31
13º	Ipixuna do Pará	31
14º	Mãe do Rio	30
15º	Cachoeira do Piriá	28
16º	Abaetetuba (PA)	27
17º	Capitão Poço	25
18º	Marituba	24
19º	Pacajá	24
20º	São Francisco do Pará	23
21º	Ulianópolis	23
22º	Bragança	21
23º	Santa Isabel do Pará	19
24º	São Miguel do Guamá	19
25º	Marapanim	17
26º	Bujaru	16
27º	Concórdia do Pará	16
28º	Barcarena	15
29º	Irituia	14
30º	Altamira	13
31º	Brasil Novo	13
32º	Rurópolis	13
33º	Uruará	13
34º	Mocajuba	12
35º	Almeirim	11
36º	Aurora do Pará	11
37º	Jacundá	11
38º	Moju	11

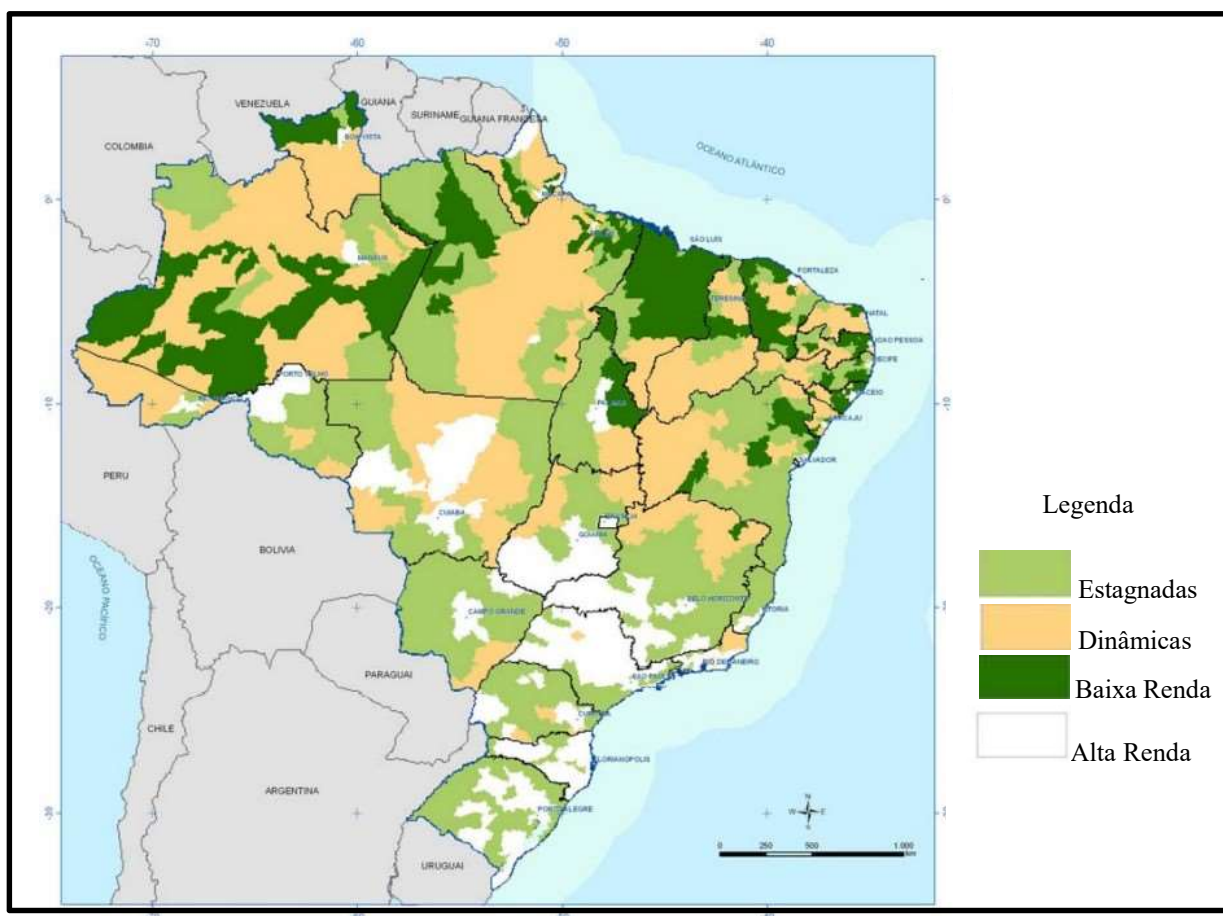
39°	Vigia	11
40°	Capanema	10
41°	Inhangapi	10
42°	Maracanã	10
43°	Santa Luzia do Pará	10
44°	São Domingos do Capim	10
45°	Tucuruí	10
46°	Marabá	9
47°	Paragominas	9
48°	Salinópolis	9
49°	São João de Pirabas	9
50°	Ourém	8
51°	Tracuateua	8
52°	Belterra	7
53°	Canaã Dos Carajás	6
54°	Benevides	5
55°	Medicilândia	5
56°	Monte Alegre	5
57°	Parauapebas	5
58°	Soure	5
59°	Tomé-açu	5
60°	Curionópolis	4
61°	Garrafão do Norte	4
62°	Vitória do Xingu	4
63°	Augusto Corrêa	3
64°	Nova Ipixuna	3
65°	Óbidos	3
66°	Santa Maria do Pará	3
67°	São Caetano de Odivelas	3
68°	Terra Alta	3
69°	Afuá	2
70°	Anapu	2
71°	Itaituba	2
72°	Nova Timboteua	2
73°	Ponta de Pedras	2
74°	Portel	2
75°	Primavera	2
76°	Salvaterra	2
77°	Santa Bárbara do Pará	2
78°	Aveiro	1
79°	Breu Branco	1
80°	Currãozinho	1
81°	Dom Eliseu	1
82°	Eldorado Dos Carajás	1
83°	Floresta do Araguaia	1
84°	Goianésia do Pará	1



85°	Gurupá	1
86°	Juruti	1
87°	Muaná	1
88°	Prainha	1
89°	Santarém Novo	1
90°	São João do Araguaia	1

Fonte: Atlas Digital de Economia Solidária (SIES, 2013).

Organização: COSTA, L. C. P. da, 2021.

**ANEXO A – MAPA DAS TIPOLOGIAS SUB-REGIONAIS DA PNDR**

Fonte: Ministério da Integração, 2016.  
Adaptado: Costa, L.C.P (2021).

**ANEXO B – QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS EMPREENDIMENTOS  
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)**



**Formulário**

**EMPREENDIMENTO ECONÔMICO  
SOLIDÁRIO (EES)**

— SIES 2009 / 2010 —

Secretaria Nacional de Economia Solidária  
Departamento de Estudos e Divulgação – DED

Esplanada dos Ministérios - Bloco F – sala 347 – CEP: 70.059-900 – Brasília – DF Tel.: (61) 3317 6308 – Fax: (61) 3317-8293  
// E-mail: [sies.senaes@mte.gov.br](mailto:sies.senaes@mte.gov.br)

**SITUAÇÃO DO EES NO SIES:**

- Novo (primeiro cadastro no SIES)
- Novo (originário de EES já cadastrado no SIES) ..... n° ID 2005/2007
- Revisitado ..... n° ID 2005/2007
- Questionário aplicado Não
- localizado Deixou de
- existir
- Deixou de atender aos critérios do SIES

**CONTROLE DO FORMULÁRIO:**

Nome do (a) entrevistador (a):	Data da entrevista: _____ / _____ / _____
Nome do (a) supervisor (a):	Data da entrevista: _____ / _____ / _____
Crítica ou observação do (a) supervisor (a):	

**COMENTÁRIOS DO (A) ENTREVISTADOR (A):**


**(CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADE ECONÔMICA SOLIDÁRIA – CNAE-ECOSOL)**

Código	Nomenclatura
1)	1)
2)	2)
3)	3)

**Obs.:** Quadro a ser preenchido posteriormente pela Coordenação Técnica Estadual.

**Realização:**

Secretaria Nacional de Economia Solidária      Ministério do Trabalho e Emprego



**Parceria:**



**Apoio:**



## QUESTIONÁRIO

### **Seção I – IDENTIFICAÇÃO E ABRANGÊNCIA:**

1. Nome do empreendimento: _____ _____
2. Nome fantasia / Sigla: _____
3. Endereço: _____ Nº: _____
4. Bairro: _____ CEP: _____
5. Município: _____ UF: _____
6. Telefone: _____ Fax: _____
7. E-mail: _____
8. Pessoa para contato: _____
9. Referência para localização: _____
10. Página na Internet: <a href="http://www.">http://www.</a> _____

**Obs.: Para EES com endereço de correspondência diferente do endereço do empreendimento**

3.1 Endereço para correspondência: _____ Nº: _____
4.1 Bairro: _____ CEP: _____
5.1 Município: _____ UF: _____

11. CNPJ: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_
12. Qual o ano do início do empreendimento? \_\_\_\_\_.
13. Situação atual do empreendimento: (resposta única)
1. Em funcionamento / operando
  2. Em implantação
  3. Em reestruturação
14. Qual a área de atuação do empreendimento? (resposta múltipla)
1. Rural
  2. Urbana
15. O empreendimento tem acesso a computador?
1. Sim
  2. Não
16. O empreendimento tem acesso à internet?
1. Sim
  2. Não

---

**Secção II – CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES DOS (AS) SÓCIOS (AS):**

17. Qual o número de participantes sócios (as)? **(preencha a alternativa mais conveniente)**
1. Pessoas físicas associadas
    - Mulheres (quantas): \_\_\_\_\_
    - Homens (quantos): \_\_\_\_\_
    - Total (quantos): \_\_\_\_\_
  2. Pessoas jurídicas associadas ou empreendimentos articulados em rede Total (quantas): \_\_\_\_\_
18. Qual a cor ou raça predominante dos (as) sócios (as)? **(resposta única)**
1. Branca
  2. Preta
  3. Amarela
  4. Parda
  5. Indígena
  6. Ignorado
  7. Não se aplica ou não há predominância
19. Os sócios do empreendimento pertencem a algum povo ou comunidade tradicional?
1. Sim.
  2. Não **▶ (passe para a questão 21)**
20. A qual povo ou comunidade tradicional? **(resposta única)**
1. Povos indígenas
  2. População negra
  3. Comunidades quilombolas
  4. Comunidades de terreiro
  5. Extrativistas
  6. Ribeirinhos
  7. Pescadores artesanais
  8. Caboclos
  9. Outros povos e comunidades tradicionais
21. Podemos dizer que no empreendimento os (as) sócios (as) pertencem ou já pertenceram a qual das seguintes categorias sociais? **(resposta única)**
1. Agricultores familiares
  2. Artesãos
  3. Artistas
  4. Assentados da reforma agrária
  5. Catadores de material reciclável
  6. Garimpeiros ou mineiros
  7. Técnicos, profissionais de nível superior
  8. Outros trabalhadores autônomos / por conta própria
  9. Desempregados (desocupados)
  10. Não se aplica ou não há predominância

22. Dos perfis abaixo qual deles pode ser atribuído de maneira predominante aos (às) sócios(as) do empreendimento? **(resposta única)**

1. Pessoas com deficiência física ou mental
2. Pessoas com transtornos mentais inclusive quando decorrentes do uso de álcool ou de outras drogas
3. Presidiários ou egressos do sistema prisional
4. Aposentados (as) ou pensionistas
5. Nenhum deles

23. Entre os sócios há predominância de pessoas beneficiárias de programas de transferência de renda ou benefícios da assistência social?

1. Sim. Qual? \_\_\_\_\_
2. Não

24. Qual o perfil etário predominante pode ser atribuído aos (às) sócios (as)? (resposta única)

1. Jovens
2. Adultos
3. Idosos
4. Não se aplica ou não há predominância

### **Seção III – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EMPREENDIMENTO:**

25. Forma de organização: **(resposta única)**

1. Grupo informal
2. Associação
3. Cooperativa
4. Sociedade mercantil

26. O empreendimento participa de alguma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito?

1. Sim
2. Não ▶ (passe para a questão 28)

27. Se a resposta for SIM especifique de que tipo de rede produção, comercialização, consumo ou crédito o empreendimento participa: **(resposta múltipla)**

1. Rede de produção. Qual? \_\_\_\_\_
2. Rede de comercialização. Qual? \_\_\_\_\_
3. Central de comercialização. Qual? \_\_\_\_\_
4. Cadeia produtiva solidária. Qual? \_\_\_\_\_
5. Complexo cooperativo. Qual? \_\_\_\_\_
6. Cooperativa central. Qual? \_\_\_\_\_
7. Rede de Consumo. Qual? \_\_\_\_\_
8. Rede de crédito ou finanças solidárias. Qual? \_\_\_\_\_
9. Rede ou organização de comércio justo e solidário. Qual? \_\_\_\_\_

28. Indique quais atividades econômicas são realizadas de forma coletiva pelos (as) sócios (as) do empreendimento: (resposta múltipla)

1. Produção
2. Comercialização ou organização da comercialização – venda
3. Prestação do serviço ou trabalho a terceiros
4. Troca de produtos ou serviços
5. Poupança, crédito ou finanças solidárias
6. Consumo
7. Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas casas, fundo de pasto, etc.)
8. Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos
9. Obtenção de clientes ou serviços para os (as) sócios (as)
10. Outra. Qual?

29. Dentre as atividades econômicas realizadas pelo empreendimento indique qual a principal?  
(resposta única)

1. Troca de produtos ou serviços (ir para a questão n° 30)
2. Produção ou produção e comercialização (ir para a questão n° 35)
3. Comercialização ou organização da comercialização (ir para a questão n° 56)
4. Prestação do serviço ou trabalho a terceiros (ir para questão n° 75)
5. Poupança, crédito ou finanças solidárias (ir para a questão n° 94)
6. Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios (ir para questão n° 111)

**Seção IV - TIPIIFICAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA E SITUAÇÃO DO TRABALHO DOS (AS) SÓCIOS (AS):**

**Atenção!**

*As questões de números 30 a 34 serão aplicadas somente aos EES cuja atividade principal é a troca de produtos e serviços e que assinalaram a alternativa "1" na Questão 29.*

30. O empreendimento se caracteriza como um Clube de Trocas
  1. Sim
  2. Não
31. O Clube de Trocas utiliza moeda social?
  1. Sim
  2. Não
32. A moeda social utilizada possui lastro?
  1. Sim
  2. Não
33. Os (as) sócios (as) pagam alguma taxa ou contribuição para o empreendimento?
  1. Sim
  2. Não
34. Qual a forma de contribuição dos participantes para o empreendimento? (resposta múltipla)
  1. Pagamento de taxa fixa
  2. Pagamento sobre um percentual das trocas feitas
  3. Contribuição espontânea
  4. O valor das trocas vai para um caixa comum e depois redistribuído

► (passe para a questão 122)



**Atenção!**

*As questões de números 35 a 55 serão aplicadas somente a EES cuja atividade principal é de produção ou de produção/comercialização e que assinalaram a alternativa "2" na Questão 29.*

35. Quantos tipos (itens) de produtos são produzidos coletivamente pelo empreendimento?

1. \_\_\_\_\_ produtos

36. Destes, quais são os cinco principais? E qual a quantidade da produção mensal? (referência do mês imediatamente anterior à aplicação deste questionário ou, no caso de atividade sazonal, considerar a produção mensal obtida no período de safra/produção imediatamente anterior)

Produtos	Unidade	Quantidade produzida mensalmente
1)		
2)		
3)		
4)		
5)		

37. Qual foi o faturamento mensal do empreendimento? (**valor médio mensal**)

R\$ \_\_\_\_\_ reais

38. Cite os cinco principais insumos/matérias-primas utilizados pelo empreendimento, especificando a quantidade mensal: (**citar até cinco**)

Insumo ou matéria prima	Unidade	Quantidade consumida mensalmente
1)		
2)		
3)		
4)		
5)		

39. Quanto o empreendimento gasta mensalmente com insumos/matérias-primas? (**valor médio mensal**)

R\$ \_\_\_\_\_ reais

40. Qual a origem da matéria-prima ou do insumo? (**resposta múltipla**)

1. Empreendimentos de Economia Solidária
2. Empresa privada
3. Próprios associados (as)
4. Produtores (as) não-sócios (as)
5. Instituições filantrópicas ou instituições não-mercantis
6. Órgãos públicos

41. Os equipamentos do empreendimento são: (**resposta múltipla**)

1. Próprios
2. Arrendados ou alugados
3. Cedidos ou emprestados
4. Não se aplica

42. Qual é o destino dos produtos? (**resposta múltipla**)

1. Venda
2. Troca
3. Autoconsumo
4. Não se aplica (obs.: para EES em implantação)

**Obs.:** Caso o empreendimento não realize venda (item 1) ► **passe para a questão 48.**

43. Para quem é feita a comercialização de produtos do empreendimento? (**resposta múltipla**)

1. Venda direta ao consumidor final
2. Venda a revendedores/atacadistas
3. Venda a órgão governamental
4. Venda para empresa(s) privada(s) de produção.
5. Venda a outros empreendimentos de Economia Solidária
6. Troca com outros empreendimentos solidários
7. Outra. Qual? \_\_\_\_\_



44. A venda e/ou troca de produtos realiza-se principalmente no: **(resposta múltipla)**

1. Mercado/comércio local ou comunitário
2. Mercado/comércio municipal
3. Mercado/comércio territorial ou microrregional
4. Mercado/comércio estadual
5. Mercado/comércio nacional
6. Mercado/comércio externo (exportação)

45. Quais os principais espaços de comercialização? (resposta múltipla)

1. Lojas ou espaços próprios
2. Espaços de venda coletivos (centrais de comercialização, CEASA)
3. Feiras livres
4. Feiras e exposições eventuais/especiais
5. Feiras de Economia Solidária e/ou agroecologia
6. Entrega direta a clientes
7. Outro. Qual? \_\_\_\_\_

46. O empreendimento tem encontrado alguma dificuldade na comercialização de produtos e/ou serviços? (considerar tanto os empreendimentos que já estão comercializando quanto os que tentam ou pretendem comercializar seus produtos)

1. Sim
2. Não **▶ (passe para a questão 48)**

47. Quais as principais dificuldades na comercialização dos produtos? (resposta múltipla)

1. O empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes
2. Não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização
3. Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação etc.)
4. O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar
5. Os preços praticados são inadequados
6. Os clientes exigem um prazo para o pagamento
7. Os compradores só compram em grande quantidade
8. Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento
9. Falta de capital de giro
10. Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.)
11. Falta de registro sanitário ou alvará
12. A concorrência, os atravessadores, existência de monopólios
13. Dificuldade ou custo elevado de transporte
14. Precariedade das estradas para escoamento da produção
15. Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.) inadequada
16. Os produtos não são conhecidos
17. Outra dificuldade: \_\_\_\_\_

---

### SITUAÇÃO DE TRABALHO DOS (AS) SÓCIOS (AS) NO EMPREENDIMENTO

48. Quantos (as) sócios (as) que atualmente trabalham no empreendimento?

1. Mulheres (quantas) \_\_\_\_\_
2. Homens (quantos) \_\_\_\_\_
3. Total (quantos) \_\_\_\_\_

49. O empreendimento está conseguindo remunerar os (as) sócios (as) que trabalham?

1. Sim
2. Não **▶ (passe para a questão 51)**

50. Qual o valor médio da remuneração/retirada mensal? (**valor médio mensal**)

R\$ \_\_\_\_\_

51. De maneira preponderante, a renda obtida pelos (as) sócios (as) no empreendimento é: (**resposta única**)

1. A fonte principal da renda dos sócios
2. Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades econômicas
3. Complementação de recursos recebidos por doações ou programas governamentais
4. Complementação de rendimentos de aposentadorias ou pensões
5. Outro tipo. Qual?

52. Como é feita a remuneração ou retirada dos (as) sócios (as)? (**resposta múltipla**)

1. Remuneração/retirada igual para todos (as)
2. Remuneração/retirada por horas trabalhadas
3. Remuneração/retirada por função
4. Remuneração/retirada por produção

53. Qual o valor da menor retirada/remuneração dos (as) sócios (as) do empreendimento?

R\$ \_\_\_\_\_ (**Obs.:** informar a menor unidade - produto ou hora trabalhada)

54. Qual o valor da maior retirada/remuneração dos (as) sócios (as) do empreendimento?

R\$ \_\_\_\_\_ (**Obs.:** informar a menor unidade - produto ou hora trabalhada)

55. Quais são os benefícios, as garantias e os direitos dos(as) sócios(as) que trabalham no empreendimento? (**resposta múltipla**)

1. Descanso remunerado (incluindo férias)
2. Licença-maternidade
3. Creche ou auxílio-creche
4. Qualificação social e profissional
5. Equipamentos de segurança
6. Comissão de prevenção de acidentes no trabalho
7. Previdência Social
8. Plano de saúde e/ou odontológico
9. Auxílio-educação
10. Auxílio-transporte
11. Seguro de vida e/ou seguro contra acidentes
12. Nenhum destes

► (Passe para a questão 122)



### Atenção!

**As questões de números 56 a 74 serão aplicadas somente a EES cuja atividade principal é a comercialização ou organização da comercialização e que assinalaram a alternativa "3" na Questão 29.**

56. Quais as principais formas de organização da comercialização utilizadas pelo empreendimento? (**resposta múltipla**)

1.  Lojas ou espaços fixos de venda
2.  Feiras
3.  Central (is) de comercialização
4.  Comércio eletrônico

57. Qual a quantidade de produtos (itens) comercializados pelo empreendimento?

1. \_\_\_\_\_ produtos

58. Destes, cite os cinco principais produtos especificando o volume mensal: (referência do mês imediatamente anterior à aplicação deste questionário ou, no caso de atividade sazonal, considerar a o volume mensal obtido no período imediatamente anterior)

Produtos	Unidade	Quantidade comercializada
1)		
2)		
3)		
4)		
5)		

59. Qual o faturamento (volume de vendas) mensal obtido pelo empreendimento? (**valor médio mensal**)

R\$ \_\_\_\_\_

60. Qual a origem dos produtos comercializados? (**resposta múltipla**)

1. Empreendimentos de Economia Solidária
2. Empresa privada
3. Próprios associados (as)
4. Produtores (as) não-sócios (as)
5. Instituições filantrópicas ou instituições não-mercantis
6. Órgãos públicos

61. Como são feitos os pagamentos dos produtos comercializados? (**resposta múltipla**)

1. Na aquisição (à vista)
2. A prazo
3. Em consignação
4. Pagamento antecipado
5. Não há pagamento - cada associado vende seu próprio produto. ► (**passe para a questão 63**)

62. Quanto o empreendimento gasta mensalmente com a aquisição dos produtos? (**valor médio mensal**)

R\$ \_\_\_\_\_

63. Os (as) sócios (as) pagam alguma taxa ou contribuição para o empreendimento?

1. Sim
2. Não ► (**passe para a questão 65**)

64. Qual a forma de contribuição utilizada? (**resposta múltipla**)

1. Taxa fixa
2. Um percentual sobre a venda
3. Contribuição espontânea
4. O valor das vendas vai para um caixa comum e depois redistribuído

65. De maneira preponderante, a renda obtida pelos (as) sócios (as) com a comercialização é: (**resposta única**)

1. A fonte principal da renda individual ou familiar
2. Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades econômicas
3. Complementação de recursos recebidos por doações ou programas governamentais
4. Complementação de rendimentos de aposentadorias ou pensões
5. Outro tipo. Qual? \_\_\_\_\_

66. Para quem é feita a comercialização de produtos do empreendimento? **(resposta múltipla)**
1. Venda direta ao consumidor final
  2. Venda a revendedores/atacadistas
  3. Venda a órgão governamental
  4. Venda para empresa (s) privada (s) de produção.
  5. Venda a outros empreendimentos de Economia Solidária
  6. Troca com outros empreendimentos solidários
  7. Outra. Qual? \_\_\_\_\_
67. A venda e/ou troca de produtos realiza-se principalmente no: **(resposta múltipla)**
1. Mercado/comércio local ou comunitário
  2. Mercado/comércio municipal
  3. Mercado/comércio territorial ou microrregional
  4. Mercado/comércio estadual
  5. Mercado/comércio nacional
  6. Mercado/comércio externo (exportação)
68. O empreendimento tem encontrado alguma dificuldade para a comercialização?
1. Sim
  2. Não ► **(passe para a questão 70)**
69. Quais as principais dificuldades na comercialização dos produtos? **(resposta múltipla)**
1. O empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes
  2. Não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização
  3. Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação etc.)
  4. O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar
  5. Os preços praticados são inadequados
  6. Os clientes exigem um prazo para o pagamento
  7. Os compradores só compram em grande quantidade
  8. Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento
  9. Falta de capital de giro
  10. Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.)
  11. Falta de registro sanitário ou alvará
  12. A concorrência, os atravessadores, existência de monopólios
  13. Dificuldade ou custo elevado de transporte
  14. Precariedade das estradas para escoamento da produção
  15. Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.) inadequada
  16. Os produtos não são conhecidos
  17. Outra dificuldade: \_\_\_\_\_

## SITUAÇÃO DE TRABALHO DOS(AS) SÓCIOS(AS) NO EMPREENDIMENTO

70. Quem é responsável pelas vendas no empreendimento? **(resposta múltipla)**
1. Cada associado (a) vende seu próprio produto
  2. Há um rodízio de associados (as)
  3. Alguns (mas) sócios (as) são designados para esta função
  4. Outras pessoas não-sócias ► **(passe para a questão 122 apenas se esta for a única resposta)**
71. Quantos (as) sócios (as) realizam as vendas no empreendimento?
1. Mulheres (quantas) \_\_\_\_\_
  2. Homens (quantos) \_\_\_\_\_
  3. Total (quantos) \_\_\_\_\_
72. O empreendimento está conseguindo remunerar os (as) sócios (as) que realizam as vendas?
1. Sim
  2. Não ► **(passe para a questão 74)**

73. Qual o tipo e o valor médio de remuneração dos (as) sócios (as) que trabalham na comercialização?  
(resposta múltipla)

1. Remuneração fixa. Qual o valor médio mensal? \_\_\_\_\_
2. Comissão sobre valor das vendas (comissão). Qual o percentual (%)? \_\_\_\_\_
3. Remuneração por horas trabalhadas. Qual o valor médio por hora? \_\_\_\_\_

74. Quais são os benefícios, as garantias e os direitos dos(as) sócios(as) que trabalham no empreendimento?  
(resposta múltipla)

1. Descanso remunerado (incluindo férias)
2. Licença-maternidade
3. Creche ou auxílio-creche
4. Qualificação social e profissional
5. Equipamentos de segurança
6. Comissão de prevenção de acidentes no trabalho
7. Previdência Social
8. Plano de saúde e/ou odontológico
9. Auxílio-educação
10. Auxílio-transporte
11. Seguro de vida e/ou seguro contra acidentes
12. Nenhum destes

► (Passe para a questão 122)



**Atenção!**

**As questões de números 75 a 93 serão aplicadas somente a EES cuja atividade principal é a prestação de serviços a terceiros e que assinalaram a alternativa "4" na Questão 29.**

75. Quantos tipos de serviço são prestados pelo empreendimento?

1. \_\_\_\_\_ serviços

76. Destes, cite os cinco principais especificando a quantidade de serviços prestados mensalmente: (referência do mês imediatamente anterior à aplicação deste questionário ou, no caso de atividade sazonal, considerar o fornecimento mensal obtida no período imediatamente anterior)

Serviço	Unidade	Quantidade serviços prestados mensalmente
1)		
2)		
3)		
4)		
5)		

77. Qual o faturamento mensal do empreendimento? (valor médio mensal)

R\$ \_\_\_\_\_

78. Cite os cinco principais insumos/matérias-primas adquiridos pelo empreendimento, para prestar os serviços, especificando a quantidade mensal: (citar até 05)

Insumos ou matéria prima	Unidade	Quantidade fornecida mensalmente
1)		
2)		
3)		
4)		
5)		

79. Qual a origem dos insumos utilizados para a prestação de serviços? **(resposta múltipla)**
1. Empreendimentos de Economia Solidária
  2. Empresas privadas
  3. Próprios associados (as)
  4. Produtores (as) não-sócios (as)
  5. Instituições filantrópicas ou instituições não-mercantis
80. Quanto o empreendimento gasta na aquisição de todos os insumos/matérias-primas utilizados? **(valor médio mensal)**
- R\$ \_\_\_\_\_
81. A quem pertencem os instrumentos, ferramentas ou equipamentos utilizados pelo EES? **(resposta múltipla)**
1. Ao empreendimento
  2. Aos (as) associados (as) individualmente
  3. Aos usuários/clientes
  4. A terceiros
82. Como é feita a prestação de serviços pelo empreendimento? **(resposta múltipla)**
1. Individualmente pelos (as) sócios (as)
  2. Em equipes (grupos) de trabalho
  3. Coletivamente por todos (as) os (as) sócios (as)
83. Para quem se destina a prestação de serviços? **(resposta múltipla)**
1. Usuários/clientes individuais ou familiares
  2. Empresas
  3. Empreendimentos de Economia Solidária
  4. Entidades sem fins lucrativos
  5. Órgãos governamentais. Qual? \_\_\_\_\_
84. O empreendimento tem encontrado alguma dificuldade na venda dos serviços? (considerar tanto os empreendimentos que já estão comercializando quanto os que tentam ou pretendem comercializar seus e serviços)
1. Sim
  2. Não ► **(passe para a questão 86)**
85. Quais as principais dificuldades na comercialização dos serviços? **(resposta múltipla)**
1. O empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes
  2. Não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização
  3. Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação etc.)
  4. O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar
  5. Os preços praticados são inadequados
  6. Os clientes exigem um prazo para o pagamento
  7. Os compradores só compram em grande quantidade
  8. Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento
  9. Falta de capital de giro
  10. Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.)
  11. Falta de registro sanitário ou alvará
  12. A concorrência, os atravessadores, existência de monopólios
  13. Dificuldade ou custo elevado de transporte
  14. Precariedade das estradas para escoamento da produção
  15. Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.) inadequada
  16. Os serviços não são conhecidos
  17. Outra dificuldade: \_\_\_\_\_

---

**SITUAÇÃO DE TRABALHO DOS(AS) SÓCIOS(AS) NO EMPREENDIMENTO**

86. Quantos (as) sócios (as) que atualmente trabalham no empreendimento?

1. Mulheres (quantas) \_\_\_\_\_
2. Homens (quantos) \_\_\_\_\_
3. Total (quantos) \_\_\_\_\_

87. O empreendimento está conseguindo remunerar os (as) sócios (as) que trabalham?

1. Sim
2. Não ► **(passe para a questão 93)**

88. Qual o valor médio da retirada mensal? (valor médio mensal)

R\$ \_\_\_\_\_

89. De maneira preponderante, a renda obtida pelos (as) sócios (as) no empreendimento é: (resposta única)

1. A fonte principal da renda dos sócios
2. Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades econômicas
3. Complementação de recursos recebidos por doações ou programas governamentais
4. Complementação de rendimentos de aposentadorias ou pensões
5. Outro tipo. Qual? \_\_\_\_\_

90. Como é feita a remuneração ou retirada dos (as) sócios (as)? (resposta múltipla)

1. Remuneração/retirada igual para todos (as)
2. Remuneração/retirada por horas trabalhadas
3. Remuneração/retirada por função

91. Qual o valor da menor retirada/remuneração dos (as) sócios (as) do empreendimento?

R\$ \_\_\_\_\_ **(Obs.: informar a menor unidade - hora trabalhada)**

92. Qual o valor da maior retirada/remuneração dos (as) sócios (as) do empreendimento?

R\$ \_\_\_\_\_ **(Obs.: informar a menor unidade - hora trabalhada)**

93. Quais são os benefícios, as garantias e os direitos dos (as) sócios (as) que trabalham no empreendimento? **(resposta múltipla)**

1. Descanso remunerado (incluindo férias)
2. Licença-maternidade
3. Creche ou auxílio-creche
4. Qualificação social e profissional
5. Equipamentos de segurança
6. Comissão de prevenção de acidentes no trabalho
7. Previdência Social
8. Plano de saúde e/ou odontológico
9. Auxílio-educação
10. Auxílio-transporte
11. Seguro de vida e/ou seguro contra acidentes
12. Nenhum destes

► **(Passe para a questão 122)**



**Atenção!**

**As questões de números 94 a 110 serão aplicadas somente a EES cuja atividade principal é poupança, crédito ou finanças solidárias e que assinalaram a alternativa "5" na Questão 29.**

94. Qual a forma de organização? **(resposta única)**

1. Cooperativa de crédito
2. Banco comunitário
3. Fundo rotativo ou fundo solidário
4. Outra. Qual? \_\_\_\_\_

95. Quantos tipos de serviços de crédito ou financeiros são fornecidos?

1. \_\_\_\_\_ serviços

96. Destes, cite os cinco principais serviços especificando a finalidade e a quantidade de operações mensais: **(referência do mês imediatamente anterior à aplicação deste questionário ou, no caso de atividade sazonal, considerar o período imediatamente anterior)**

Serviços	Finalidade	Quantidade operações mensais
1)		
2)		
3)		
4)		
5)		

97. Qual a origem dos recursos operados pelo empreendimento? **(resposta múltipla)**

1. Associados (as) – depósitos à vista e/ou a prazo
2. Órgãos Governamentais – repasses de fundos públicos
3. Órgãos Governamentais - recursos públicos não-reembolsáveis (fundo perdido)
4. Organizações não-governamentais (doação ou fundo perdido)
5. Do próprio empreendimento - Aplicações financeiras e outras formas de remuneração
6. Empresas (bancos) privadas
7. Outra. Qual? \_\_\_\_\_

98. Qual o volume de recursos que compõe o fundo do empreendimento?

R\$ \_\_\_\_\_

99. Qual a quantidade de recursos contratados ou repassados? **(valor médio mensal)**

R\$ \_\_\_\_\_

100. Existe alguma definição quanto aos limites mínimos e/ou máximos para o empréstimo/repasso de recursos?

1. Sim
2. Não ► **(passe para a questão 103)**

101. Qual o valor mínimo? **(limite mínimo)**

R\$ \_\_\_\_\_

102. Qual o valor máximo? **(teto)**

R\$ \_\_\_\_\_



103. Os recursos repassados/emprestados são devolvidos de maneira: **(resposta múltipla)**

1. Parcial
2. Integral com remuneração (juros, correção)
3. Integral sem remuneração
4. Não há devolução ► **(quando esta for a única resposta passe para a questão 106)**

104. A devolução (pagamento) dos empréstimos/repasse utilizados pelo empreendimento ocorre sob forma de: **(resposta múltipla)**

1. Moeda corrente
2. Moeda Social
3. Equivalência Produto (bens, serviços)
4. Outra. Qual? \_\_\_\_\_

105. Qual o nível de inadimplência dos contratos (operações) efetuados?  
 \_\_\_\_\_ % sobre o total.

106. Quais são as modalidades de garantia utilizadas? **(resposta múltipla)**

1. Aval solidário
2. Comprovante de renda
3. Garantias reais
4. Outro. Qual? \_\_\_\_\_
5. Não há necessidade de garantia

## SITUAÇÃO DE TRABALHO DOS(AS) SÓCIOS(AS) NO EMPREENDIMENTO

107. Existem sócios (as) que trabalham no empreendimento?

1. Sim
2. Não ► **(passe para a questão 122)**

108. Quantos (as) sócios (as) trabalham no empreendimento?

1. Mulheres (quantas) \_\_\_\_\_
2. Homens (quantos) \_\_\_\_\_
3. Total (quantos) \_\_\_\_\_

109. Qual o tipo e o valor da remuneração dos (as) sócios (as) que trabalham no Empreendimento? **(resposta múltipla)**

1. Remuneração fixa. Qual o valor médio mensal? \_\_\_\_\_
2. Comissão sobre o valor das operações. Qual o percentual (%)? \_\_\_\_\_
3. Remuneração por horas trabalhadas. Qual o valor médio por hora? \_\_\_\_\_
4. Não há remuneração.

110. Quais são os benefícios, as garantias e os direitos dos (as) sócios (as) que trabalham no empreendimento? **(resposta múltipla)**

1. Descanso remunerado (incluindo férias)
2. Licença-maternidade
3. Creche ou auxílio-creche
4. Qualificação social e profissional
5. Equipamentos de segurança
6. Comissão de prevenção de acidentes no trabalho
7. Previdência Social
8. Plano de saúde e/ou odontológico
9. Auxílio-educação
10. Auxílio-transporte
11. Seguro de vida e/ou seguro contra acidentes
12. Nenhum destes

► **(Passe para a questão 122)**

**Atenção!**

**As questões de números 111 a 121 serão aplicadas somente a EES cuja atividade principal é o consumo e/ou uso coletivo de bens/serviços e que assinalaram a alternativa "6" na Questão 29.**

111. Qual é o tipo do empreendimento? (**resposta única**)

1. Cooperativa de consumo
2. Associação ou rede de consumidores
3. Organização para utilização coletiva de infraestrutura, terra, equipamento

112. Qual a quantidade de bens e/ou serviços consumidos, prestados e/ou utilizados coletivamente no empreendimento?

1. \_\_\_\_\_ bens e/ou serviços

113. Destes, cite os cinco principais bens e/ou serviços consumidos, prestados e/ou utilizados, especificando a quantidade mensal: (referência ao mês imediatamente anterior à aplicação deste questionário ou, no caso de atividade sazonal, considerar o período imediatamente anterior).

Bens e/ou serviço	Unidade	Quantidade consumida ou utilizada
1)		
2)		
3)		
4)		
5)		

114. Qual a forma de pagamento pelo consumo ou uso dos bens e/ou serviços? (**resposta múltipla**)

1. Pagamento por produto e/ou serviço
2. Pagamento mensal (mensalidades)
3. Pagamento pelo uso (taxa) em dinheiro
4. Pagamento pelo uso (taxa) em equivalência produto e/ou serviço
5. Contribuição espontânea
6. Não há remuneração
7. Outra. Qual? \_\_\_\_\_

115. Qual a receita mensal obtida pelo empreendimento? (**valor médio mensal**)

R\$ \_\_\_\_\_

116. Quanto o empreendimento gasta mensalmente com a aquisição e/ou manutenção dos bens e/ou serviços? (**valor médio mensal**)

R\$ \_\_\_\_\_

117. Qual a origem dos bens, produtos ou serviços? (**resposta múltipla**)

1. Empreendimentos de Economia Solidária
2. Empresa privada
3. Próprios associados (as)
4. Produtores (as) não-sócios (as)
5. Instituições filantrópicas ou instituições não-mercantis
6. Órgãos públicos

---

## SITUAÇÃO DE TRABALHO DOS(AS) SÓCIOS(AS) NO EMPREENDIMENTO

118. Existem sócios (as) responsáveis pelas atividades (que trabalham) no empreendimento?

1. Sim
2. Não  (passe para a questão 122)

119. Quantos (as) sócios (as) são responsáveis pelas atividades (trabalham) no empreendimento?

1. Mulheres (quantas) \_\_\_\_\_
2. Homens (quantos) \_\_\_\_\_
3. Total (quantos) \_\_\_\_\_

120. Qual o tipo e o valor médio da remuneração dos (as) sócios (as) que trabalham no Empreendimento? **(resposta múltipla)**

1. Remuneração fixa. Qual o valor médio mensal?
2. Comissão sobre valor das vendas (comissão). Qual o percentual (%)?
3. Remuneração por horas trabalhadas. Qual o valor médio por hora?
4. Não há remuneração.

121. Quais destes benefícios, garantias e direitos para sócios (as) que trabalham no empreendimento? **(resposta múltipla)**

1. Descanso remunerado (incluindo férias)
2. Licença-maternidade
3. Creche ou auxílio-creche
4. Qualificação social e profissional
5. Equipamentos de segurança
6. Comissão de prevenção de acidentes no trabalho
7. Previdência Social
8. Plano de saúde e/ou odontológico
9. Auxílio-educação
10. Auxílio-transporte
11. Seguro de vida e/ou seguro contra acidentes
12. Nenhum destes

## **Secção V – SITUAÇÃO DO TRABALHO DOS (AS) NÃO-SÓCIOS (AS):**

122. O empreendimento contrata trabalhadores (as) não-sócios (as)?

1. Sim
2. Não **► (passe para a questão 128)**

123. Quantos trabalhadores (as) não-sócios (as) trabalham no empreendimento?

1. Mulheres (quantas) \_\_\_\_\_
2. Homens (quantos) \_\_\_\_\_
3. Total (quantos) \_\_\_\_\_

124. Qual a forma de contratação dos (as) trabalhadores (as) não-sócios(as)? **(resposta múltipla)**

1. Permanente
2. Temporária
3. Temporária para ingresso no quadro de sócios (as) – estágio probatório

125. Qual o tipo de vínculo do (as) trabalhadores (as) não-sócios (as)? **(resposta múltipla)**

1. Contratação formal – assalariado (a)
2. Prestação de serviços remunerada
3. Estagiário (a) ou aprendiz remunerado
4. Trabalhador (a) não remunerado (a) – voluntário (a)
5. Outro tipo. Qual? \_\_\_\_\_

126. Qual o tipo de trabalho e o respectivo valor da remuneração paga a trabalhadores (as) não-sócios (as)? **(resposta múltipla)**

	Tipo de Trabalho	Unidade	Valor de remuneração
1.	Assessoria, consultoria		
2.	Administração, secretaria, contabilidade, finanças		
3.	Manutenção e serviços gerais		
4.	Representação comercial, vendas, comunicação		
5.	Produção (trabalho na produção ou prestação de serviços)		
6.	Outro tipo de trabalho		

127. Quanto o empreendimento gasta em média mensalmente com o pagamento de trabalhadores (as) não-sócios (as)? **(valor médio mensal)**

R\$ \_\_\_\_\_

---

## **Secção VI - INVESTIMENTOS, ACESSO A CRÉDITO E APOIOS**

128. Qual a origem dos recursos para iniciar as atividades do empreendimento? **(resposta múltipla)**

1. Dos (as) próprios (as) sócios (as) - capitalização ou cotas
2. Empréstimo (s) e/ou financiamento (s)
3. Doação (ões) de organismos internacionais ou organizações não-governamentais
4. Recursos públicos não-reembolsáveis (fundo perdido)
5. Doações de pessoas físicas ou empresas
6. Não se aplica (não houve necessidade de recursos)

129. Foram realizados investimentos no empreendimento nos últimos 12 meses?

1. Sim
2. Não ► **(passe para a questão 132)**

130. Qual o tipo de investimento realizado? **(resposta múltipla)**

1. Infraestrutura física (prédios, construções etc.).
2. Equipamentos (aquisição, renovação).
3. Ampliação de estoque de matérias-primas
4. Abertura de filiais
5. Abertura de lojas/espacos de comercialização
6. Capacitação de mão-de-obra
7. Comunicação / divulgação
8. Outro. Qual? \_\_\_\_\_

131. Qual o valor do investimento realizado?

R\$ \_\_\_\_\_

132. Quanto à busca de crédito ou financiamento, nos últimos 12 meses, o empreendimento (considerar apenas o acesso ao crédito para o empreendimento coletivo e não para os (as) sócios(as) individualmente): **(resposta única)**

1. Não buscou crédito ou financiamento ► **(passe para a questão 133)**
2. Buscou e obteve crédito ou financiamento ► **(passe para a questão 134)**
3. Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve ► **(passe para a questão 138)**

133. Por que o empreendimento não buscou crédito ou financiamento? **(resposta múltipla)**

1. Não houve necessidade
2. Não houve acordo sobre a necessidade e oportunidade
3. Houve aconselhamento de assessoria para não buscar crédito
4. O empreendimento ainda está inadimplente (endividado)
5. Experiência fracassada de outro empreendimento
6. Os investimentos foram feitos com recursos próprios
7. O empreendimento obteve recursos de outras fontes não-reembolsáveis
8. Medo ou receio de contrair dívidas
9. Outro motivo. Qual? \_\_\_\_\_

► **(passe para a questão 138)**

134. Qual a finalidade do crédito ou financiamento? **(resposta múltipla)**

1. Custeio ou capital de giro
2. Investimento

135. Qual a fonte do crédito ou financiamento? **(resposta múltipla)**

1. Banco público. Qual? \_\_\_\_\_
2. Banco privado. Qual? \_\_\_\_\_
3. Banco do Povo ou similar. Qual? \_\_\_\_\_
4. Cooperativa de crédito. Qual? \_\_\_\_\_
5. Outra instituição financeira privada. Qual? \_\_\_\_\_
6. ONG ou OSCIP. Qual? \_\_\_\_\_
7. Fundo solidário ou banco comunitário. Qual? \_\_\_\_\_
8. Outra. Qual? \_\_\_\_\_

136. Qual o valor total do crédito ao qual o empreendimento teve acesso nos últimos 12 meses?

R\$ \_\_\_\_\_

137. Qual a situação atual do pagamento ou devolução do crédito ou financiamento? **(resposta única)**

- Está no prazo de carência
- Pagamento concluído
- Pagamento em dia
- Pagamento em atraso

138. Atualmente, existe necessidade de crédito ou financiamento?

- 1. Sim
- 2. Não **(passe para a questão 142)**

139. Para quê é necessário o crédito ou financiamento? **(resposta múltipla)**

- 1. Custeio ou capital de giro
- 2. Investimento

140. O empreendimento está enfrentando dificuldades para a obtenção de crédito ou financiamento?

- 1. Sim
- 2. Não **(passe para a questão 142)**

141. Qual (ais) dificuldade (s)? **(resposta múltipla)**

- 1. O empreendimento não possui a documentação exigida pelo agente financeiro
- 2. Taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento
- 3. Prazos de carência inadequados
- 4. Falta de aval ou garantia
- 5. Falta de apoio para elaborar projeto
- 6. Burocracia dos agentes financeiros
- 7. Falta de linha de crédito
- 8. Outra. Qual? \_\_\_\_\_

142. O empreendimento teve acesso a algum tipo de assessoria, assistência ou capacitação?

- 1. Sim
- 2. Não **(passe para a questão 145)**

143. Que tipo de apoio (em assessoria, assistência ou capacitação) o empreendimento teve? **(resposta múltipla)**

- 1. Assistência técnica e/ou gerencial
- 2. Qualificação profissional, técnica, gerencial
- 3. Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)
- 4. Assistência jurídica
- 5. Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços
- 6. Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica
- 7. Assessoria na constituição, formalização ou registro
- 8. Elaboração de projetos
- 9. Incubação

144. Quem forneceu o apoio ao empreendimento? **(resposta múltipla)**

- 1. ONGs, OSCIPs. Qual? \_\_\_\_\_
- 2. Igrejas, pastorais etc. Qual? \_\_\_\_\_
- 3. Associações e conselhos comunitários, etc. Qual? \_\_\_\_\_
- 4. Prefeitura. Secretaria/Órgão? \_\_\_\_\_
- 5. Governo Estadual. Secretaria/Órgão? \_\_\_\_\_
- 6. Governo Federal. Secretaria/Órgão? \_\_\_\_\_
- 7. Universidades (incubadoras, Unitrabalho). Qual? \_\_\_\_\_
- 8. Sistema "S" (Sebrae, SESCOOP, etc.). Qual? \_\_\_\_\_
- 9. Cooperativas de técnicos (as). Qual? \_\_\_\_\_
- 10. Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação). Qual? \_\_\_\_\_
- 11. Outro empreendimento ou entidade de representação. Qual? \_\_\_\_\_
- 12. Fornecedor ou comprador (parceria). Qual? \_\_\_\_\_
- 13. Outra. Qual? \_\_\_\_\_

---

**Secção VII – GESTÃO DO EMPREENDIMENTO**

145. Quais as instâncias de direção e coordenação do empreendimento? **(resposta múltipla)**

1. Assembleia de sócios (as) ou reunião do coletivo de sócios (as)
2. Coordenação/Diretoria/Conselho Diretor
3. Conselho Consultivo ou similar
4. Conselho Administrativo ou similar
5. Conselho Fiscal ou similar
6. Comissão ou Conselho de Ética
7. Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos
8. Outra. Qual? \_\_\_\_\_

146. O que é decidido em assembleia geral / reunião do coletivo de sócios (as)? **(resposta múltipla)**

1. Escolha da direção do empreendimento econômico solidário
2. Contratações e remunerações/ retiradas dos (as) sócios (as)
3. Admissão e exclusão de sócios (as)
4. Regimento interno
5. Empréstimos/ financiamentos
6. Aquisições e venda de patrimônio
7. Plano de trabalho/ planejamento estratégico
8. Prestação de contas
9. Representação ou participação
10. Definições sobre as atividades cotidianas do empreendimento

147. Qual a periodicidade de realização da assembleia geral e/ou reunião coletiva de sócios (as) no empreendimento? **(resposta única)**

1. Anual ou mais de 1 ano
2. Semestral
3. Bimestral ou trimestral
4. Mensal
5. Semanal ou quinzenal
6. Diariamente
7. Não realiza assembleia geral e/ou reunião coletiva de sócios (as). ► **(passe para a questão 152)**

148. Na última assembleia geral e/ou reunião coletiva de sócios (as) quantos (as) sócios (as) participaram? **(resposta única)**

1. Todos (as)
2. Mais de 2/3 (65%)
3. Em torno da metade
4. Menos da metade

149. Quais outras formas de participação dos (as) sócios (as)? **(resposta múltipla)**

1. Acesso a registros e informações do empreendimento
2. Participação nas decisões cotidianas do empreendimento
3. Atividades de formação
4. Atividades culturais e recreativas
5. Informes sobre a conjuntura geral e/ou sobre economia solidária
6. Outras. Quais? \_\_\_\_\_
7. Não existem outras formas

150. No último ano foram realizadas atividades de formação e/ou campanhas de sensibilização dos (as) sócios (as)?

1. Sim
2. Não ► **(passe para a questão 152)**

151. Quais foram os temas tratados? **(resposta múltipla)**

1. Economia Solidária, autogestão, cooperativismo
2. Formação política e social
3. Gestão, contabilidade, questões jurídicas
4. Formação técnica ou profissional (atividades específicas, funções de produção, etc.)
5. Motivação, dimensão subjetiva
6. Questões de gênero
7. Questões étnicas e raciais
8. Organização do trabalho, saúde e segurança no trabalho
9. Questões ambientais
10. Elevação da escolaridade, educação formal e/ou profissional
11. Outras. Quais? \_\_\_\_\_

152. Há quanto tempo o atual coordenador e/ou presidente exerce o cargo no empreendimento? **(resposta única)**

1. Menos de um ano
2. De 1 a 2 anos
3. De 2 a 4 anos
4. De 4 a 6 anos
5. De 6 a 10 anos
6. Mais de 10 anos
7. Não se aplica

153. Quantos (as) sócios (as) ocupam funções de coordenação e/ou direção do empreendimento?

1. Mulheres (quantas) \_\_\_\_\_
2. Homens (quantos) \_\_\_\_\_
3. Total (quantos) \_\_\_\_\_

154. Os dirigentes recebem remuneração ou gratificação pelo exercício do cargo ou função?

1. Sim
2. Não

155. No ano anterior, os resultados da atividade econômica do empreendimento, sem contar as doações de recursos, caso existam, permitiram: **(resposta única)**

**Obs.:** Não se aplica aos Clubes de Troca.

1. Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente
2. Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra
3. Não deu para pagar as despesas
4. Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo de resultado econômico coletivo)

**► (Se a resposta for 2, 3 ou 4, passe para a questão 157)**

156. Se houve sobra/excedente (resposta 1 da questão anterior), qual o destino? **(resposta múltipla)**

**Obs.:** Não se aplica aos Clubes de Troca.

1. Fundo/reserva para realizar investimento
2. Fundo/reserva para assistência técnica e educacional
3. Fundo/reserva para apoio a outros empreendimentos ou organizações.
4. Fundo/reserva para qualquer eventualidade não prevista
5. Distribuição entre sócios (as)
6. Integralização de capital
7. Outro. Qual? \_\_\_\_\_

---

## **Secção VIII - DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA E AMBIENTAL**

157. O empreendimento participa de algum fórum ou de alguma rede de articulação ou representação?

1. Sim
2. Não ► **(passe para a questão 159)**

158. Se a resposta for SIM especifique de que tipo de rede ou fórum o empreendimento participa: **(resposta múltipla)**

1. Fórum ou Rede de Economia Solidária. Qual? \_\_\_\_\_
2. União ou Associação de EES? Qual? \_\_\_\_\_
3. Federações de cooperativas. Qual? \_\_\_\_\_
4. Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas públicas. Qual? \_\_\_\_\_
5. Outros fóruns, redes ou articulações. Qual? \_\_\_\_\_

159. O empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, populares ou sindicais?

1. Sim
2. Não ► **(passe para a questão 161)**

160. Qual o tipo de movimento ou luta social? **(resposta múltipla)**

1. Movimento de luta pela terra e agricultura familiar
2. Movimento sindical urbano ou rural
3. Movimento popular ou comunitário
4. Movimento de luta por moradia
5. Movimento étnico/ racial
6. Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens
7. Movimento ambientalista/agroecologia
8. Movimento de mulheres / gênero
9. Movimento religioso ou pastoral
10. Movimento de desempregados
11. Movimento dos catadores
12. Luta antimanicomial
13. Movimento GLBTT
14. Movimento cultural
15. Movimento de defesa dos Direitos Humanos
16. Movimento de jovens/ juventude
17. Movimento de combate à fome
18. Outro movimento. Qual? \_\_\_\_\_

161. O empreendimento participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária?

1. Sim
2. Não ► **(passe para a questão 163)**

162. Qual área de atuação? **(resposta múltipla)**

1. Educação
2. Saúde
3. Moradia
4. Trabalho (qualificação para o trabalho)
5. Redução da violência
6. Meio ambiente
7. Esporte ou lazer
8. Cultura
9. Assistência social
10. Segurança alimentar
11. Meio ambiente
12. Outra. Qual? \_\_\_\_\_



163. O que o empreendimento faz para qualificar seus produtos e/ou serviços no intuito de melhor atender aos (as) consumidores (as)? **(resposta múltipla)**

1. Pratica menores preços ou custos mais baixos em relação ao mercado
2. Aplica processos de controle de qualidade
3. Fornece informações sobre a composição ou especificação
4. Dá garantia de origem social
5. Manifesta preocupação ambiental na produção ou prestação dos serviços
6. Oferta produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos
7. Outra. Qual? \_\_\_\_\_

164. No caso de produção e oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, os mesmos são certificados?

1. Sim
2. Não ► **(passe para a questão 166)**

165. Qual entidade faz a certificação?

Nome da Entidade \_\_\_\_\_

166. O empreendimento gera algum tipo de resíduo (lixo ou sobra de materiais) a partir da atividade produtiva ou da prestação de serviços?

1. Sim
2. Não ► **(passe para a questão 168)**

167. Qual o tratamento e/ou destino dado aos resíduos gerados no empreendimento? **(resposta múltipla)**

1. Coleta de lixo normal
2. Coleta seletiva
3. Coleta de lixo especial (produtos hospitalares ou químicos)
4. Estação de tratamento de efluentes
5. Realização de algum tipo de tratamento dos resíduos antes de eliminar
6. Reaproveitamento dos resíduos no empreendimento
7. Despejo em esgotos sem tratamento
8. Despejo em rios, riachos ou córregos sem tratamento
9. Venda dos resíduos
10. Doação para reaproveitamento
11. Acúmulo no local do empreendimento
12. Queima ou incineração
13. Outro. Qual? \_\_\_\_\_

### **Secção IX – APRECIACÕES SUBJETIVAS A RESPEITO DO EES**

168. O que motivou a criação do empreendimento? **(resposta múltipla)**

1. Uma alternativa ao desemprego
2. Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo
3. Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)
4. Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)
5. Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica
6. Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios
7. Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar
8. Motivação social, filantrópica ou religiosa
9. Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades
10. Alternativa organizativa e de qualificação
11. Incentivo de política pública (governo)
12. Organização econômica de beneficiários de políticas públicas
13. Fortalecimento de grupo étnico
14. Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos
15. Outro \_\_\_\_\_

169. Quais as principais conquistas obtidas pelo empreendimento? (**resposta múltipla**)

1. A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os (as) sócios (as)
2. A autogestão e o exercício da democracia
3. A integração do grupo/coletivo
4. O comprometimento social dos (as) sócios (as)
5. Conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infraestrutura, etc.)
6. A conscientização e compromisso político (com emancipação dos trabalhadores ou outras lutas mais gerais)
7. Outro. Qual? \_\_\_\_\_

170. Quais os principais desafios do empreendimento? (**resposta múltipla**)

1. Viabilizar economicamente o empreendimento
2. Gerar renda adequada aos (às) sócios (as)
3. Garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os (as) sócios (as)
4. Efetivar a participação e a autogestão
5. Alcançar a conscientização e a politização dos (as) sócios (as)
6. Alcançar maior conscientização ambiental dos (as) sócios (as)
7. Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária
8. Manter a união do grupo/coletivo
9. Outro. Qual? \_\_\_\_\_

---

### **AUTORIZAÇÃO PARA O USO DAS INFORMAÇÕES DO SIES CONFORME PORTARIA MINISTERIAL:**

171. O empreendimento autoriza a utilização de informações relativas à identificação e às atividades econômicas com o objetivo de fortalecer e divulgar a Economia Solidária?

1. Sim
2. Não

---

### **DADOS DAS PESSOAS ENTREVISTADAS:**

Nome	Cargo no empreendimento	Telefone de contato

**Observação:** As informações pessoais acima não serão inseridas no Sistema.

Rubrica do Entrevistador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_